

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

VILA MARIA TAQUARA: CASA TURÍSTICA NO SETOR DA MANDIOCA

VICTÓRIA FERREIRA GALVÃO

Prof.^a. Dr.^a. DIANA CAROLINA JESUS DE PAULA

Várzea Grande (MT), 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

VILA MARIA TAQUARA: CASA TURÍSTICA NO SETOR DA MANDIOCA

VICTÓRIA FERREIRA GALVÃO

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Diana Carolina Jesus de Paula

Várzea Grande (MT), 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

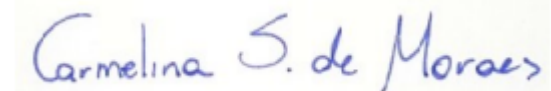
FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: VILA MARIA TAQUARA: CASA TURÍSTICA NO SETOR DA MANDIOCA

Aluna: VICTÓRIA FERREIRA GALVÃO

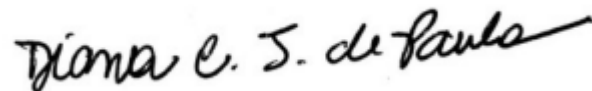
Orientador: Prof.^a Dr^a. DIANA CAROLINA JESUS DE PAULA

Aprovado em 14 de Dezembro de 2021.

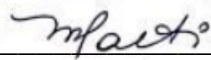


Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Diana Carolina Jesus de Paula
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientadora



Profa. Me. Maria Elisa Gaeti
Examinador Externo



Prof. Esp. Daniel Silva Campos
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno

Dedicado aos amantes da história e dos seus traços que representam muito para quem sabe olhá-la com toques de raridade e fonte de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão ímpar em minha vida, gostaria de agradecer o dom de viver dado por Deus, de vencer os meus próprios limites e me mostrar capaz em superar as intempéries com resiliência e paciência. Aos meus pais, Evanete Ferreira e Francisco Galvão, que me apoiaram e deram suporte de modo incondicional em minhas escolhas, principalmente em continuar fazendo o curso de Arquitetura e Urbanismo, como parte do meu sonho, com todo o apoio, ao meu irmão Vinícius Galvão, que compartilhou comigo um pouco dos conhecimentos da pesquisa científica e como melhorar o trabalho, me ajudando com os meus erros e melhorando meus acertos na medida do possível. A minha avó, a professora, Dona Enildes Silva (in memoriam), que pela educação realizou todos os seus sonhos, seus ensinamentos foram passados pelos seus filhos que hoje são meus tios e a minha mãe. Aos meus tios Ivan e Eliete Modesto, que estiveram sempre próximos a minha formação acadêmica e contribuíram com a experiência vividas deles nos tempos de Cuiabá antiga, a minha madrinha Cristiane Galvão que sempre me deu forças e os conselhos em conseguir passar esse período tão desafiador da faculdade, as minhas primas Darklê e Sue Ellen Modesto, que me deram dicas e direcionamentos da pesquisa e pelas conversas sempre engraçadas (risos largos) a respeito da faculdade e do mundo em ser professor universitário. Aos meus amigos, que me acompanharam de perto e de longe, com os meus percalços na faculdade com os apoios, dicas, conselhos e as boas risadas, especialmente a minha amiga Sara Silva, que mesmo estando distante, sempre estivemos unidas na amizade que ultrapassa as distâncias, apoiando uma a outra nas dificuldades com boas risadas e uma saudade imensa, ao meu amigo Ewerton Vidoy, que sempre está disposto a me auxiliar e encorajar para terminar a faculdade integrar o time de amigos graduados no curso, que compartilhou os momentos bons e ruins da faculdade, e a presença dos meus amigos Marcelo Hermann, que me ajudou a desestressar e manter o processo de continuar a monografia, Renan Aguiar, que me ajudou a não desesperar e manter o otimismo para finalizar o curso, aos amigos próximos que sempre estiveram me dando forças para finalizar com êxito essa graduação, em especial, Rafael Coimbra, Gabriel Ramos, Desival Natal, à todos esses que eu conversei e me senti apoiada e auxiliada para ter forças nessa etapa final de um ciclo, e agradeço a todos os amigos que devo ter esquecido, mal de pisciana (risos). Agradeço à minha orientadora Diana Carolina Jesus de Paula, por reconhecer as dificuldades do trabalho e me ajudar como pode, em trazer professores que entendiam do assunto, nos detalhes de projeto, sempre exigindo o melhor

de mim, pelo apoio e paciência ao longo da monografia, todo o meu agradecimento por ter essa excelente professora que me orientou e conseguiu me fazer superar os meus limites e nortear o meu trabalho, ao professor Daniel Campos que me trouxe para o mundo da pesquisa e abriu a oportunidade em produzir trabalhos referentes a patrimônio e um conselheiro maravilhoso, a professora Rosana Ravache que corrigiu e elogiou o meu trabalho e minha dedicação e a professora Maria Elisa Gaeti, que com o seu conhecimento, direcionou o trabalho e agregou os conhecimentos para a conclusão do trabalho.

RESUMO

GALVÃO, Victória Ferreira. **Vila Maria Taquara: Casa Turística no Setor da Mandioca.** 2021. 178f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, 2021.

A presente proposta arquitetônica tem como objetivo a elaboração de uma Vila Turística, para o Centro Histórico do município de Cuiabá, visando favorecer e manter viva uma parte da história da cultura cuiabana, a qual se caracteriza pelo siriri e cururu, artesanatos regionais, que vem sendo perdido ao longo dos anos pela falta de manutenção nas edificações e com isso ficam limitados os espaços para entretenimento cultural e rico em gastronomia, dito isto, em Cuiabá existem alguns locais com a arquitetura patrimonial com intuito o desenvolvimento dessas atividades abertas ao público, como o Sesc Arsenal, O Beco do Candeeiro, porém são insuficientes para o primeiro contato da sociedade civil com esse artifício cultural que o município possui desde sua fundação. Portanto, será proposto um projeto arquitetônico que exista um espaço alternativo para a vivência dessa cultura, de modo que proporcione a difusão do panorama cultural, assim como a projeção de espaços confortáveis, compatíveis com as necessidades contemporâneas, sendo adequados para a necessidades culturais, gastronômicas e artesanais, visando a melhor exposição da hospitalidade cuiabana.

Palavras Chave: Centro Histórico, Cultura, Arquitetura Patrimonial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1.TEMA.....	20
1.1 JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	22
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
1.3 PROBLEMÁTICA.....	22
1.4 METODOLOGIA.....	30
2.REFERENCIALTEÓRICO.....	32
2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A SUA RELAÇÃO COM A ATUALIDADE.....	32
2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ORIGENS DO PATRIMÔNIO.....	32
2.1.2 HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE PRESERVAÇÃO.....	36
2.2 HISTÓRICO DAS EDIFICAÇÕES.....	40
2.2.1 HISTÓRIA DA PRAÇA DA MANDIOCA E SEU ENTORNO.....	50
2.2.2 A COLOCAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	56
2.2.3 PANORAMA COMERCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ.....	58
2.2.4 HISTÓRIA DE MARIA TAQUARA.....	64
2.2.5 CLASSIFICAÇÃO DOS PONTOS CULTURAIS DE CUIABÁ.....	67
2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	69
3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	71
3.1 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO INTERNACIONAL.....	71

3.2 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO NACIONAL.....	72
3.3 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO ESTADUAL.....	74
3.4 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO MUNICIPAL.....	75
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	78
4.1.1 ESTUDO DE CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA.....	78
4.1.2 ESTUDO DE CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA.....	85
4.1.3 ESTUDO DE CASO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DO PORTO.....	89
4.1.4 ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE PARATY/RJ.....	92
4.1.5 ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE OURO PRETO/MG	96
4.1.6 ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB.....	100
4.2. ANÁLISE DE REFERÊNCIAS.....	104
5. CONDICIONANTES DE PROJETO.....	106
5.1. ASPECTOS URBANOS.....	108
5.1.2 SISTEMA VIÁRIO.....	110
5.1.3 SETORES DE INTERVENÇÃO.....	112
5.1.4 LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO.....	113
5.1.5 INSOLAÇÃO E VENTOS DOMINANTES.....	115
5.1.6 INSOLAÇÃO	115
5.1.7 VENTO	123
5.1.8 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	126
5.2 ASPECTOS FUNCIONAIS.....	128
5.3 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS.....	129
5.4 ASPECTOS TÉCNICOS	129
5.4.1 ILUMINAÇÃO NATURAL.....	130

5.4.2 VAGAS DE ESTACIONAMENTO.....	131
5.4.3 RESERVATÓRIO DE ÁGUA.....	131
6. PROPOSTA PROJETUAL.....	132
6.1. ORGANOGRAMA/FLUXOGRAMA.....	137
6.2. TÉCNICA E MATERIAIS CONSTRUTIVOS.....	138
6.2.1 PAREDE DE ALVENARIA.....	138
6.2.2 TELHADO CERÂMICO.....	141
6.2.3 PEDRA CANG.....	143
6.2.4 PAISAGISMO.....	146
6.3 DIRETRIZES DE PROJETO.....	149
6.3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO, CONCEITOS E PREMISSAS.....	149
6.3.2 PROPOSTA CONCEITUAL PRELIMINAR.....	150
6.4 ENSAIOS GRÁFICOS.....	152
6.4.1 IMPLANTAÇÃO.....	152
6.4.2 PLANTA DE LAYOUT.....	154
6.4.3 PLANTA BAIXA TÉCNICA.....	157
6.4.4 FACHADAS.....	160
6.4.5 PERSPECTIVA.....	161
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
8. REFERÊNCIAS.....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Turismo em números: segmentos turísticos em MT - 2019.....	27
Tabela 02 - ICMS consumido pelas atividades culturais e atividades de agências e organizadora de viagens.....	28
Tabela 03 - Tombamento Municipal IPDU/MT.....	77
Tabela 04 – Pré-dimensionamento Setor Administrativo.....	133
Tabela 05 – Pré-dimensionamento Setor Comercial.....	134
Tabela 06 – Pré-dimensionamento Setor Logístico.....	135
Tabela 07 – Pré-dimensionamento Setor Social.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Sesc Arsenal Cuiabá.....	24
Figura 02 - Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça.....	26
Figura 03 - Mapa dos equipamentos culturais existentes de Cuiabá/MT.....	29
Figura 04 - Arquitetura vernacular no mundo.....	33
Figura 05 - Cidade de Ouro Preto/MG.....	34
Figura 06 - Lapa em 1758, Rio de Janeiro/RJ.....	36
Figura 07 - Centro Histórico de Salvador/BA.....	38
Figura 08 - Centro Histórico de Olinda/PE.....	39
Figura 09 - Edifício Elbphilharmonie – Hamburg/Alemanha.....	42
Figura 10 - Ruínas do Coliseu Romano – Roma/Itália.....	43
Figura 11 - Imagem do Turismo Brasileiro para Turistas internacionais - Rio de Janeiro – 1960.....	46
Figura 12 - Imagem do Centro Histórico de Cuiabá/MT.....	48
Figura 13 - Bar do Bugre – Cuiabá/MT.....	49
Figura 14 – Planta da cidade de Cuiabá Antiga – 1727.....	52
Figura 15 – Foto remasterizada da Igreja Bom Jesus de Cuiabá Antiga.....	53
Figura 16 – Demolição da Igreja Bom Jesus de Cuiabá Antiga.....	53
Figura 17 – Mapa da área de tombamento e entorno do Centro Histórico de Cuiabá.....	55
Figura 18 – Mapeamento dos comércios do Centro Histórico de Cuiabá.....	59
Figura 19 – Chapeleiro Café e Sebo.....	61
Figura 20 – Espaço Cuyaverá.....	62
Figura 21 – Ilustração de Maria Taquara.....	57
Figura 22 – Escultura de Maria Taquara.....	58
Figura 23 – Mapa turístico da Cidade de Lisboa.....	70
Figura 24 – Foto panorâmica das edificações históricas de Lisboa.....	72
Figura 25 – Foto panorâmica do traçado urbano de Lisboa.....	73

Figura 26 – Foto panorâmica do traçado urbano de Lisboa.....	81
Figura 27 – Mapa da Área de Intervenção Urbana em Lisboa.....	82
Figura 28 – Foto da Cidade de Coimbra.....	84
Figura 29 – Imagem de satélite do centro histórico de Coimbra.....	85
Figura 30 – Visão panorâmica do traçado urbano do centro histórico da cidade do Porto.....	88
Figura 31 – Visão panorâmica das edificações do centro histórico da cidade do Porto.....	90
Figura 32 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de Paraty/RJ.....	92
Figura 33 – Rua histórica com as fachadas coloniais do centro histórico da cidade de Paraty/RJ.....	94
Figura 34 – Rua histórica com as fachadas coloniais do centro histórico da cidade de Ouro Preto/MG.....	95
Figura 35 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de Ouro Preto/MG.....	97
Figura 36 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de João Pessoa/PB.....	99
Figura 37 – Imagem Street View do centro histórico da cidade de João Pessoa/PB.....	101
Figura 38 – Proposta de Fachada da Casa de Bem Bem – Barão de Melgaço.....	105
Figura 39 – Proposta de Fachada do Instituto Ciranda – Comandante Costa.....	105
Figura 40 - Localização do município de Cuiabá no Estado de Mato Grosso e Brasil.....	106
Figura 41 - Localização do município de Cuiabá no Estado de Mato Grosso e Brasil.....	106
Figura 42 - Análise dos espaços urbanos próximos ao terreno.....	108
Figura 43 – Análise do entorno do terreno.....	109
Figura 44 – Vista do Terreno 01.....	110
Figura 45 – Vista do Terreno 02.....	110
Figura 46 – Topografia do Terreno.....	112
Figura 47 – Planta Topográfica.....	112
Figura 48 - Análise Solar do Terreno.....	114
Figura 49 - Bioma do Cerrado no Brasil.....	115
Figura 50 - Representação da vegetação.....	116
Figura 51 - Representação da área e direção de atuação da massa tropical continental no país 01.....	119

Figura 52 - Representação da área e direção de atuação da massa tropical continental no país 02.....	120
Figura 53 – Quadro comparativo dos relatórios das estratégias por zonas bioclimática indicadas por período analisado.....	123
Figura 54 – Categoria de Uso.....	126
Figura 55 – Organização dos Setores.....	130
Figura 56 – Fluxograma da edificação.....	135
Figura 57 – Parede de alvenaria.....	137
Figura 58 – Tijolo Cerâmico Maciço.....	139
Figura 59 – Telhado Cerâmico 01.....	140
Figura 60 – Telhado Cerâmico 02.....	141
Figura 61 – Pedra Canga.....	142
Figura 62 – Pedra Canga na escadaria da Igreja do Rosário São Benedito.....	143
Figura 63 – Paisagismo interno 01.....	145
Figura 64 – Paisagismo interno 02.....	146
Figura 65 – Estudo de implantação em croqui.....	149
Figura 66 – Planta de implantação.....	151
Figura 67 – Planta de Layout Vila Maria Taquara.....	153
Figura 68 – Planta de Layout Restaurante.....	154
Figura 69 – Planta Baixa Técnica Vila Maria Taquara.....	156
Figura 70 – Planta Baixa Técnica Restaurante.....	157
Figura 71 – Fachada Comandante Costa.....	158
Figura 72 – Fachada Barão de Melgaço.....	159
Figura 73 – Perspectiva da Vila aérea.....	160
Figura 74 – Vista da Perspectiva Interna.....	161
Figura 75 – Vista da Perspectiva Interna Restaurante.....	162
Figura 76 – Vista da Sala Modular.....	163
Figura 77 – Vista da Copa.....	164

Figura 78 – Vista do Espaço Delivery.....	165
Figura 79– Vista Área de Convivência.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPDU – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SECEL – Secretaria de Estado Cultura, Esporte e Lazer

SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

INTRODUÇÃO

A presente monografia de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo trata a respeito de uma proposta de integração da população em entretenimentos culturais, com intuito em agregar atividades culturais que proporcionem a interação da sociedade civil com o conhecimento das suas origens.

Dessa forma, com a proposta alocada no centro histórico da cidade, é interessante a retomada de atividades culturais no centro, como uma maneira em ir atraindo a sociedade civil para a educação patrimonial a respeito da história local e os eventos que se sucederam nessa localidade e a sua importância para a história do Estado como uma propagação para as próximas gerações, o conhecimento patrimonial e histórico que a cidade possui mantendo suas raízes.

O campo do patrimônio histórico é um ambiente rico de informações e com amplo potencial, pode-se atrair uma demanda específica associada com outras expressões patrimoniais, oferece-se ao turista a manifestação das raízes da cuiabania e o enriquecimento da identidade sociocultural do local, genuinamente brasileira e única.

A presença dessa tipologia arquitetônica agrega ao perfil cultural, turístico e gastronômico da cidade, dando oportunidade a enaltecer os aspectos mais relevantes das origens cuiabanas e das interpretações dos antepassados, atraindo as potencialidades em expor o regionalismo por meio da arquitetura e a possibilidade em ter mais pesquisas a respeito da importância dos espaços históricos na cidade.

Por meio de informações de levantamento bibliográfico e legal, foi elaborada uma proposta de uma Vila Turística para município de Cuiabá especificamente no setor da Mandioca, dentro da área do tombamento federal.

O patrimônio edificado é uma histórica petrificada, como várias vivências do tempo e a sua presença em um conjunto arquitetônico agregado ao turismo, potencializa a imersão cultural e ao conhecimento das origens ricas que a cidade oferece e a compreensão de

costumes, hábitos, artesanatos, o comportamento social caloroso, dentre outros, para oferecer a oportunidade em aprofundar os conhecimentos daquela região importante ao país.

A iniciativa surgiu da necessidade de integrar e melhorar o quadro atual de turismo patrimonial da cidade com intuito em proporcionar um local com entretenimento, cultura e gastronomia regional, para promover a valorização da história ao mesmo tempo que proporciona a propagação da cultura cuiabana que agregue todos os públicos, endossando a forma democrática em se ter acesso às atividades culturais da cidade, como maneira em atrair os “olhares” para o centro histórico da cidade sendo uma utilização da área central para eventos, que assim retira-se aos poucos o abandono encontrado por ser uma área, majoritariamente, comercial.

Portanto, a seleção do tema é baseada na valorização da regionalidade local a qual incorpore a atividade turística em um complexo comercial e cultural, com intenções de satisfazer a experimentação turística com sentimento de pertencimento. Para a cultura rica e matizada, a busca da valorização do bem estar social do espaço com o acréscimo de métodos construtivos que proporcionam conforto, lazer, comodidade, segurança e convivência social.

1.TEMA

Tema: ARQUITETURA DO PATRIMÔNIO

Sub-tema: Vila Maria Taquara: Casa Turística no Setor da Mandioca

Local: Cuiabá-MT

1.1 Justificativa

A cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, possui dentro do conjunto arquitetônico e urbanístico uma rica variedade de símbolos, marcos históricos e personagens pioneiros em descobrir o Centro-Oeste. Neste cenário, as construções existentes fazem parte desses acontecimentos e a partir do reconhecimento da representatividade de um edifício quanto à história de um lugar, sua preservação passa a ser um direito, independentemente de ser um edifício de caráter monumental ou esteticamente simples (MARCUSE, 1998 apud CASTILHO, 2006).

Segundo Luchiari (1998:16) os regionalismos emergiram desse globo, quanto a própria globalização econômica passou a valorizar as diferenciações dos lugares, fazendo dessa diferenciação um atrativo para a capital, trazendo à tona esses pontos de apoios regionais que trazem uma interação ativa do turista com a região e com o local, criando memórias agradáveis com as particularidades de cada local. Visando valorizar o centro histórico da capital, com o seu tombamento realizado e homologado no ano de 1988, que dentro desse espaço contém 10 setores, agregando os 400 imóveis todos sob a proteção da instituição federal do IPHAN.

O presente trabalho pretende desenvolver uma melhoria de divulgação da cultura e o que Cuiabá pode oferecer de melhor enquanto experiência a quem a visita, resultando na proposição projetual da Vila Maria Taquara, a qual oferecerá a visita de museu, com algumas peças sazonais de artistas regionais, espaços de comércio de produtos típicos da região como a presença de lembranças da cidade de Cuiabá, bolsas, produtos artesanais de frutas nativas da região, espaço para danças regionais como o siriri e o cururu, shows tradicionais

com apresentação de instrumentos tradicionais e também contemporâneos, além de eventos religiosos como algumas festividades de santos importantes nas festas da cidade.

Diante dessa proposta, há a expectativa que, no decorrer do enaltecimento da cultura local e a integração do turista com a cultura regional mato-grossense, ocorrerá uma experimentação única de conhecer uma cultura diferente da de origem, sendo essa uma forma de agregar na memória afetiva o patrimônio cultural e edificado que será evidenciada, valorizando toda a carga histórico-cultural, movimentando a economia e fortalecendo locais como esse que se disponham da inserção de pessoas mais jovens para manter as atividades culturais, como o bolicho¹, danças típicas, festas e outros eventos.

Corroborando com esse contexto, Richards (2001), esclarece que a cultura, na maioria dos casos, constitui um trunfo importante para o desenvolvimento do turismo. Ela, em muitos casos, é considerada um fator determinante do crescimento do consumo de lazer e turismo. Dessa maneira, o estandarte cultural embasa a necessidade em ter uma edificação arquitetônica desse porte em Cuiabá, sendo mais uma forma de expressar nossas raízes para os turistas e trazer uma inovação para expor o que Mato Grosso possui de melhor, como a hospitalidade, a gastronomia, o artesanato, as vestimentas únicas, entre outros.

Ao se tratar de um tema com inserção na cultura, turismo e patrimônio, volta-se os olhares em conhecer a história regional mediante a criação de local específico que abranja o que a cultura local pode oferecer, sendo esse espaço que contemplará as tradicionais festas cuiabanas e as personalidades pioneiras que ajudaram a desenvolver o Estado como ele está atualmente, sendo um estandarte do que o estado de Mato Grosso pode oferecer, contribuindo para a manutenção e perpetuação das nossas raízes para as próximas gerações.

Bolicho¹ - No Sul do Brasil, Bolicho é um bar de pequeno porte, ou mesmo um mini-mercado. Na cidade de Cuiabá, significa um esporte que se joga com uma bola de ferro, similar ao cricket inglês, porém jogado com as mãos.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Conceber um projeto arquitetônico para atender a demanda turística da capital, voltada para a cultura mato-grossense.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Investigar projetos relacionados a espaços arquitetônicos patrimoniais voltados para a difusão do turismo e da cultura;
- II. Estabelecer uma relação dos tipos de materiais para compor o projeto arquitetônico aliado as instruções normativas do IPHAN auxiliando a concepção do projeto;
- III. Elaborar um projeto arquitetônico na região central da cidade com intuito de estímulo de entretenimento alternativo no centro histórico.

1.3 PROBLEMÁTICA

O problema da pesquisa demonstra a falta de cuidado com os patrimônios históricos existentes no município e a baixa oferta de locais que propiciem ambientes culturais, que são de suma importância na construção cultural da capital de Mato Grosso, evidenciando a singularidade do jeito de ser cuiabano. Com isso, foi notada que eram necessários alguns locais de entretenimento que pudessem compor o roteiro turístico histórico que a cidade carrega em sua área central tombada.

Este estudo teve o estopim com a disciplina de Patrimônio Histórico, a qual trata com informações a respeito do patrimônio histórico e cultural com sua história agregada disposta em discussões relacionados às realidades dos patrimônios históricos em algumas regiões do país, os quais são deixados de lado e acabam sendo perdidos com a passagem dos anos com os desmoronamentos.

A instigação para trazer o tema tratado no trabalho é pela importância histórica da cidade de Cuiabá com seus 302 anos, sendo composto pela maior parte da história, construídos em sua área central, é notável que essa perda de cultura acaba desinteressando as novas gerações a aprofundar nos acontecimentos históricos.

Referente a falta de ambientes regionais, este trabalho, propicia evidenciar a renovação e perpetuação da cultura cuiabana, destacando as potencialidades locais, objetivando em elevar o movimento turístico local com intuito em reavivar os bons tempos da cuiabania no centro histórico da capital, perpetuando os saberes regionais do passado para gerações futuras.

Observa-se, portanto, a escassez de recintos de entretenimento culturais, comparados com a demanda de interação cultural com diversas atividades para o público, esses sítios tornam-se pequenos quando utilizados dependendo do evento a ser executado, evidenciando a experiência positiva dos munícipes e dos turistas que usufruirão o local.

No roteiro turístico da cidade, temos alguns espaços icônicos que ajudam a valorizar esta rota de entretenimento, mas não são suficientes para se ter uma experiência positiva no centro histórico, que atualmente é uma área comercial habitada por andarilhos, que utilizam as casas como abrigo, o que é um fator negativo na atração de turistas.

Por este motivo, a classificação de pontos voltados para interação social-cultural com atividades sazonais, os quais servem de chamariz para todos os públicos, sendo o estandarte dessa filosofia, o Sesc Arsenal, ilustrado na figura 01, com sua fachada inspirada nos fortes portugueses, tem sua história voltada para o arsenal de guerra, onde se guardava os equipamentos militares para proteção do território relatado pelo site Midianews (2015)

“O local, que hoje funciona como um centro cultural, foi um arsenal de guerra durante o século 19. Atualmente abrigando diversos tipos de artes, da dança ao cinema, o Centro Cultural Jamil Boutros Nadaf, como é conhecido oficialmente o Sesc Arsenal, oferece cursos gratuitos ou com preços acessíveis a toda a população da região de Cuiabá. Ações voltadas à cultura compõem o alicerce do local, que exhibe filmes gratuitamente para adultos e crianças durante todos os finais de semana em seu cinema. A galeria de artes é palco para exposições culturais.

Conforme a autora de um livro sobre a história do Sesc Arsenal, a jornalista Sueli Batista, a primeira função do local que hoje abriga o Sesc Arsenal era auxiliar os militares do Estado. O então “Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso” teve a construção iniciada em 1819, durante o governo do 9º e último Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Com traços neoclássicos, a construção foi inspirada em obras de Portugal, que eram características no país. Atualmente, o local é considerado patrimônio do Estado e foi tombado.”

Figura 01: Sesc Arsenal Cuiabá



Fonte: Drone Cuiabá, 2016

Que na atualidade dispõe de serviços de educação, atividades físicas, oficinas variadas e o tradicional bulixo ou bolicho, que reúne os comerciantes da culinária regional para a venda de comidas tradicionais, compondo os atrativos que o espaço do Sesc Arsenal oferece aos visitantes.

Com isso, outro ponto da cidade que recebe bastante visitantes para as mais variadas atividades, é a Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça, localizada na área de entorno do centro histórico, sendo uma fonte de conhecimento e com as relíquias que a cidade possui, sendo de modo sazonal e aberto ao público que queira desfrutar do espaço para estudos e oficinas.

Segundo a SECEL, o espaço da biblioteca tem o intuito estimular, favorecer e formar o hábito da leitura, integrando a sociedade para conhecer as obras disponíveis e o acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do Estado.

Com isso, esse espaço com mais de 100 anos de história, encontra-se informatizada, modernizada, climatizada com sistema antifurto, sinalizada, com iluminação natural e artificial com amplos espaços de leituras, auditório, telecentro, elevador lateral e digitalização (SECEL).

Na representação da figura 02 abaixo, com a edificação da biblioteca, que tem por objetivo em desenvolver programas de assistência a outras bibliotecas, propiciar a expansão de suas atividades culturais e fornecer acesso à leitura à sociedade, dentre outros.

Figura 02: Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso, 2019

Dessa forma, podemos ver que em relação a outros centros, a cidade de Cuiabá, dispõe de poucos espaços para entretenimento cultural e com a interação direta com todos os conhecimentos regionais, sendo evidente que no ano de 2019, a base do turismo estadual estava pautado no ecoturismo e outras belezas naturais que nosso Estado possui, pelos dados do observatório de

desenvolvimento da SEDEC (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico), é notável a disparidade com o aspecto das belezas naturais e dos aspectos históricos, descrito como turismo cultural, localizado na tabela 01 abaixo.

Tabela 01 – Turismo em números: segmentos turísticos em MT - 2019

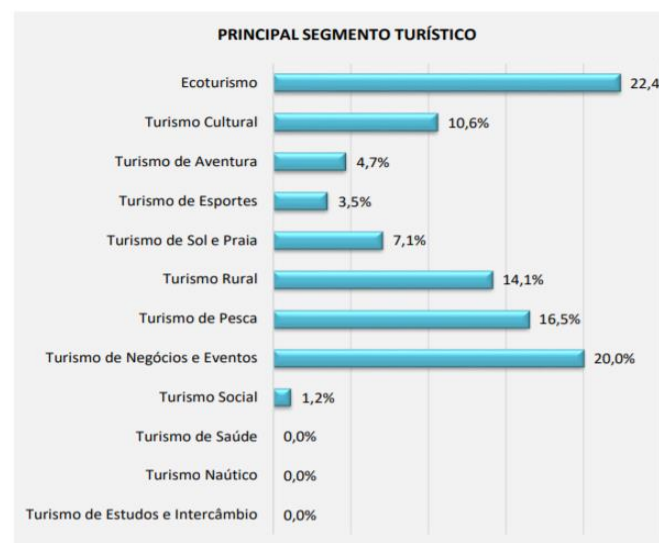
TURISMO EM NÚMEROS MT

SEDEC | GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SEGMENTOS TURÍSTICOS EM MT – 2019

MUNICÍPIOS DO MAPA DO TURISMO – 2019/2021

REGIÕES TURÍSTICAS	QTD. DE MUNICÍPIOS
AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE	5
CIRCUITO DAS ÁGUAS	12
DAS NASCENTES	6
DOMO DE ARAGUAINHA	6
METROPOLITANA	2
NORTE ARAGUAIA	6
PANTANAL MATO-GROSSENSE	7
PORTAL DA AMAZÔNIA	6
PORTAL DO AGRONEGÓCIO	10
PORTAL DO ARAGUAIA	8
ROTA DOS IPÊS E DAS ÁGUAS	5
VALE DO CABAÇAL	5
VALE DO JURUENA	3
VALE DO SÃO LOURENÇO	4
TOTAL	85

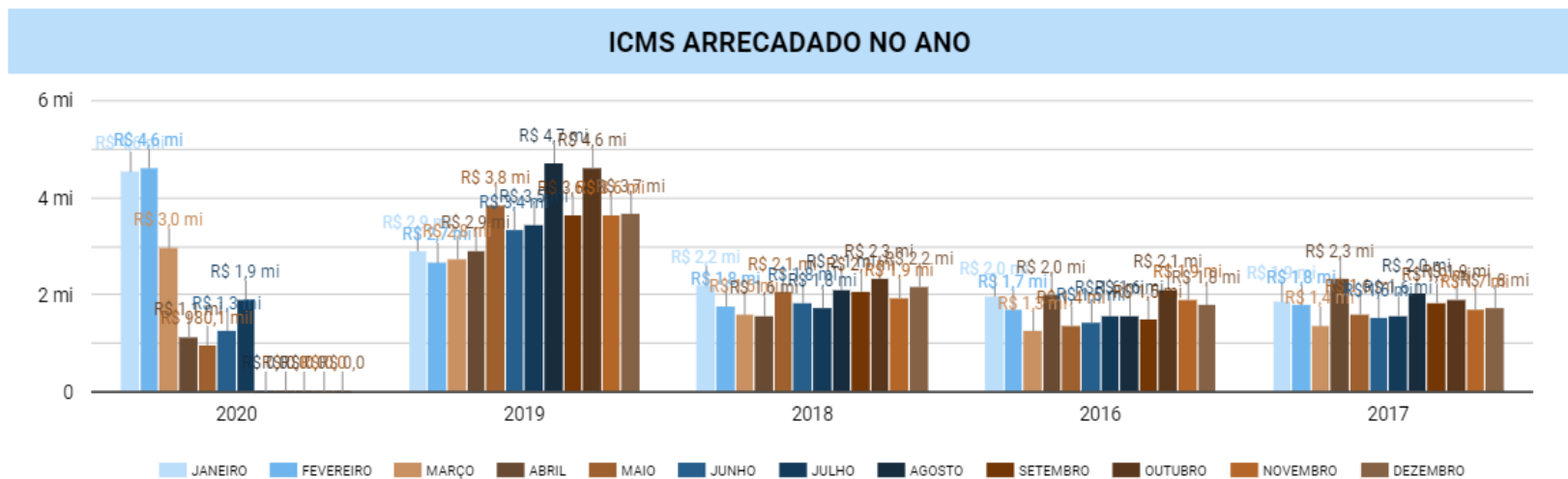


Fonte: Mapa do Turismo e Secretaria Adjunta do Turismo/SEDEC (2019)

Diante desses dados, nota-se uma exploração apenas dos municípios com acesso ao ecoturismo, sem muitos avanços em trocas e consumo de serviços culturais e nas atividades de viagens, levando a hipótese que esse grupo não estava sendo uma fonte de investimento e retorno para toda a sociedade.

Com isso, na tabela 02 pode-se perceber que muitos desses investimentos foram feitos até um certo período após a Copa do Mundo em 2014 e, após 2016, os investimentos foram gradualmente menores, deixando um pouco lento o processo em trazer ao público espaços culturais com a interação do centro histórico, com perdas estruturais das edificações e ao abandono das origens cuiabanas.

Tabela 02 - ICMS consumido pelas atividades culturais e atividades de agências e organizadora de viagens



Fonte: Observatório do Desenvolvimento, SEDEC(2021)

Por este ponto de vista, tem a percepção que os lugares remanescentes não suprem a necessidade turística da região e também ao entretenimento cuiabano, sem opções para a utilização dos pontos culturais com maior frequência do público, sendo apenas algumas notícias sazonais para chamar o público e colocar em evidência o local.

Com o mapa da cidade de Cuiabá, pode-se ter uma ideia dos locais e em quais áreas estão localizados para compreender quais regiões são mais próximas desses espaços e com o fluxo de pessoas que transitam e seu público alvo, com as diversificações dos atrativos, na figura 03 abaixo, podemos ver o mapeamento dessas regiões e onde estão localizadas.

Figura 03: Mapa dos equipamentos culturais existentes de Cuiabá/MT



Fonte: Autoria própria, 2021

Diante disso, é perceptível que a maior parte estão próximas às áreas tombadas e na região de entorno, sendo característicos por suas fachadas e pelas ruas circundantes que tem o peso histórico por estarem contando uma parte da história da cidade com os acontecimentos e com a presença de personalidades importantes.

1.4 METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado levantamento de referência a partir de estudos sobre o centro histórico, com enfoque para o turismo e as mudanças sociais com o crescimento da cidade de Cuiabá, relacionando com a importância do tombamento, no intuito de compreensão do entorno do patrimônio histórico, sendo uma necessidade imprescindível para integração dos conhecimentos arquitetônicos aplicados anteriormente com mudanças sofridas pelo avanço do tempo e as influências no estilo arquitetônico recebidos na capital destacado no período de sua fundação, para que fosse possível propor um projeto na área da arquitetura do patrimônio.

Vencida essa etapa, foram realizadas entrevistas, conversas com pessoas que trabalham na região e com entusiastas, na busca de informações para apontar os problemas e a possível solução sobre reavivar o espaço do Centro Histórico de Cuiabá.

Desta forma, buscou-se além de relacionar as novas publicações teóricas a respeito do tema em geral, tratar as fontes de dados sobre arquitetura e urbanismo, turismo, história e patrimônio histórico-cultural, possibilitando assim, uma leitura continuada acerca do tema, que são demasiadas importantes quanto as análises de projetos e experiências recentes. O tratamento escolhido, foi por meio das documentações históricas, as quais permitiram a confecção de fichamentos das referências que constituem um banco de dados para a progressão da escrita da monografia.

Como visto anteriormente, a pesquisa procurou se desempenhar em duas modalidades, no campo teórico com a compreensão de conceitos e no âmbito prático em analisar os projetos e as experiências contemporâneas. A pesquisa teve como principal foco a pesquisa em fontes secundárias, utilizando referências pertinentes de acervos de sites de anais de eventos, institucionais ou privados.

Após a conclusão desta etapa teórica, alguns projetos de arquitetura foram selecionados e analisados. E, finalmente, foram colocados os norteadores de projeto, para a melhor exposição da proposta projetual da pesquisa.

Com a seleção de alguns projetos da cidade para entender os seus atrativos, foi posto uma possível solução para a utilização mais frequente da região do centro histórico em estabelecer as origens cuiabanas, com a presença de um quintal, espaços para atividades diversas e com espaços polivalentes para a adaptação às mudanças contemporâneas da cidade, com intuito que o local possa acompanhar o desenvolvimento socioeconômico de Cuiabá.

Por este meio vai ser tratado o tema de arquitetura patrimonial e os procedimentos para realizá-lo, dentro das normativas disponibilizadas pelo IPHAN, dando importância ao processo histórico e cultural do município e toda a memória do povo cuiabano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A SUA RELAÇÃO COM A ATUALIDADE

2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ORIGENS DO PATRIMÔNIO

“a cidade construída é vivida em vários tempos”

(SANTOS, 2004)

De acordo com Santos (2004), a cidade tem a presença do patrimônio como uma forma de se viver o passado e o presente de forma dinâmica e de coexistência. Com a passagem da temporalidade humana, pode-se visualizar, por meio das construções, os comportamentos humanos, com a representação da organização social e características arquitetônicas de um povoado, integrando com a marca histórica e arquitetônica de cada espaço.

Na pré-história, a compreensão humana sobre o povoar ainda era bem rudimentar, considerando que os recursos usados eram da natureza tais como a argila, madeira, palha e pedras, que, reunidos, formavam moradias mais resistentes às intempéries do clima. Ao estudar as edificações de uso cotidiano do passado, Fazio et. al. (2011), concluíram que um dos aspectos mais fascinantes é perceber como os materiais mais simples – como madeira, argila, sapê e pedra – são usados para criar a arquitetura, como se vê nas construções em arquitetura vernacular colocadas na figura 04.

Figura 04: Arquitetura Vernacular no mundo



Fonte: Archdaily, 2017.

Para Zevi (1996), “o fato de o espaço, o vazio, ser o protagonista da arquitetura é, no fundo, natural, porque a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também e, sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida”. Dessa forma, as construções históricas estão inseridas em um ponto crucial do desenvolvimento de cidades e de culturas, sendo uma das formas de se investigar e manter as origens, observando o patrimônio como uma imagem do passado.

Ao perceber a presença intrínseca do patrimônio como forma de estudar o antepassado, demonstrado como necessidade do humano em estabelecer conexões com o passado, Branco (2005) expõe “preservar o passado sempre foi uma necessidade inconsciente e/ou consciente do ser humano”, evidenciado pela figura 05, a cidade de Ouro Preto, localizada no estado de Minas Gerais, que mantém

sua estrutura colonial e seu patrimônio histórico, ilustrando a compreensão do que o patrimônio engloba. Por isto compreendemos que o patrimônio histórico engloba, uma maneira de conceituar o assunto.

Figura 05: Cidade de Ouro Preto-MG



Fonte: Infonet, 2019.

Antes relacionado com as faculdades de Direito e Contabilidade, o conceito de Patrimônio é identificado pelo dicionário Michaelis, como herança paterna, bens de família; em tempos passados; bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico; quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade.

Como elemento conceitual da arquitetura, Camargo (2002) considera como conceito clássico de patrimônio “bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional [...] traçado urbano, centros históricos, cidades históricas, e monumentos isolados”. Para a arquitetura do patrimônio, o conceito de patrimônio vai além da visão de uma edificação, para toda a sua importância cultural, social e patrimonial, com a presença da história petrificada nas construções.

O conceito de patrimônio histórico e cultural, segundo o IPHAN (1937) é “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor excepcional arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. O Artigo 216 da Constituição (1988), conceitua patrimônio cultural como bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nessas duas definições, é reconhecida a necessidade de preservar o que a sociedade guarda cultural e historicamente, para revisitar o passado e ter o núcleo urbano como ponto importante para a evolução das cidades.

De fato, as edificações no centro histórico, são uma forma de contar a história, por meio das organizações sociais, de famílias influentes, de documentações sobre as vivências e como a sociedade se organizou desde o começo da fundação até a atualidade.

Este trabalho terá como foco principal a área do centro histórico para utilizar as ferramentas do turismo para divulgação dos cronogramas do roteiro cultural da cidade, tendo a edificação remetendo os traços do período colonial matogrossense, enfocando o que a cultura local oferece aos viajantes com um modo único em receber e tratar, fazendo com o turista retorne.

Na verdade, a construção do centro histórico é uma representação de parte da vida da cidade, onde histórias são contadas, por meio da organização social, famílias influentes, registros de experiências desde a fundação até os dias atuais, e principalmente pela arquitetura ali deixada.

Diante disso, a arquitetura da edificação remete aos vestígios do período colonial de Mato Grosso, privilegiando o acolhimento, a hospitalidade e o retorno proporcionados pela cultura local para viajantes de forma única.

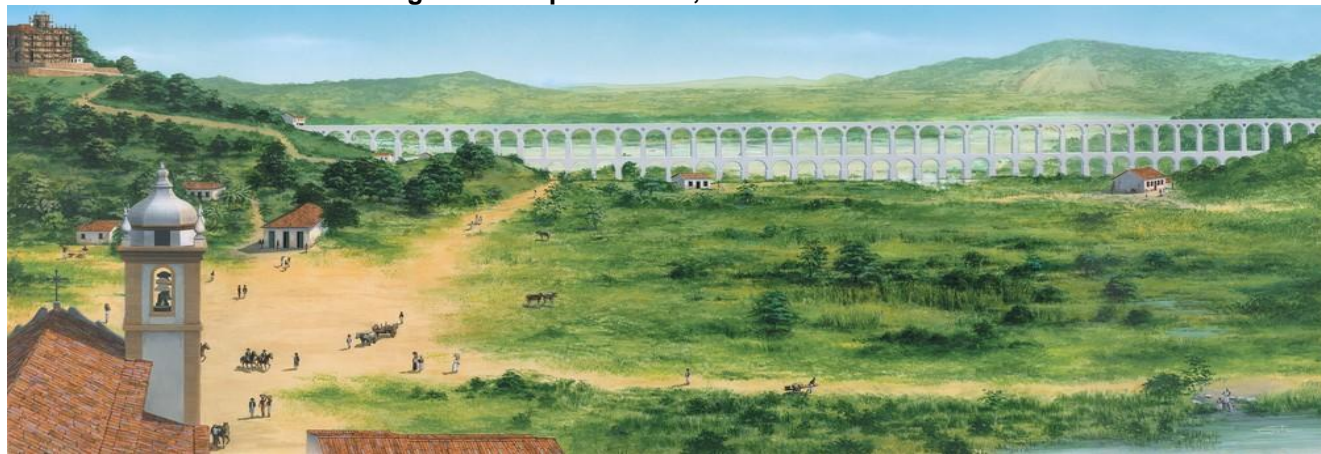
2.1.2 HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE PRESERVAÇÃO

A ideia de preservação é uma forma de manter a presença do passado em uma cidade que se desenvolve e se expande, com várias tecnologias conforme o tempo em que foram feitas as edificações, com a ajuda de tecnologias atuais, que comparadas ao passado, são os melhoramentos de técnicas antigas. Rolnik (1995), compreende que:

As construções de determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram, e por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas *pulsavam* através da dinâmica de seus antigos habitantes.

Continuando a descrição de Rolnik, “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social[...]” (1995:18), demonstrada na figura 06, referente à pintura do Rio de Janeiro em tempos coloniais.

Figura 06: Lapa em 1758, Rio de Janeiro- RJ



Fonte: G1, 2020.

Dessa forma, as cidades brasileiras carregam nelas as suas culturas, porém, de acordo com Severino e Santos (2010), a historiografia das políticas culturais no Brasil nos apresenta ausências e lacunas por todo o período colonial e até mesmo no Império. Demonstrando uma falta de cuidado em preservar a história naquele período. [...] “na república temos esforços na busca de uma identidade brasileira.” Com esse pensamento, a identidade brasileira é concomitantemente atrelada a necessidade em salvaguardar nossa história na construção da marca brasileira pelo mundo.

De fato, foram necessárias influências externas para redigir leis com parâmetros voltados para a preservação, por instrumentos legais, e que impactam no ambiente selecionado. Paralelamente, houve a presença de um órgão responsável em englobar a tarefa em ter catalogado essas edificações com o compilado de documentos que asseguram esse tombamento.

Este processo decorre da inserção de pensamentos da teoria da restauração, categorizado por Brandi (2004) em geral, que entende por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana.

Nesta teoria se encaixa, a figura 07 do centro histórico de Salvador com o pensamento de Choay (2001), quando confirma que “os monumentos, edificações e obras de arte que possuíssem valores excepcionais, artísticos e memorialísticos, que reverenciavam os grandes feitos e personalidades da historiografia nacional, eram dignos de salvaguarda”.

Figura 07: Centro Histórico de Salvador – BA



Fonte: Fragata Surprise, 2018.

A questão referente à preservação dos bens de importância cultural tem seu auge nos anos 20, que engloba as regiões com acervo histórico de acontecimentos aliado a iniciativas de preservação de patrimônio, sendo elas: São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Nesse espaço temporal dos anos 20, pode-se evidenciar um conjunto de políticas voltadas para o turismo, destacado por Severino e Santos (2010), e com isso houve aberturas legais relacionados a esses espaços de patrimônio histórico, sendo colocado por Carvalho (2016) as primeiras manifestações legais voltadas para o turismo no Brasil foram registradas por volta de 1930 e com as ações de caráter pontual, como as normatizações de cooperação com outros países, a regulamentação de empresas turísticas e de transportes e da

entrada de estrangeiros em território nacional [...], sendo uma forma do governo se inserir no mercado do turismo mundial, mostrando o que as cidades possuíam de melhor e construir o turismo brasileiro, evidenciado na figura 08, a cidade de Olinda como uma amostra do que essa intervenção trouxe para o turismo brasileiro.

Figura 08: Centro Histórico de Olinda-PE



Fonte: Brasil de Fato, 2019.

Nesse cenário, temos a criação do órgão SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que demonstrou a importância cultural no Brasil em 1930, proposta por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no período do Estado Novo, que resultou na

apresentação de um projeto de lei, concretizado pelo Decreto-Lei nº 25/1937, cujo objetivo era a preservação do patrimônio cultural e a proteção de obras de arte e de história do país (Carvalho, 2011).

Assim, muitas iniciativas foram bem sucedidas, sendo as primeiras Inspetorias Estaduais de Patrimônio nas cidades de Minas Gerais (1926), Bahia (1927), Pernambuco (1928), que auxiliaram com seus patrimônios edificados em cidades constituídas no período colonial que estavam passando pelo processo de urbanização.

2.2 HISTÓRICO DAS EDIFICAÇÕES

No mundo, o estudo do relacionamento do passado e presente, se tornou recorrente no século XIX e, como afirma Rodrigues (2017), “no campo da preservação patrimonial, a apreciação das ruínas foi fundamental durante o longo processo de maturação do conceito de monumento histórico e das formas de preservá-lo que se sedimentou durante o século XIX.”

Dessa maneira, o monumento não se descaracterizaria com o avanço da cidade e a urbanização ao redor dele, não prejudicaria sua essência. Esta seria uma forma de trazer as raízes de cada povo e sua cultura, nas edificações, que ao mesmo tempo lhe emprestaram a proteção e identificação como uma forma de conhecer parte da história de um povo.

Para isso, Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), historiador de arte e arqueólogo faz um breve retrospecto a respeito dos valores atribuídos aos conjuntos históricos, com os parâmetros inseridos no verbete “Ruína, Ruínas”, agregado no trabalho pioneiro na *Encyclopedie Méthodique: Architecture* estruturado dessa forma por Quincy

Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e de destruição no qual se encontra, ou está ameaçado, um edifício. Diz-se que um edifício está ameaçado de ‘ruína’, usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual interessá-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural,

a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a ‘ruína’ de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as ‘ruínas’ desse edifício (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003)

A forma de como progrediram esses pensamentos, influenciaram a construção de artifícios legais, visando em trazer uma aura de respeito aos antepassados, valorizando a cultura e as histórias ali vividas até a construção das cidades no presente, indicando desde a origem e o seu desenvolvimento até a atualidade. O desenrolar desses fatos configuram o conceito de patrimônio cultural. Que eleva a consideração pelos mais que têm sido menos considerados, como coloca Rodrigues (2017) ao identificar os parâmetros de identificação dessas ruínas:

[...]identificação da ruína cuja complexidade implica a confluência dos seguintes aspectos: grau de descaracterização da construção, condição de uso e idade das edificações, distanciamento temporal e causas do processo de arruinamento. A partir da constatação dessa intrincada caracterização é que podem ser apresentadas as asserções sobre a preservação da ruína (RODRIGUES, 2017).

Sendo assim, a inserção de uma edificação como patrimônio, precisa ser analisada de modo cuidadoso e com enfoque na relevância dela para a história, pois, tanto pode ser um potencial instrumento que evidencia as origens de alguma mudança cultural ou como pode reforçar eventos históricos correlatos.

Muitos patrimônios na Europa foram tombados e preservados, por terem sido relacionados com a história, como analisou Cesare Brandi (2004), advogado italiano, com a intenção em renovar o uso do patrimônio, desde que houvesse a preservação sem os falsos registros ou falsos históricos, e que fosse preservado fielmente seu conceito arquitetônico original como colocado por Brandi (2004) “Chega-se, desse modo, a reconhecer a ligação indissolúvel que existe entre a restauração e a obra de arte, pelo fato de a obra de arte condicionar a restauração e não o contrário”

Dentro da teoria brandiana, vemos que o pensamento é preservar o que pode ser preservado e catalogar o que fez parte da edificação, por meio dos axiomas, que norteiam o trabalho de conservação e restauro, com a intenção de manter a maior fidelidade possível aos antepassados, como ele mesmo coloca:

A restauração, para representar uma operação legítima, não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história. A ação de restauros, ademais pela mesma exigência que impõe o respeito da complexa historicidade que compete à obra de arte, não se deverá colocar como secreta e quase fora do tempo, mas deverá ser pontuada como evento histórico, tal como o é, pelo fato de ser ato humano e de se inserir no processo de transmissão da obra de arte para o futuro. (BRANDI, 2004)

Como foi feito na Alemanha, em um edifício que apresenta suas características com apenas alguns retoques de modernidade, como se vê na figura 09. Ele apenas se revigorou com o uso de materiais que não retirassem a essência da edificação, demonstrando o cuidado no que a obra representa. É uma amostra, na prática, da teoria do restauro crítico nos moldes de Brandi.

Figura 09: Edifício Elbphilharmonie – Hamburg/Alemanha



Fonte: Architetti, 2015.

Quando se entende, substancialmente, a essência da necessidade histórica e cultural dos empreendimentos patrimoniais, é importante enaltecer sempre a estrutura existente tanto para ser aproveitada pelo turismo como pela própria história. É esta fidelidade arquitetônica e histórica que será relatada aos cidadãos e aos turistas, como forma de manter viva a cultura e os conhecimentos a respeito do monumento, como acontece com o Coliseu, na Itália, palco de vários episódios da história universal, conforme se vê a figura 10.

Figura 10: Ruínas do Coliseu Romano – Roma/Itália



Fonte: Rome Museum, 2018

No início do século XX, o Brasil começou a implantar programas de proteção que integrassem as cidades históricas, considerando que o avanço da urbanização poderia colocar em risco o patrimônio histórico-cultural brasileiro, sendo uma forma de proteger as origens do processo histórico brasileiro. Para Branco (2009):

A partir do século XX, qualquer objeto ficou passível de conservação por conter informações a serem interpretadas que poderiam remontar o processo histórico. Contudo, esta seleção deveria se concentrar na busca de um monumento que representasse a identidade coletiva de uma determinada sociedade. (BRANCO,2009)

Dessa forma, as informações históricas seriam colhidas em cada estado brasileiro, respeitando cada idiossincrasia e assim construir sua própria marca. Ao mesmo tempo, seria criada uma imagem de Brasil no exterior, apoiada por uma política de turismo que fortaleceria a cultura brasileira como diferenciada pois, a própria diversidade migratória havia criado um estilo único de conjunto urbano preservado.

Brandi (2004) expõe que “[...] não se deve crer que um conjunto urbano ou uma paisagem possa ser separado do tecido na qual lentamente foi formado: assim, nem mesmo um monumento, nem mesmo uma obra de arte pode ficar independente daquilo que a circunda.”

No Brasil as leis patrimoniais não atingiam o Patrimônio Cultural, só na década de 1970 sua legislação foi agregada às leis do Patrimônio Arquitetônico, como explica Branco (2009), “A princípio, as leis patrimoniais se concentravam no Patrimônio Arquitetônico para somente em meados da década de 1970 abranger o Patrimônio Cultural um conceito mais amplo e intangível, um pensamento mais abrangente que posteriormente se encaminhou para o que chamamos hoje de Patrimônio Cultural Imaterial.”

Neste período, houve uma reunião em Brasília para colocar em pauta a questão do patrimônio histórico nacional, como resultado do encontro foi criado o compromisso de Brasília que subordina o patrimônio ao então Ministério da Educação e Cultura, sob o controle da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Foi um período conturbado para as questões patrimoniais, porque as verbas destinadas ao então Ministério da Educação e Cultura, não priorizavam o patrimônio e a educação estava sendo massificada em detrimento da qualidade, impossibilitando uma conscientização voltada para a compreensão que levaria o povo brasileiro a construir sua própria identidade coletiva cultural, sem a interferência tão castradora do Regime Militar (PELLEGRINI FILHO,1993).

Por essas razões, muitos casarões históricos não obtiveram o apoio dos recursos financeiros ou incentivos ao turismo necessários para a preservação, porque as verbas eram cortadas pelo Regime Militar e, conseqüentemente, alguns movimentos para tombar e

preservar centros históricos foram postergados, embora algumas propostas tenham sido colocadas em prática, graças ao incentivo de Aloísio Sérgio de Magalhães, co-fundador da primeira instituição superior de design no país que levava o nome de Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro, sendo castrado pelo Regime Militar, então alguns movimentos para tombar e preservar centros históricos foi postergado, mas com incentivo de Aloísio Sérgio de Magalhães, foi colocada a prática essas propostas.

Pellegrini Filho (1993) afirma que:

Provocou uma evolução conceitual que nos faz compreender patrimônio cultural incluindo não apenas artefatos da elite mas também os de grupos minoritários (indígenas, negros, ciganos e outros) e os estratos populacionais não privilegiados. Realmente, na seleção e na preservação de bens representativos, não interessa exclusivamente a casa-grande mas também a senzala, não apenas as mansões de barões do café ou de primeiros industriais mas também humildes conjuntos residenciais de colonos e de primeiros trabalhadores da indústria, bem como interessa registrar o artesanato pobre rural e urbano, as modas-de-viola, o processo evolutivo da macumba/umbanda (passando de caso de polícia para culto religioso reconhecido e até procurado pela elite), a medicina tradicional popular, a chamada arte plumária e as pinturas corporais indígenas, os movimentos reivindicatórios de operários etc.

Com esse incentivo, o Brasil começava a resgatar suas origens e a importância histórica de trazê-las, via documentação, para uma linguagem popular, de modo que a cultura fosse mantida viva, com um perfil brasileiro, que era sua melhor forma de atrair o turismo em suas diferentes modalidades, tendo a praia como a mais popular, com demonstra a figura 11 abaixo, com a praia de Copacabana em 1990.

**Figura 11: Imagem do Turismo Brasileiro para Turistas internacionais
Rio de Janeiro – 1960**



Fonte: Copacabana, 1960.

Com o avanço do tempo, mais legislações inseriram o patrimônio histórico e cultural como principal interesse de desenvolvimento, até ser colocado como um dos direitos constitucionais, de acordo com o site IPHAN como uma forma de reconhecimento da importância do Patrimônio dentro da construção da história do país. Em seu artigo 5º a Lei Magna coloca:

Artigo 5º - Todos são iguais Perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio

público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da suculência;

Esses princípios legais, formaram a legislação de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, como uma mostra do dever governamental em confeccionar legislações, as quais englobam o bem patrimonial e as histórias guardadas nos casarões e palcos de eventos históricos da cidade.

A sociedade contemporânea, busca na atividade turística uma forma de desenvolver a mobilidade urbana e a comunicação, como uma forma de trazer facilidades para a redução dos deslocamentos em áreas com potencialidades de expansão. Com isso, Souza et. al. (2018) expressam que:

Acompanha também a expansão da atividade o vasto acesso a informações e a necessidade do homem de buscar formas de descanso ou mesmo outra maneira de adquirir conhecimento. No entanto, a globalização, ao mesmo tempo em que, frequentemente tem provocado a homogeneização da cultura, tem propiciado o resgate das particularidades e autenticidades de expressões culturais locais, através do resgate da história e memória que o movimento de turistas pode trazer a uma localidade. (Souza et. al.,2018)

Além de ser uma motivação interessante, ao trazer como uma proteção da memória e o sentimentalismo de pertencimento social ao identificar suas origens como formadoras da hierarquia da cidade, o patrimônio evidencia a relação desse fenômeno turístico com a preservação do espaço, dando-lhe usos e formas de entendê-lo ao conhecimento ao público.

Isto representa para Souza et. al. (2018) que:

[...]os aspectos positivos do fenômeno turístico, onde o ato de visitar os monumentos históricos e os patrimônios impulsiona as ações de preservação e de conservação, seja pelas empresas privadas ou pelo poder público, através de políticas específicas nessa área.(Souza et. al., 2018)

Para isso, todo o patrimônio já está tombado pelo IPHAN, deve respeitar a legislação e tornar a área um espaço especial sob a jurisdição federal que dispõe a relevância desse processo:

Tombar um bem cultural diz respeito a um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. A ação de tombamento somente é aplicada a bens materiais que sejam de interesse para a preservação da memória coletiva. (IPHAN,1937)

Este é o método mais eficaz de manter uma parte da história edificada, como uma maneira de coexistir com a contemporaneidade como um tempo de preservação revertido em utilidade pública, em prol da manutenção da memória e das personagens importantes para deixar o espaço existir como é, assim como está demonstrado na figura 12, o centro histórico de Cuiabá.

Figura 12: Centro Histórico de Cuiabá/MT



Fonte: IPHAN/MT

Atualmente, o sentido em preservar, liga-se diretamente com a identidade cultural de uma sociedade, como uma construção coletiva em que o comportamento social se expressa, para Kersten (2000) o patrimônio cultural engloba as manifestações significativas presentes nas relações sociais e nessa perspectiva, o patrimônio cultural tem seu sentido e significado nas vivências coletivas do homem e da sociedade.

O turismo entendido como um dos principais fatores do trânsito ou da mobilidade humana configura-se como uma atividade marcadamente cultural, impulsionado pelo desejo dos grupos sociais em vivenciar experiências diferenciadoras de seu cotidiano, projetando, dessa forma, o patrimônio cultural como instrumento mediador de aprendizagem e educação (COSTA, 2009).

Figura 13: Bar do Bugre – Cuiabá/MT



Fonte: Almanaque Cuiabá

O poder do turismo acontece através destas interações com outras culturas aptas em receber e dispostas a interagir com o estímulo, como uma forma de quem habita ou transita pela região se depare com esse legado, colocado de forma harmoniosa da mesma forma que os antecessores deixaram para as próximas gerações, como o conhecido “Bar do Bugre” no centro de Cuiabá, representado na figura 13, acima.

Dessa maneira, destaca-se o turismo como uma legítima conexão local-global, promovendo interações com culturas, que possuem relações interessantes na construção do elo de pertencimento que para Carvalho é uma relação benéfica.

Destaca-se ainda a sua dimensão econômica, cujos benefícios podem ser sentidos na valorização comercial dos bens simbólicos no mercado de consumo, na formatação e comercialização do patrimônio como produtos ou espaços de visitação turística e a importância da atividade para o desenvolvimento social e econômico de diversas regiões. (Carvalho, 2011)

2.2.1 HISTÓRIA DA PRAÇA DA MANDIOCA E SEU ENTORNO

O núcleo urbano da cidade de Cuiabá surgiu por meio do avanço das bandeiras da Capitania de São Paulo, que desbravou o território brasileiro, em especial, o centro oeste. Dessa forma, devido à descoberta de novas jazidas de metais preciosos e através da utilização de mão de obra indígena, os paulistas foram se estabelecendo na região mato-grossense. Diante disso, a vida setecentista mato-grossense foi retratada por Carlos Alberto Rosa na tese de doutorado “A vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808” (1996), dispõe do processo histórico colonial do Estado de Mato Grosso, destaca-se a fixação em uma região nova indo além da exploração aurífera.

Podendo atentar-se a característica de ocupação permanente da região para efetivar as ações incentivadoras dos mestres do ofício, considerando a vida sócio econômico do Arraial, contribuindo a formação de habitações locais. Por mais que tenham havido oscilações no cenário político, elas se passavam em segundo plano evidenciada pela citação abaixo:

Essa política de contenção (da revolta, nos quadros da quebra político econômica do sistema colonial) visava principalmente Cuiabá, mais populosa, menos pobre e em maior contato com outras regiões da colônia(...). Grande importância foi dada neste período às festas que se realizavam em Cuiabá e Vila Bela(...). Essas manifestações públicas ativaram o comércio, aumentando o consumo dos artigos despendidos para a ornamentação de ruas, praças e igrejas e na confecção de fantasias. Os preços dos produtos eram majorados e garantiam lucros para os comerciantes. Além de ativar o comércio local, as festas tinham a função de distrair a população das questões políticas enfrentadas pela colônia, como também, pelas províncias espanholas. (ROSA,1996; 18 apud VOLPATO,1987)

Com a crescente migração de pessoas para a cidade, ocorre concomitantemente o crescimento urbano da cidade, a partir do século XVIII, sendo possível elencar as atividades culturais realizadas em outros aglomerados urbanos maiores. Diante disso, foram apresentadas, desde os anos de 1729 a chegada de autoridades, chegadas e partidas, nascimentos e mortes das personalidades. O autor ressalta pesquisas efetuadas por Alcides Moura Lott, destacando os festejos em espaços públicos dotadas de encenações teatrais realizadas em Mato Grosso no século XVIII (ROSA, 1996).

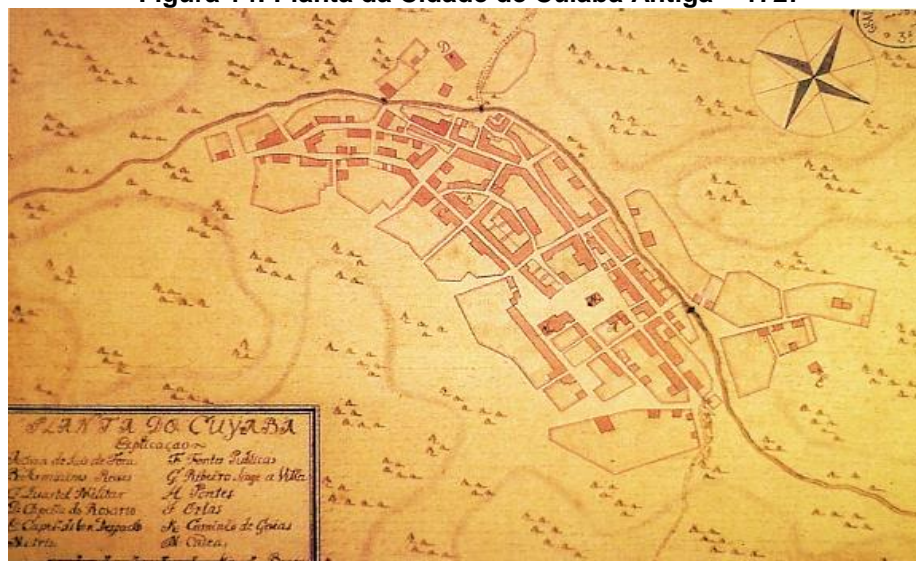
O espaço cênico usado era o tablado, na praça ou na rua. [...] iluminações nas ruas e nos edifícios públicos e particulares [...] as preocupações e definições para a construção de um teatro [...] Lisboa, onde a última novidade portuguesa em teatro era o teatro de carros (Em Cuiabá) foi preparada uma grande festa com teatro de carro, o novo espaço cênico [...] (ROSA, 1996 apud LOTT, 1987).

Diante disso, era notável a percepção do público com essa vida social voltada para as festividades e datas relevantes para a sociedade à época, sendo o modo em que a sociedade local se conhecia e interagia com as realidades sociais, via a presença de figuras

importantes para o país, sendo descrito por Mendonça (1969) cita a data de 1º de janeiro de 1827 com a elevação de *status* do então arraial à Vila, pelo General Dom Rodrigo Cezar de Menezes, Governador da Capitania de São Paulo, em que ocorre-se uma procissão referente a comemoração desse dia, com a ilustração da composição espacial daquele tempo pela figura 16.

[...] Às nove horas da manhã de 1º de janeiro de 1827, estava já pronto o Senado da Câmara e Republicanos destinados a tomar as varas do palio para o início da procissão solene do Padroeiro da Vila, a qual concorreu imenso povo. Da rua da mandioca seguiu o cortejo pela rua imediata chamada de Cima, era inumerável o concurso do povo, prossegui a procissão pela mesma rua, e no fim dela a embocadura da praça (praça Alencastro), onde faz travessa com o beco chamado de José Gomes, continuou pela praça até entrar na igreja, onde praticadas as “cerimônias” da cruz e água benta. [...] sua Excelência o Capitão General, acompanhado de sua guarda, regressou à sua residência no Largo da Mandioca (MENDONÇA, 1969).

Figura 14: Planta da Cidade de Cuiabá Antiga – 1727

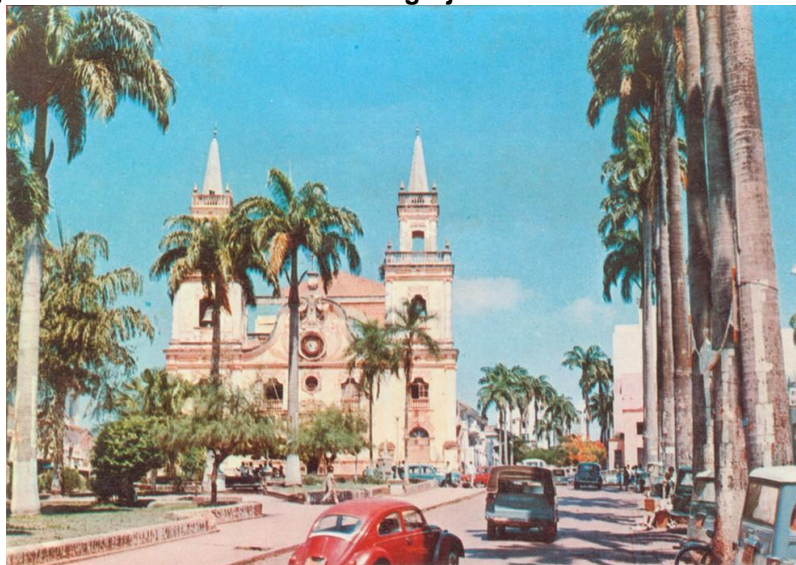


Fonte: Open Edition Journals

Com isso a relevância do espaço da praça da mandioca e seu entorno são importantes para a história de Cuiabá, com a passagens de eventos políticos, culturais, sociais e até mesmo um estandarte de como a sociedade portava-se antes dos avanços e a imigração de culturas dos outros países, os quais ajudaram a compor as raízes da cidade.

Visto que este progresso, foram demolidas as edificações antigas na região central com o intuito em constituir prédios mais funcionais, pois nesse período a área já tinha pré-disposição ao comércio. Com a ocorrência da antiga catedral de Cuiabá em 1968, é relatada como um dos eventos mais traumáticos da perda de um bem pelos cuiabanos. Devido a comoção, a sociedade se posicionou contrária à implosão da igreja matriz, não foi o bastante para impossibilitar sua demolição, havendo apenas fotografias como era a igreja, demonstrado na figura 15 e 16 abaixo.

Figura 15: Foto Remasterizada da Igreja Bom Jesus de Cuiabá Antiga



Fonte: G1 Mato Grosso

Figura 16: Demolição da Igreja Bom Jesus de Cuiabá Antiga



Fonte: Olhar Direto

Essa ação foi abrangendo outras edificações localizadas no centro histórico, sendo embasadas na ideia de progresso cosmopolita. O fato em ocorrer demolições de casarios coloniais levantou preocupações dos historiadores, arquitetos e entusiastas da preservação do patrimônio, que por meio dessa consideração com a história e cultura de Cuiabá, foi criado um grupo nos anos 80 com intuito em inventariar os casarões remanescentes e subsidiar o processo de tombamento federal.

Devido a atitude, em 1985, as regiões do Porto e Centro foram provisoriamente preservadas, porém o tombamento em escala federal foi efetivado em 1987 e posteriormente homologado em 1992. De fato, esse procedimento de preservação para os casarios setecentistas confere a um marco da história à capital do estado de Mato Grosso, relata Conte & Freire (2005)

O tombamento justifica-se porque a área mantém integro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda as marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII (ainda que alguns modificados), as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 do século XX tão comum nas cidades brasileiras. Esse acervo construído “conta” a história de formação do centro – sendo, portanto, expressão cultural da cidade – e das atividades ali desenvolvidas.

Pode-se afirmar que o centro é a própria história da cidade, seu espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade. No entanto, o desenvolvimento experimentado por Cuiabá nos últimos anos vem exercendo forte pressão sobre o Centro da Cidade. O atual crescimento acelerado vem provocando a descaracterização de praças e da arquitetura; além da alteração das relações entre seus componentes. (Conte; Freire. 2005)

A localidade onde está inserida a praça da Mandioca pertence à área tombada do conjunto, uma das mais antigas da cidade. Com aproximadamente 1000 imóveis compõem a área tombada e seu entorno, que se divide em 10 setores de amortecimento e transição.

Na figura 17, pode-se compreender a extensão desse tombamento, que atualmente está vigente nas esferas federal, estadual e municipal.

Ao total, o conjunto abrange uma área de 62,7 hectares, sendo 13 hectares de área tombada. Destes 1000 imóveis, 400 pertencem a área tombada e as outras 600 ao seu entorno, dentro do qual, há ainda uma área verde de 10 hectares, o Parque Municipal Antônio Pires de Campos, popularmente conhecido como Morro da Luz, que pertence à área de entorno homônima (Conte & Freire, 2005).

2.2.2 A COLOCAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Este enfoque chama a atenção para a prática possível de proteger e preservar o patrimônio histórico, que atualmente, encontra-se em situação precária, esquecido e beirando o descaso, embora à margem das raízes da cidade.

Cabe ao planejamento turístico transformar um patrimônio bem edificado em experiência significativa e de destaque para o patrimônio cultural, a ponto de provocar a necessidade de dispensar atenção, preservar e conservar as construções históricas para transformá-las em produtos turísticos que toquem o pensar e o agir dos homens (CERÁVOLO, 2010).

Como ressalta Souza et. al. (2018), ao propor e formular mecanismos para beneficiar não apenas viajantes, mas também elevar a qualidade de vida e a mobilidade urbana, a instrumentalidade derivada do turismo tende a se distribuir num maior espaço físico possível, evitando concentrações e acentuada sazonalidade. Esta também é uma maneira de prever formas de resgate histórico e valorização da cultura local como meio de incentivar o sentimento de pertencimento, fortalecer a identidade, elevando acima de tudo, a qualidade de vida das populações locais.

Então a presença dessa relação com os sentimentos e a composição pulsante comercial, explora um lado da cidade como promissor, corroborando com a plausível ideia de constante evolução, como uma maneira em representar essa dinamicidade, que a cultura local mostra como meio de produção, de circulação, de trabalho e de lazer quem constrói, mantém e usufrui de seu patrimônio (CERÁVOLO, 2010).

Com isso, podemos perceber uma relação de estabilidade e proveitos entre o excursionismo, comércio e patrimônio, devido ao processo de globalização além da interação entre outras culturas por meios digitais, que pode ser compreendida pelos símbolos e signos deixados nos imóveis e no que costumeiramente era realizado, quando abordado de modo histórico ou como “um fenômeno ou uma prática de como os humanos se relacionam formando uma complexa teia de relações sociais que necessita ser revelada” (SOUZA e BAHL, 2011).

Para ser estandarte dessa ideia, a cidade deve ter locais onde o viajante se sinta próximo, por meio da localização, das imagens, das histórias contadas a respeito dos antepassados ou dos eventos importantes, para que agregue conhecimentos e leve na memória o que viu e ouviu, para que agregue os conhecimentos buscados onde o excursionista se instalou e o que ele pode levar da história.

É interessante notar como Gislou (2015) se expressa a respeito:

O turista busca imagens, percepções, conhecimentos, emoções onde ele pode interpretar a história e desvendar a cultura local. Ele não quer ver apenas lembranças do passado para serem guardadas, mas sim, o significado que a história teve para o lugar e as lembranças que possam ser perpetuadas com um uso ou utilidade.

Como uma forma em estabelecer um vínculo de memória ou guia de lembranças das histórias vividas naquele contexto, tendo as motivações de contato com aquele bem e as experiências sentidas pelo usuário, com Gislou (2015) explica:

Ela deve proporcionar também um importante contato entre o turista e as pessoas do local, do seu cotidiano e da sua cultura, e tem função importante para conservação da memória e identidade local, colaborando para que a cidade reconstitua a sua história. Em alguns locais históricos, são criados espaços privilegiados para os turistas, favorecendo sua presença.

Vale ressaltar que os três pontos mencionados anteriormente para a obtenção de êxito são interdependentes podendo-se aplicar neles a “noção moderna de patrimônio”, anotada por Pellegrini Filho (1993), quando afirma que não se pode limitar aos edifícios patrimoniais nem a cultura uma forma de infinitos significados.

Diante disso, essa ferramenta exposta, favorece uma perpetuação e múltiplos usos da estrutura de uma edificação colonial em prol da salvaguarda da cultura, história e o método construtivo empregado no casario.

2.2.3 PANORAMA COMERCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

A relevância do patrimônio histórico no Brasil foi destaque na publicação do Decreto-Lei nº25 de 1937, que integra uma importante medida do governo getulista editada para atender e organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, desencadeando políticas públicas diretamente voltadas para assistir ao patrimônio histórico e cultural de todo o país. Explicitado em seu Artigo 1º, tais propósitos seriam assim abordados:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Em 1988, com a publicação da Constituição Federal, a definição de patrimônio histórico e cultural foi ampliada, quando insere na categorização nas formas de expressão até dos conjuntos urbanos e suas singularidades expressado no Artigo 216.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Para transladar essa questão para o contexto mato-grossense, é possível verificar que existem bastantes patrimônios históricos e culturais, incluídos na gestão da Superintendência do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso, cuja

sede estadual opera em Cuiabá. O tombamento realizado nos conjuntos urbanísticos dos centros históricos, que agregam as edificações, estão o Centro Histórico de Cuiabá, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Acorizal, Poxoréu e Poconé.

Dentro desse escopo, há uma parcela comercial que foi relevante na sociedade e na organização do Centro Histórico, com modalidades comerciais, e representa marcos históricos para a comunidade, como o Bar do Bugre, representado pela figura 18 abaixo, localizado na avenida Getúlio Vargas e a Rua Pedro Celestino, zona de comércio do Centro Histórico.

“Cuiabá estava inaugurando um cinema num galpão ao lado do reformado Cine Teatro Cuiabá. Minha avó que além de mãe, dona de casa, doceira e boleira viu a grande oportunidade de montar para aquele pacote, um bar.” (Almanaque Cuiabá, 2019)

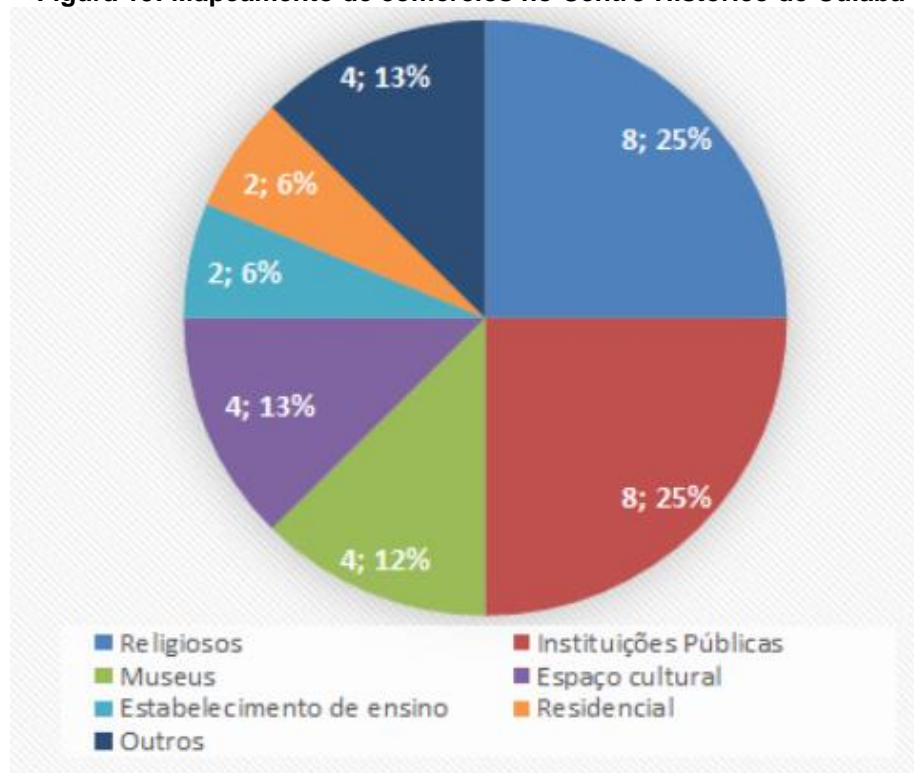
Figura 18: Antigo Bar do Bugre - Cuiabá/MT



Fonte: Mídia News, 2020.

Como um dos integrantes dos comércios que existiram no Centro Histórico, estes comércios formam a proteção do espaço e memória das pessoas que frequentaram de quem estava na posse dele, seus tipos e a porcentagem de comércio na capital, demonstrada na figura 19 elaborada por Novack.

Figura 19: Mapeamento de comércios no Centro Histórico de Cuiabá



Fonte: Novack, 2019.

É notável a presença dos bens e como eles possuem diferentes usos, sendo predominante o uso religioso, pela quantidade de bens conforme apresentado por Novack:

Dos 32 bens tombados, atualmente 25% estão sendo utilizados para fins religiosos, 25% utilizados pelas instituições públicas, 12% utilizados como museus, 13% utilizados como espaços culturais, 6% utilizados como estabelecimentos de ensino e 6% utilizados como residências, [...]. (NOVACK, 2019)

Diante disso, percebemos a importância que a diversificação desses usos, traz para a vida do centro histórico e como pode impulsionar o turismo e protege a memória da edificação, tornando-se um eficiente meio para promover essas construções voltadas para a melhoria da qualidade de vida, na experiência do visitante e na absorção dos conhecimentos que ali existentes.

Com isso, pode-se evidenciar algumas construções que tem o acervo cultural com atividades sociais, com artesanato, gastronomia e outros atrativos sazonais que instigam a rotatividade do público local e turístico, sendo eles o Sesc Arsenal, tombado pelo Estado de Mato Grosso, a área tombada do centro com o Chapeleiro Café e Sebo e a presença do Espaço Cuyaverá de Eventos.

O conceito adotado pelo Chapeleiro Café e Sebo, na figura 20 abaixo, é uma casa com antiguidades que podem ser vendidas aos clientes ou apenas apreciados por eles durante a estadia na cafeteria, sendo uma forma de integração direta do público com os objetos do passado, como porcelana, detalhes de quadros antigos e outros artigos.

É descrito pelo Salvani (2020) do site Olhar Conceito:

“A casa localizada na Praça da Mandioca foi encontrada há cerca de um ano e meio. A idealização do Chapeleiro vem sendo feita desde então. A junção de um sebo e café se deu pela própria experiência dos dois de irem em locais que não conseguiam oferecer o serviço desejado.”

Figura 20: Chapeleiro Café e Sebo



Fonte: Google Street View, 2019

No Espaço Cuyaverá, na figura 21 abaixo, foi idealizada pelos sócios Odenir Vandoni e Sergio Borges. É uma edificação histórica localizada na rua Pedro Celestino no centro de Cuiabá, como uma forma de manter a estrutura da casa, acompanhando a contemporaneidade dos tempos.

Desta forma, com a premissa em realizar eventos, a residência familiar se transformou em um belo espaço de eventos, segundo Mercuri (2016) do site Olhar Conceito:

“Residência da tradicional família Vandoni, o espaço foi reformado pelos sócios Odenir Vandoni Jr. e Sergio Borges Oliveira e, depois de pronto, era bonito demais para ser só de uma pessoa: “Como é um patrimônio tombado, você precisa reformar. Pra reformar um patrimônio desse é caro. E você reforma e vai alugar isso por quanto? Pra quem? Então a ideia foi: vamos realmente fazer essa reforma, mas pensando em utilizar o espaço pra eventos”, explica Sergio.”

A reforma durou 3 anos, com a supervisão do IPHAN/MT, devido aos 380m² e a localização na área tombada, seu interior é composto por três salões, além de um deck e um jardim com vista para a Igreja São Benedito. Nos ambientes da casa é possível notar as ‘vitrines de vidro’, em que na inauguração foram colocadas homenagens do IPHAN à Cuiabá, como Mercuri (2016) descreve.

Figura 21: Espaço Cuyaverá



Fonte: Google Street View, 2020

2.2.4 HISTÓRIA DA MARIA TAQUARA

Figura querida do imaginário cuiabano que se passa por lenda, essa mulher, apelidada de Maria Taquara, existiu nos anos 40, com a personalidade forte e a quebra dos padrões conservadores da época. Sendo um estandarte da força da mulher, com seu trabalho de lavadeira, era uma personalidade de poucos risos e de pouca conversa. Pela versão popular conhecida, Sampaio (2019) para o site Única News discorre sobre a figura de Maria Taquara, com a figura 22 abaixo, como é retratada no imaginário cuiabano.

“Maria Taquara”, como foi apelidada, viveu em Cuiabá na década de 40, morava num terreno baldio perto de onde se localiza hoje o Shopping Goiabeiras. O apelido veio devido à altura e magreza. Vivia de lavar roupas para algumas famílias e ficou famosa, porque era muito corajosa e desafiava os padrões sociais da época. Foi a primeira mulher a usar uma calça comprida.” (Sampaio,2019)

Com os complementos de Marimon (2014), à época, a figura de Maria Taquara era vista no centro da cidade, como uma mulher humilde, com seu trabalho de lavadeira, porém querida para quem servia os serviços de lavadeira. Muitos falam bem dela e até hoje, passa como uma memória que se aproxima de uma lenda.

“Ela descia a rua com uma trouxa de roupa na cabeça. Todos os dias. Uma eterna rotina de uma mulher pobre e humilde, mas trabalhadora. O ano é 1940. E ela até hoje povoa o imaginário cuiabano. Pode-se dizer que se tornou uma lenda. A transgressora da moral e dos bons costumes, a primeira mulher a usar calças em Cuiabá. Historiadores dizem que ela sempre esteve à frente do seu tempo. Seu paradeiro é desconhecido, a sua origem também. O que paira sobre ela são as névoas das fábulas que se criaram para perpetuar este ícone cuiabano. Seu nome é Maria. O sobrenome não se sabe. Apenas que por aqui, a chamavam de Taquara.” (MARIMON,2014)

Figura 22: Ilustração de Maria Taquara



Fonte: JB Conrado, 2014.

A história de Maria Taquara se resume a uma lenda popular, com poucas pessoas que a conhecem ou a conheceram, sendo um marco da força da mulher cuiabana em trazer em seu ganha pão a vivacidade da vida pelas ruas e pelos calçadões da cidade com sua trouxa de roupas e o esmero em lavá-las e sempre ter essa memória viva dos tempos de cidade interiorana que Cuiabá um dia foi, representada na escultura de ferro.

Figura 23: Escultura de Maria Taquara



Fonte: Olhar Conceito, 2014.

O símbolo e o signo estão fixados em uma estátua de aço na Praça Maria Taquara, na figura 23 acima. E mesmo que milhares de pessoas passem por ela, que ainda segura a trouxa de roupas na cabeça, e que não conhecem sua história, destino, caminhos, nem imaginam, que desta figura folclórica que povoou a mente de soldados se fez até música. E mesmo que ninguém saiba quem era a mulher negra e magra que perambulava por Cuiabá, ela se fará presente, com seu semblante frio e de aço, a olhar para o futuro estando sempre no passado.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS PONTOS CULTURAIS DA CIDADE CUIABÁ

Os pontos de cultura da cidade, são locais os quais agregam agentes culturais que interagem entre si, como uma forma de trazer o público local e em geral para usufruir as iniciativas culturais oriundas da sociedade civil e de agentes culturais, sendo possível capacitar esses espaços de oferta ao público com o intuito de mobilizar uma cadeia produtiva, para Santos (2018)

“Importantes do ponto de vista artístico-cultural, por se constituírem em um lugar de criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público; do ponto de vista social, por serem espaços capazes de influenciar e qualificar as práticas de sociabilidade vigentes, e ainda do ponto de vista econômico, por mobilizarem a cadeia produtiva da cultura e também por associá-la a outras dimensões econômicas, como turismo e comércio;[...]"

Os espaços culturais são, de suma importância, para a manutenção do conhecimento popular a respeito da história da cidade e dos eventos históricos que cada edificação, rua e traçados urbanos representam para a sedimentação cultural da sociedade, como uma forma em proporcionar um contato direto com os aspectos culturais, artesanais, gastronômicos, dentre outros, que Santos (2018) discorre

“os equipamentos culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, etc.) são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam.”

Com isso, a cidade de Cuiabá, possui uma categorização desses pontos de cultura que, para a SECEL, temos a seguinte conceituação para definição dos espaços culturais que possui, como uma demarcação do que cada instrumento pode ser e o que pode ser integrado ao circuito de equipamentos culturais da cidade para a população.

“Em sua concepção, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam conjuntos de ações em suas comunidades, e destes, entre si. Assim, os Pontos de Cultura, tem por finalidade articular, receber e disseminar as iniciativas culturais vindas da sociedade civil e de agentes culturais.” (SECEL)

Sendo um principal estandarte da cultural local, esses espaços têm por objetivo demonstrar as expressões dos grupos /e/ou comunidades, aderindo ao patrimônio cultural, material e imaterial das cidades brasileiras, uma forma de integrar os poderes de gestão públicas nas esferas federal, estadual e municipal em prol desses processos culturais não pereçam, seguindo a recomendação da SECEL.

“Por ser resultado da expressão de grupos ou comunidades, eles não são um modelo único, tendo apenas dois aspectos em comum: o da transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, juntando grande parte do patrimônio cultural, material e imaterial das cidades brasileiras.” (SECEL)

“A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária, realizada a partir de chamamento público, em editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras. Eventualmente, outras instituições públicas podem ser responsáveis pelo chamamento público.”

Como é algo voluntário no aspecto social, temos que levar em consideração quais são os principais objetivos em se criar e ter pontos culturais que a SECEL, criada no ano de 2009, define-se em 8 tópicos de objetivos gerais, os quais englobam de maneira efetiva os pontos de ação para a evidenciar as edificações com esta oferta de atividades.

- reconhecer iniciativas e entidades culturais;
- fortalecer processos sociais e econômicos da cultura;
- ampliar a produção, fruição e difusão culturais;
- promover a autonomia da produção e circulação cultural;
- promover intercâmbios estéticos e interculturais;
- ampliar o número de espaços para atividades culturais;
- estimular e fortalecer redes estéticas e sociais;
- qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.” (SECEL)

Diante disso, a proposta projetual se enquadra em um ponto cultural, pois atenderá os 8 objetivos gerais colocados em tópicos pelo Estado de Mato Grosso e a necessidade da cidade em possui um espaço com entretenimento alternativo com intuito em reavivar o espaço do centro histórico com atividades, exposições, eventos, dentre outros aspectos culturais.

2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Desde o começo do estudo da arquitetura, pode-se notar a marca de um povo ou contexto histórico para identificar os períodos que a sociedade passou com suas transformações e a forma de manter as outras gerações interagindo com esses períodos que representaram, de modo expoente, os aspectos comportamentais, que foram sendo agregadas até a nossa cultura atual.

O destaque de uma cultura local como única no mundo, na concepção de Marcuse (1998) apud Vargas e Castilho (2006) ocorre quando essas construções passam a tomar parte dos acontecimentos e a partir do reconhecimento e da representatividade de um edifício quanto à história de um lugar, sua preservação passa a ser um direito, independentemente de ser um edifício de caráter monumental ou esteticamente simples, provocando um sentimento de pertencimento social aliado a preservação das raízes implantadas desde a fundação da cidade naquele eixo, como as famílias pioneiras e como a cidade se desenvolveu a partir dali.

Em ambientes turísticos, onde circulam pessoas do país inteiro e do exterior, circula muita gente interessada na cultura local e no que a cidade tem para oferecer em atividades turísticas. O turismo cultural, comercial e gastronômico como formas de atrair o turista e motivá-lo a retornar mais vezes assim como faz do turismo um ponto positivo para o estado que poderá mostrar suas potencialidades em locais específicos, influenciados pela história, culinária, cultura e construções arquitetônicas.

Bianchi (2010) afirma que “ver uma paisagem é temporal, o que o homem olha hoje foi criado ontem pelos seus antepassados. O homem anterior aí se fixou, criou seu espaço que geralmente admiramos, pois são de grande importância para nós como lugares de memória”.

No aspecto da integração com o contexto urbano, Arantes (1999) “[...] propõe-se que a construção dos lugares de memória se torne um processo mais reflexivo, ou seja, privilegiam-se escolhas pautadas numa racionalidade que avalia o custo x benefício (materiais e simbólicos) a curto, médio e longo prazo”. Para isso, pode-se elencar ideias que sejam boas para a qualidade de vida, assim como a

integração da sustentabilidade, como uma maneira em rebuscar as memórias e torná-las mais agradáveis a quem constrói e quem avalia os custos benefícios, sem desmerecer a preservação e conservação do bem edificado e sua importância histórica.

Dessa forma, podemos preservar a nossa história com o que possuímos de melhor, evidenciando sempre as marcas dos pioneiros e o desenvolvimento da cidade, além de beneficiar a sociedade, dando-lhe condições de transitar em locais onde se sintam acolhidos pela sensação de pertencimento e onde muitos eventos aconteceram e até hoje, possuem grupos que mantêm viva a história de cada família e de cada local, documentando os ocorridos e manter a edificação como uma prova dos eventos.

Uma maneira de preservar, é aliar as tecnologias atuais com as do passado, para que mantenham a estrutura bem rígida e conservada com as metodologias de construção do passado, para manter as partes originais da casa. Mesmo com o avanço das tecnologias e maneiras de preservar, é possível, desenvolver a implantação de comércios que trabalhem conjuntamente com história e com o turismo, tornando o local visitado conhecido e bem divulgado ao redor do mundo, trazendo orgulho e representatividade para o estado de Mato Grosso.

3. CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

3.1 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO INTERNACIONAL

A carta de Atenas foi um documento redigido em 1931, sendo uma ferramenta instrutiva na questão do patrimônio histórico, com o objetivo na conservação e restauração de monumentos históricos, sendo o primeiro documento de caráter internacional que recomendava como lidar com as tratativas legais de como gerir essas edificações e as áreas que conferiria esse documento, sendo destacado que

Na ocasião de construção de novos edifícios, o caráter e fisionomia da cidade deverão ser respeitados. Este documento é o precursor da tomada de consciência pelo entorno do monumento, sendo o ponto de partida para o posterior desenvolvimento da salvaguarda dos centros históricos (CARTA DE ATENAS, 1931).

Para o documento, pode-se perceber que foi evidenciado as edificações em ruínas e edificações que necessitam de uma manutenção permanente e regular, como uma forma em salvaguardar a cultura, história e comportamentos posteriores ao tempo presente, respeitando a originalidade da estrutura, levando em consideração a forma vernacular da edificação e aos desígnios históricos e culturais de seu uso como principal maneira em manter a história pulsante do local.

Com o marco histórico da Segunda Guerra Mundial, muitos monumentos históricos passaram pelo processo de demolição e chegaram ao ponto de ruína, com a necessidade de serem reconstruídos. Após a passagem desse período, nota-se a mudança comportamental em preservar a história e culturas locais, dessa forma, como maneira de proteção e a integração de novas discussões a respeito, surge em 1964, o documento da Carta de Veneza, com o intuito em refinar as discussões levantadas na Carta de Atenas, é apenas uma ferramenta direcionadora de futuras legislações a respeito do patrimônio histórico.

Este documento, é a maior demonstração da representatividade e maior grau de influência em valorizar o patrimônio histórico, aumentando o conceito de monumento e suas categorizações, sendo estendido para todo o conjunto representativo, destacado em seus parágrafos

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2º - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental. (CARTA DE VENEZA, 1964).

Diante disso, podemos ver a notoriedade em perpetuar a cultura e história por meio dos conjuntos arquitetônicos de determinados pontos da cidade, como criação de um marco para a sociedade possa entrar em contato com as raízes da origem da cidade e a sua relevância, visando salvaguardar tanto as obras de arte quanto ao testemunho histórico vivido na região.

Por meio da Carta de Veneza, percebe-se a utilização de novos conceitos para a regeneração física dos imóveis, com incentivos econômicos e sociais para que a população integre como espaço de pertencimento, sendo utilizados atualmente termos com o prefixo “re”, competindo ao uso de reabilitação, revitalização, revitalização, entre outros, como finalidade em reestruturar as áreas construídas degradadas que, tornaram regiões abandonadas ou subutilizadas.

3.2 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO NACIONAL

No âmbito brasileiro, nota-se o auxílio do Decreto-Lei nº25 de Novembro de 1937, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passa a um patamar de conservação no interesse público, dando enfoque nas raízes históricas e artísticas, salvaguardando os bens naturais e tudo que agrega o conhecimento cultural, histórico, monumental, arqueológico e afins dito que

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-LEI Nº25 DE NOVEMBRO DE 1937)

Esse recurso legal, inclui a definição em 4 livros do tombamento histórico, sendo divididos em Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, agregando a arte arqueológica; Livro do Tombo Histórico há interesse em coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; Livro de Tombo das Belas Artes, coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; Livro de Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

No qual aplica-se na monografia o Livro do Tombo Histórico, com o interesse em tratar o espaço tombado da cidade como objeto salvaguardado pela Federação. Estado e município.

Para isso, a Constituição de 1988 versa sobre o patrimônio em seu Artigo 216, a respeito dos direitos dos cidadãos sobre a presença do patrimônio edificado, cultural e histórico, como uma forma constitucional da sensação de pertencimento social perante as edificações da histórica da cidade e sua importância para a fomentação da cultura local.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com isso, reforça a necessidade em que os municípios protejam a suas raízes e perpetuem, com os recursos que exponham de maneira saudável, dando manutenção no cenário cultural local, como forma de continuar identificando a memória de diferentes grupos sociais brasileiros, de modo que promova esses espaços em que integre as antigas e as novas gerações.

3.3 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO ESTADUAL

No contexto estadual, possui-se a referência ao Decreto-Lei nº25 de Novembro de 1937, com a inserção de rios, nascentes, jazidas, como elementos de tombamento e preservação, sendo aplicado em todo o território do Estado de Mato Grosso, a Lei Nº 11.323 de 23 de Março de 2021, que agrega os bens patrimoniais históricos de cunho privado e público, como objetos que pode-se haver intervenções do Estado, sendo categorizado em seus parágrafos que

Artigo 1º Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, natural, paisagístico e cultural do Estado de Mato Grosso os bens móveis, imóveis, particulares ou públicos, materiais e imateriais existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico, estético ou cultural, requeiram a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, registro, conservação e preservação.

§ 1º São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para os fins desta Lei:

I – as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

- II – as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e rurais, os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, antropológico, ecológico, natural, científico e inerente a relevantes narrativas de nossa história cultural;
- III – os monumentos;
- IV – as bibliotecas;
- V – os arquivos;
- VI – as jazidas;
- VII – as cachoeiras, os rios e nascentes.

Diante disso, o registro do artigo 1º, demonstra que as adaptações da adição de locais reconhecidos para tombamento, incorpora-se a preservação do local, valorizando sua constituição do conjunto arquitetônico ou natural, como maneira em possuir um registro e produção do conhecimento sobre os bens, sendo efetiva a proteção desses espaços como fontes de culturas, aprendizados, danças, culturas e dentre outros aspectos que caracterizam as particularidades da comunidade, dando continuidade na forma do patrimônio e a sua disseminação.

3.4 LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO PLANO MUNICIPAL

Dentro do processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, nota-se a presença das esferas federal, estadual e municipal, integradas em preservar um conjunto arquitetônico, o qual possui os marcos da exploração do ouro e garimpo, sendo uma cidade com influências das mais diversas culturas, com o patrimônio edificado único, visando a proteção e preservação da origem da cidade e o comportamento ancestral, herdado dentro das casas da cuiabania no centro da cidade.

Diante disso, o tombamento em escala federal, abrangeu todo o conjunto arquitetônico edificado na região central de Cuiabá, sendo protegido pelo órgão IPHAN, principal regulador em qualquer obra em algum casarão do perímetro do tombamento, sendo englobado os setores, disposto no artigo 13º

Artigo 13º - A área do Entorno do CONJUNTO ARQUITETÔNICO URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CUIABÁ, para os efeitos desta Portaria, fica dividida em **setores**, com os seus respectivos perímetros no Anexo 3.

Parágrafo único – Cada setor terá, completamente, critérios e normas específicas, para sua proteção e preservação, correspondendo suas características a um sub-grupo morfológico no contexto cuiabano, classificados por critérios de tipologia, historicidade e uso. São eles:

- 1 – Setor MORRO DA LUZ
- 2 – Setor PRAÇA BISPO DOM JOSÉ
- 3 – Setor PRAINHA
- 4 – Setor ROSÁRIO
- 5 – Setor MANDIOCA
- 6 – Setor BOA MORTE
- 7 – Setor BARÃO DE MELGAÇO
- 8 – Setor PRAÇA DA REPÚBLICA
- 9 – Setor 13 DE JUNHO
- 10 – Setor PRAÇA IPIRANGA

Dessa forma, no aspecto estadual, a Lei nº3774, de 20 de setembro de 1976, em seu artigo 18, registra os bens tombados do Estado de Mato Grosso, incluindo a preservação de logradouros, bens móveis, paisagens, sob a tutela do Poder Público Estadual, leva-se em consideração a região do Porto, área relevante, devido aos atracamentos das primeiras embarcações do descobrimento da cidade de Cuiabá, antes nomeada de Arraial da Forquilha em 1720, que no artigo 1º da resolução legal do tombamento, a área do porto o conjunto arquitetônico do antigo distrito de D. Pedro II, coloca como peça importante na constituição da cidade correlacionando com a cultura da pesca, artesanato e comércio fluvial, que em sua escrita está

Art. 1º Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual o “**CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ANTIGO DISTRITO D. PEDRO II – PORTO**” em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, constituído pelos bens culturais de natureza material, natural, histórico e paisagístico existentes na histórica comunidade portuária com raízes de subsistência na pesca, no comércio

de secos e molhados e no transporte fluvial que guardam elementos das antigas construções de casas simples em material típico local, de adobe, taipa e madeira rústica.

Evidenciando a forma mais rústica da cultura local e as origens simples porém ricas, com a presença da pescaria, o rio como marco da cidade em trazer os bandeirantes e ser incorporada ao estado de São Paulo à época, recebendo influência direta da coroa portuguesa devido a presença de ouro na região, sendo uma terra muito próspera com uma posição estratégica.

No espaço da cidade, pode-se inserir a legislação municipal, voltada para a preservação do patrimônio municipal, evidenciado por algumas áreas que a poligonal do tombamento, sendo incluídas algumas edificações, sendo disposta pela Lei N° 2.843, de 16 de abril de 1991, no qual engloba

DECLARA TOMBADO PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, COMO “PATRIMÔNIO HISTÓRICO” DESTA CIDADE DE CUIABÁ, O “MORRO DA CAIXA D’ÁGUA VELHA”, CENTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ,1991).

Com essa Lei, foi o início de outras leis dentro do município com viés de preservação do patrimônio, o qual coloca-se as edificações não tombadas nas esferas federal e estadual como prioridades em serem preservadas e trazer para perto do conhecimento da sociedade, a existência dessas edificações, conjuntamente, com sua história, cultura, eventos e atividades que antigamente eram desempenhadas nesses espaços como um marco da memória dos munícipes cuiabanos, exemplificado na tabela 03 abaixo.

Tabela 03 – Tombamento Municipal - Cuiabá/MT

TOMBAMENTO MUNICIPAL

Bens tombados	Ato de tombamento	Endereço
Cemitério do Pascoal Ramos	Lei n.º 3.227 de 15/12/93	Rua Raimundo Pinheiro esq. Prof. Artur- Bairro Pascoal Ramos
Clube Esportivo Dom Bosco	Lei n.º 2.996 de 09/07/93	Rua Diogo Domingos Ferreira – Bairro dos Bandeirantes
Escola dos Jesuítas (Distrito da Guia)	Lei n.º 3.172 de 15/09/93	Sede do Distrito da Guia
Estádio Pres. Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha)	Lei n.º 2.761 de 25/05/90	Rua Joaquim Murtinho – Bairro Centro-Sul
Foz do Rio Coxipó	Lei n.º 4.383 de 17/07/03	Bairro Bela Marina e São Gonçalo Beira Rio
Mixto Esporte Clube (demolido)	Lei n.º 2.996 de 09/07/93	Av. Getúlio Vargas – Bairro Centro-Norte
Monumento dos Direitos Humanos Universais	Lei n.º 3.904 de 18/11/99	Praça da República
Morro da Caixa d’Água Velha	Lei n.º 2.843 de 16/04/91	Rua Comandante Costa esq. N.º Sra. de Santana – Bairro Centro-Sul

Fonte: Instituto de Planejamento de Desenvolvimento Urbano. IPDU/DPI

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

4.1. ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LISBOA

A cidade de Lisboa, é a capital do país de Portugal, que no ano de 2019, recebeu 27 milhões de turistas, com suas riquezas naturais e históricas, nota-se o aumento levantado pelo Travel BI

Em 2019 (dados definitivos), o setor do alojamento turístico (Hotelaria, Alojamento Local, Ter e TH) registou 27,1 milhões de hóspedes, que geraram 70,2 milhões de dormidas, que correspondem a variações de, respectivamente, +7,9% e +4,6%, face ao ano anterior. (TravelBI, 2020)

Dessa forma, os principais locais do turismo foram as zonas históricas e os sítios, o qual percebe-se a regeneração histórica dessas áreas, como forma em integrar a gestão dos recursos advindos do turismo para a manutenção dessas estruturas, no caso há o estudo dessa área, onde trata a relação enriquecedora dos moradores com visitantes, na figura 24 abaixo, ilustra o trajeto dos turistas para conhecer o centro histórico de Lisboa.

Com isso, a experiência de um roteiro com as principais vias e edificações, possibilitando o encontro direto com a história e os costumes locais por meio dessa representação infográfica que viajantes que experienciam o aspecto local de maneira profunda, movidos pela curiosidade com a intenção de ter os usos dos caminhos das áreas centrais da cidade.

Figura 24- Mapa turístico da Cidade de Lisboa



Fonte: Viajar Lisboa, 2017

Magalhães (2017), reparou que o centro histórico de Lisboa, corresponde ao Ecomuseu, como uma estratégia que serviria para uma partilha frutífera de experiências entre todos eles, evitando-se dessa forma, a emergência de tensões.

Diante disso, há uma autenticidade na composição tradicional portuguesa, partindo da ideia do espaço da implantação dos casarões antigos, museus, artesanatos e a formação da identidade local e a experiência dos turistas na visita à cidade.

Para isso, é necessário a compreensão da configuração do centro histórico de Lisboa, na inserção do conceito de Ecomuseu, que Magalhães dispõe

O centro histórico de Lisboa é composto, segundo a câmara municipal, por 4 áreas, a oeste Penha de França/Graça, ao centro pelas zonas da Baixa e Bairro Alto e a leste por Campo de Ourique/ Lapa, incluindo atualmente sete freguesias. Para além destas, poderíamos inserir ainda Belém, pela grande concentração de museus, galerias, centros de artes e outros monumentos, incluídos, globalmente, no conceito de património. (MAGALHÃES, 2016)

Com isso, pode-se compreender a cidade e suas vias, com a interpretação do centro histórico como a origem das raízes portuguesas e das características culturais impressas nas edificações e em seu conjunto arquitetônico, convertidos em museus, espaços gastronômicos, entre outros locais de fomentação cultural que a Câmara Municipal de Lisboa, define essa região histórica como

[...]”um espaço onde a história e a tradição se cruzam com a vanguarda, a modernidade, a boémia e a cultura de uma forma única. A zona histórica é recortada por ruas cheias de História que nos levam da Praça do Comércio, e do Tejo, ao Castelo de São Jorge, do Rossio, aos bairros típicos do Bairro Alto, Alfama e Mouraria, num complexo jogo de cores e vivências que está na base da alma lisboeta” (CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA – CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2017)

Dessa forma, a riqueza de detalhes encontrados no centro de Lisboa, como algo único no mundo, sendo a ocupação datada no século II A.C., que João Pimenta, Marco Calado e Manuela Leitão referem, agregando com a figura 14 com a imagem do centro de Lisboa atualmente.

Embora as condicionantes (...) não permitam esclarecer de uma forma definitiva a sua cronologia, a ausência de importações itálicas, a presença de ânforas do Tipo 4.2.2.5. de Ramon Torres (1995), assim como as características das cerâmicas cinzentas e comuns, levam-nos a propor uma datação de meados do século III a.C. Entre o espólio, destacam-se quantitativamente os fragmentos de grandes contentores bojudos de armazenamento, com paralelos em contextos do século III/II a.C. no povoado do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, 1997), Quinta da Torre, Almada (Cardoso e Carreira, 1997-

1998), Santarém (Arruda, 2000a) e Chibanes (Silva e Soares, 1997). A concentração destes recipientes numa área tão restrita sugere a proximidade de contextos de armazenamento (PIMENTA; CALADO; LEITÃO, 2005).

Figura 25 – Foto panorâmica das edificações históricas de Lisboa



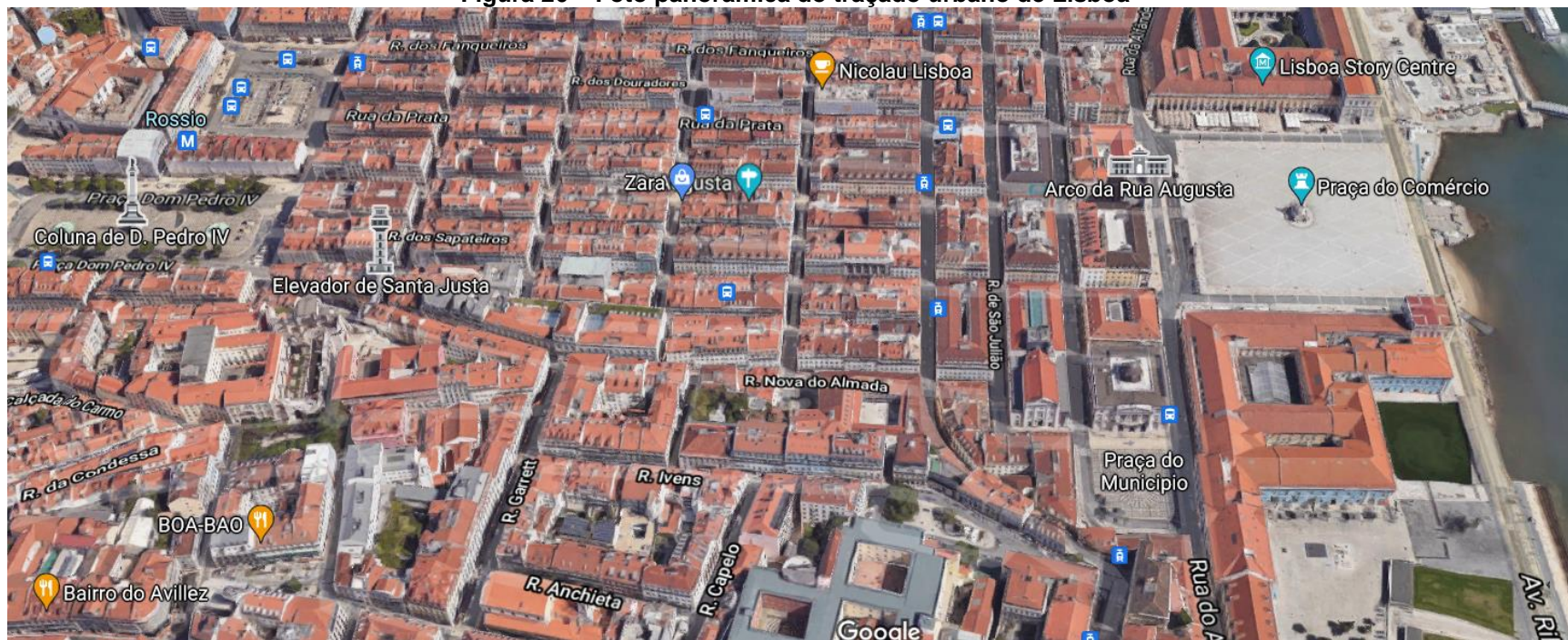
Fonte: Mineiros na estrada, 2019

Com essa breve noção do quanto a cidade de Lisboa é importante, conjuntamente, com o seu agregado arquitetônico, há a presença de várias narrativas locais de pessoas de famílias tradicionais, trazendo narrativas, festas, lendas, atividades que integram esse espaço comunitário, sendo ponto integrador entre o passado e o contemporâneo.

As partes mais antigas da cidade tornam-se como um palimpsesto, livro escrito e reescrito inúmeras vezes, sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades. (SALGUEIRO, 2005)

A partir dessa premissa, esse espaço da cidade, por ser um ponto de referência para o turismo e a experiência do turista, pode-se reparar que os acessos são feitos por meio de vias circundantes, e a arquitetura desse local expressa bem os primórdios culturais, com os sobrados elevados com a visão para o mar, por estar próximo do porto, compreende que tudo fluía naquele espaço, como comércios, atividades sociais, alfaiataria, especiarias, entre outros recursos que a época produzia, sendo colocado como uma forma de reavivar o espaço histórico Sebastião (2010) menciona “passou a constituir o eixo gravitacional de todo o conjunto de atividades económicas e sociais, funções cívicas, habitacionais e patrimoniais, que se constituem o motor da vida urbana”, sendo disposto pela figura 22.

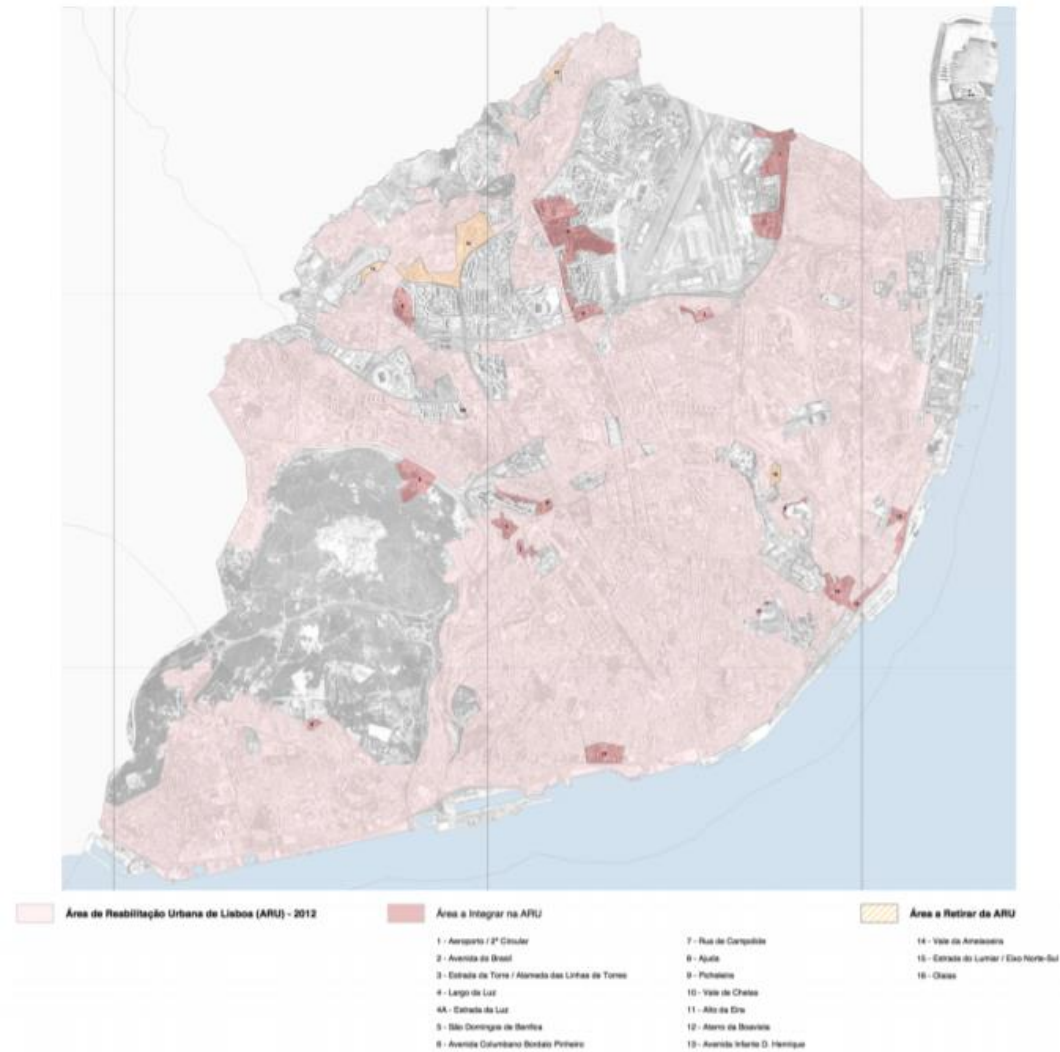
Figura 26 – Foto panorâmica do traçado urbano de Lisboa



Fonte: Google Maps, 2021

A cidade de Lisboa, é um estandarte da cultura portuguesa, como forma de trazer a cultura aos turistas e não precisar pagar muito para poder se divertir e imergir no lado cultural da cidade, agregando os conhecimentos existentes nessa região como forma de trazer a imersão do turista e inclusive dos moradores da cidade, por suas ruas tortas, mas integram as origens da cidade, com a manutenção dos casarões e até a venda deles para dar continuidade ao turismo, cultura e artesanato que Lisboa oferece, ilustrado na figura 16, essa intervenção governamental no centro histórico.

Figura 27 – Mapa da Área de Intervenção Urbana em Lisboa



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2012

4.1.2 ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE COIMBRA

A cidade de Coimbra, é considerada o berço da nação portuguesa, é evidenciada pelo seu enorme conjunto arquitetônico vernacular, que define um pouco o entorno de seu tecido urbano, sendo o marco da cidade, com a presença de praças, universidade, escolas e jardins públicos. Dessa forma, a cidade é edificada ao redor desse centro, concentrando a maior parte das vias, para que seja possível acessar essa área da cidade.

Diante disso, o turismo local foi fomentado pela presença de atividades que focaram nos fatores arquitetônicos, arqueológicos e monumentais, como elementos petrificados com valor de conhecimento e cultura inestimáveis. Como maneira de fomentar o turismo aos locais de cultura Fortuna (1997) propõe “o turismo urbano e cultural – no seio do qual os fatores arquitetônicos, histórico-arqueológicos e monumentais, mas também os elementos intangíveis e experimentais da vida ganharam uma importância significativa”.

Sendo de suma importância para integrar os fatores arquitetônicos com os aspectos urbanos históricos com o contemporâneo evidenciando os equipamentos culturais e as interações passadas e as funcionalidades atuais.

Na figura 28, pode-se perceber que a cidade tem o acesso principal por uma ponte estaiada, sendo um principal diferencial em agregar a cultura com o contemporâneo e, desse modo, a cidade fica mais próxima do modo como o viajante verá a cidade e as possíveis experiências culturais que terá, trazendo para próximo dos munícipes a sensação de pertencimento e preservação da cultura existente, sendo perpetuada na existência de museu, livros e a incorporação da educação patrimonial com espaços culturais que coloquem a cidade em conjunto com a história como principal autor do conhecimento da cultura.

A cativante retórica do turismo criativo enfatiza a oferta de novas oportunidades para que os turistas possam desenvolver o seu potencial criativo e auto-reflexivo, através do comprometimento e a participação ativa direta nos modos e experiências de vida mais perenes dos locais visitados (Richards e Raymond, 2000)

Por este fato, foram necessárias intervenções governamentais nessas áreas, para tornarem-se atrativas aos novos viajantes e ter o desempenho realizado em Lisboa, com a interatividade dos moradores locais e ouvir as histórias locais e dos comportamentos sociais

à época para fomentar a curiosidade em conquistar conhecimentos históricos da cidade, sendo um elo de ligação afetiva com o que foi encontrado na cidade na memória do excursionista, evidenciada pela figura 28 abaixo.

Para uma promoção turística sustentada e mais adequada aos novos desafios culturais do turismo, admitimos que a cidade poderá, com proveito, diversificar o seu referencial turístico e incorporar novos desafios e novos recursos na sua agenda promocional, renovando-a. (Fortuna et al., 2018)

Figura 28 – Foto da Cidade de Coimbra



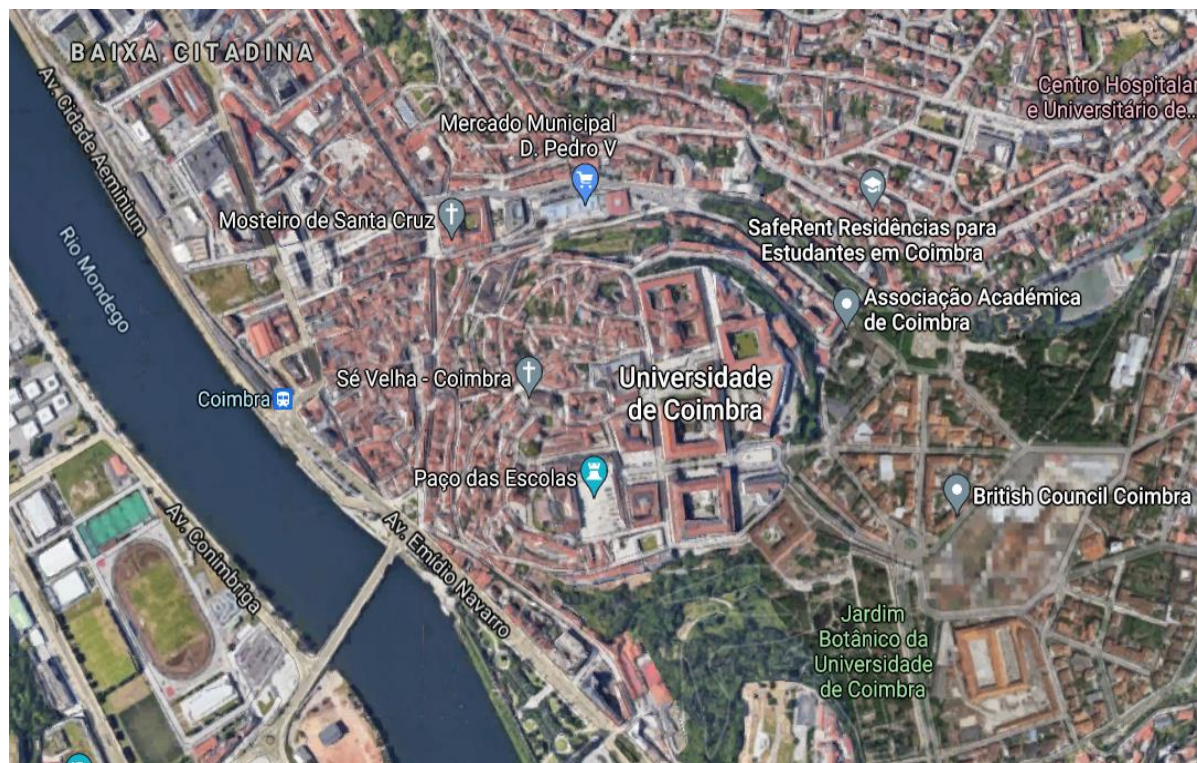
Fonte: Viagens e Caminhos, 2017

Durante o processo de intervenção projetual com foco de implantação das áreas de preservação e inserção do conhecimento mais próximo do público, na figura 29 abaixo, é notável a presença das edificações anteriores com a Universidade de Coimbra, sendo uma forma contínua em analisar as mudanças da experiência do viajante e como foi passado os conhecimentos que a cidade possui. Com isso Richard e Wilson, trazem que a combinação do roteiro experimentado pelo turista deve ser

No caso de Coimbra, parece-nos que a trajetória cultural da histórica universidade, embora rica, deve ser combinada com outras expressões turísticas mais atuais, nomeadamente aquelas em que os turistas procuram cada vez mais oportunidades para se deixarem envolver em ações e experiências culturais locais num ato de aprendizagem e enriquecimento pessoal e auto-reflexivo (Richards & Wilson, 2007).

Com isso, há uma maneira em continuar pulsando a área com a presença de atividades lúdicas e sazonais que integrem a sociedade como um todo, como maneira positiva em continuar preservando das raízes, como um conjunto de escolas, universidade, restaurantes, bares, espaços de apresentações culturais e a interação com o aprendizado adquirido.

Figura 29 – Imagem de satélite do centro histórico de Coimbra



Fonte: Google Mapas, 2021

Os acessos para adentrar o centro histórico da cidade de Coimbra, é feito pelas vias adjacentes que respeitam o traçado original ancestral da cidade, sendo percebido que é possível ter a preservação e o sentimento nacional do pertencimento a essa região, como forma em passar para as próximas gerações o que foi experimentado no passado e continua coexistindo com o contemporâneo atual, com edificações elevadas com incrementos tecnológicos.

Com a ajuda da Universidade de Coimbra, foi possível a realização de mapear os pontos estratégicos e integrar as edificações em um roteiro que abrangesse a região onde estava a maior parcela do turismo, sendo separados em setores como Fortuna (2018) relata

A sua aplicação foi realizada em locais selecionados em função da sua centralidade nos circuitos turísticos da cidade: em primeiro lugar, junto à Universidade e seus lugares com maior circulação de turistas (Paço das Escolas, Biblioteca Geral, Rua Larga), onde se obteve a maior parte dos inquéritos; e, complementarmente, junto ao Portugal dos Pequenitos, ao Memorial da Irmã Lúcia e nas recepções dos Hotéis da cidade, do Parque Municipal de Campismo e da Pousada da Juventude. Nestes últimos locais (Hotéis, Parque de Campismo e Pousada de Juventude), os inquéritos foram distribuídos nas respectivas recepções aos visitantes que aí procuraram alojamento. (FORTUNA et. al., 2018)

Por meio dessa ação, foram notadas o aumento de circulação de turistas, houve o aumento na absorção dos conhecimentos, tanto dos turistas quanto dos moradores, havendo uma sinistria em preservar a integração social e as origens da cidade, com o artifício de trazer para locais centrais a existência de espaços próprios para a propagação de culturas, comportamentos e o pertencimento social turístico momentâneo.

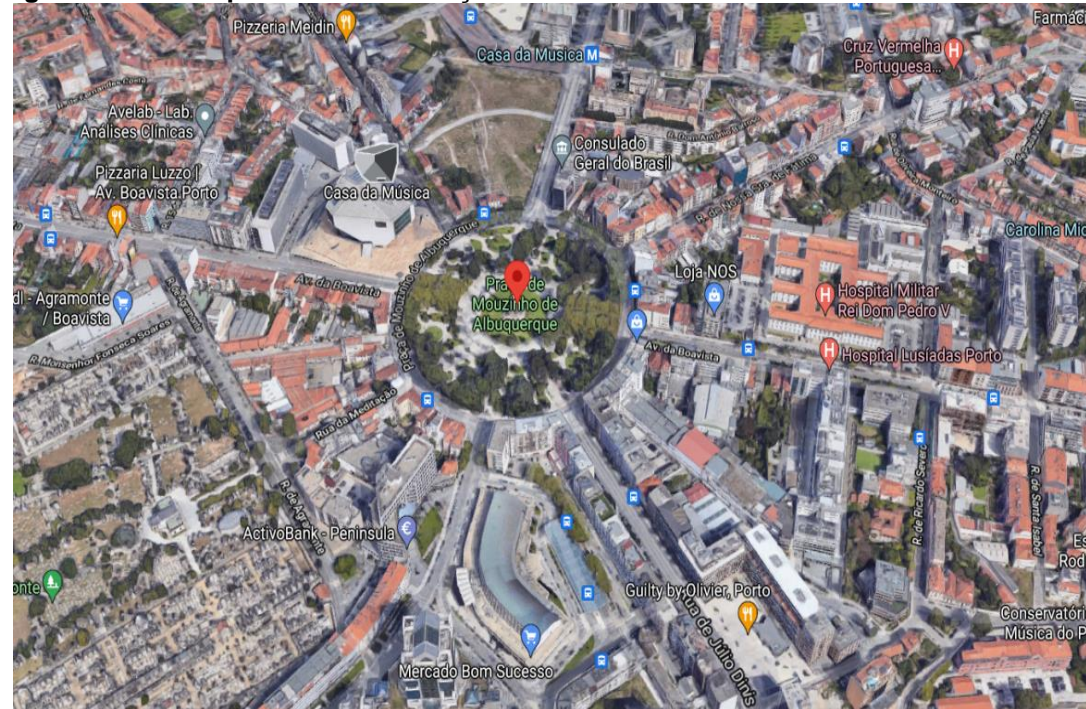
4.1.3 ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DO PORTO

No caso da cidade do Porto, localizada em Portugal, é mais uma cidade que se beneficiou com a evolução da cidade e as intervenções urbanas voltadas em preservar o centro histórico e fomentar o turismo, como parte do legado da história do país português. Com isso, há o aspecto material edificado ser protegido e não englobar toda a categorização desses fatores que ajudam a incrementar a funcionalidade do turismo patrimonial com intuito em expor a cultura local ao seu máximo, mencionado por Pereira (2018)

Mas o conceito de patrimônio, os seus usos e os seus sentidos, não são processos estanques e inalteráveis. As mudanças sociais, as rupturas políticas e económicas são os motores de engrenagem que conduzem a modificações profundas no patrimônio, adaptando-o aos novos paradigmas vigentes. (PEREIRA et. al., 2018)

Diante disso, pode-se perceber uma mudança comportamental dos munícipes em integrar essa mudança social, trazendo para perto a imagem de uma construção social com a sua ligação direta ao berço cultural edificado, como a manutenção da identidade social e a presença cultural, como principais fontes em manter vivas a parte imaterial e simbólica que esse conjunto arquitetônico possui, demonstrado na figura 30, a dimensão dessas expansões atuais se conectando com o centro da cidade.

Figura 30 – Visão panorâmica do traçado urbano do centro histórico da cidade do Porto



Fonte: Google Maps, 2021

Por meio disso, pode-se observar que a cidade mantém-se estável, por mais que esteja próximo da maresia, manter a dinâmica histórica com a presença dos acessos estreitos, grandes praças e a centralidade dos parques, dando a evidência para os patrimônios como processo de valorização desses monumentos históricos, desde sua concepção até vida útil, Torrico (2006) relata que

O monumento histórico é uma criação posterior à sua construção inicial, sendo o processo ou o momento em que é considerado um elemento para preservação. É, pois, nesta época que o processo de patrimonialização assentava no princípio do patrimônio como representação da monumentalidade e da grandiosidade da sociedade, ou seja, o patrimônio como veículo de afirmação do poder do grupo (TORRICO, 2006).

Com esse fato, é destacado a evidência que essas edificações nessa configuração são importantes para que não haja a perda das etapas históricas da cidade, que Hallbwachs (1992) à semelhança do patrimônio, e contrariando a visão do século XIX em que tudo devia ser conservado, a memória é seletiva pois o grupo só guarda aquilo que para ele, num dado espaço de tempo, é realmente importante para que as gerações futuras recebam.

Além do mais, é reconhecido que o turismo pode fomentar a divulgação do patrimônio cultural da cidade, sendo principal objeto em permitir a preservação dos monumentos, porém muito da cidade do Porto já foi mexido e não possui a originalidade das edificações preservado, sendo a perda do equilíbrio que os teóricos restauradores pregam, configurando uma perda inestimável para a cultura local, que segundo Pereira (2018)

É reconhecido que o turismo fomenta a divulgação do patrimônio cultural da cidade, permite a manutenção e preservação dos monumentos e torna a cidade num espaço aberto ao mundo. Contudo, a cidade do Porto, em particular, não tem conseguido encontrar um equilíbrio. A descaracterização da qual o centro histórico da cidade classificado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996, tem sido alvo coloca até em causa a sua “rentabilidade turística (Pereira, 2018)

Na figura 31, há a presença desse espaço monumental de patrimônio com algumas partes descaracterizadas mais que integram o centro da cidade com hostels e outras alternativas onde os turistas podem ficar sem pagar mais por isso.

Figura 31 – Visão panorâmica das edificações do centro histórico da cidade do Porto



Fonte: Viagens e caminhos, 2017

4.1.4 ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE PARATY/RJ

A configuração espacial da cidade de Paraty é importante pela divisão das construções e a presença da sociedade que se apropria em determinado tempo. Pelo olhar de Ana Carlos (2001) além de um amontoado de prédios, uma série de carros e um barulho muitas vezes ensurdecedor, é também a relação do homem com o homem e com a natureza. Caracterizando o espaço da cidade em um lugar,

e a cidade histórica, possui o mesmo processo com a movimentação do homem pelo espaço urbano com a materialização entre cheios e vazios, com a presença de casas, ruas, praças, bairros e o próprio sítio.

O modo de apropriação do espaço, no caso o urbano, é resultado de uma série de trocas, associadas ao momento histórico de tal produção, que unidas, justapostas formam a cidade atual. A paisagem cultural pode ser tomada como aquela formadora do lugar, aquela que conta com a interferência do homem que lhe atribui valor. (BIANCHI, 2010)

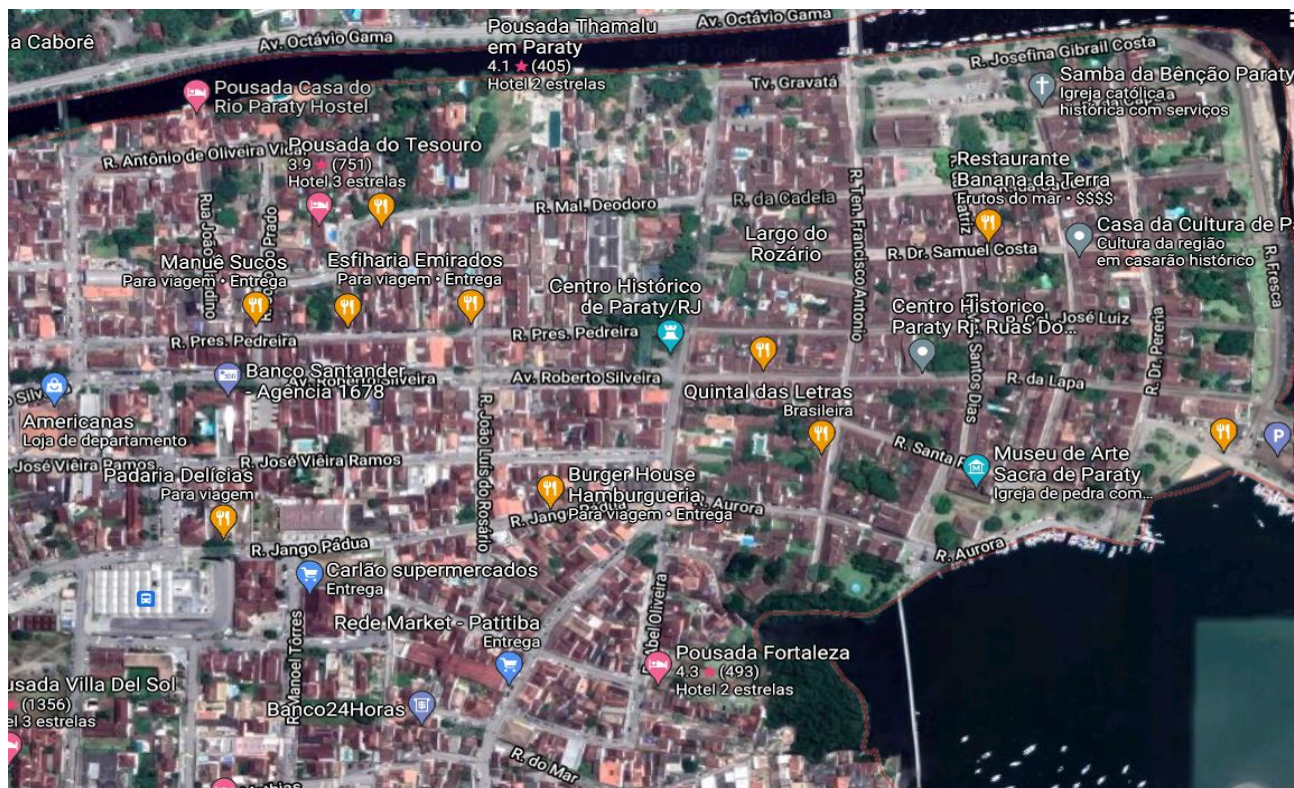
A formação espacial do município é fomentada pelo formato derivado dos portugueses em formato etrusco, possui características bem portuguesas, definido por Veríssimo (2001)

A cidade romana é a base, com seu território ordenado e suas instituições assegurando a centralização de funções tanto de natureza política como religiosa. O desenho regular descendia do tabuleiro etrusco, fortemente associado a aspectos religiosos, assim como ao tabuleiro romano com a cidade dividida em quatro seções com as linhas se cruzando em ângulo reto, formando as ruas. O encontro dessas retas, repleto de significados, geravam as praças. Outra influência foram as cidades muçulmanas, muradas com centro cívico e administrativo elevado e a cidade esparramada em traçado orgânico (Veríssimo et al.,2001)

Diante disso, com a parte privilegiada da cidade, com baías para a chegada de embarcações, a região de Paraty toma importância histórica e cultural, tem-se a influência indígena e europeia, como proposto por Kury (2008), com essas influências esse povoamento mestiço, pode transformar em um conjunto patrimonial histórico belo, como ilustrado na figura 32.

Esta região, antes da chegada dos Portugueses, era habitada pela nação indígena dos Guaianás, e foi muito visitada por franceses que negociavam com os índios. Segundo historiadores, a data de fundação de Paraty é incerta, sendo considerada a data provável do início do povoamento 16 de agosto de 1531¹, pois em função do zelo português “em tentar conservar sua colônia longe da cobiça das potências rivais. Nada que pudesse conter informações úteis sobre o Brasil podia ser publicado” (Kury, 2008).

Figura 32 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de Paraty/RJ



Fonte: Google Maps, 2021

O tombamento do Bairro Histórico da cidade de Paraty, ocorreu em 13 de Fevereiro de 1958, agregando ao Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo o município tombado em 1945, no Decreto-Lei 1450, pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto.

No ano de 1973, há avanços nas infraestruturas do entorno, para favorecer o ciclo turístico da região sul do Rio de Janeiro, como espaço comum de veraneio e a utilização das características históricas para contar um pedaço da história do Brasil e como levou esse conjunto a ser preservado e mantendo as origens locais, diz Bianchi (2010)

No final do século XX intensificam-se as características turísticas da cidade, onde o próprio zoneamento é sugerido com delimitação de bairro para o estabelecimento de pousadas, uma vez que no centro histórico, com seu casario tombado, não há possibilidade de aumento do número de edificações mas sim, da alteração de uso ou modificações internas dessas construções e a cidade passa a ter a atual aparência. (BIANCHI, 2010)

Havendo o cuidado em estar direcionando a cidade para ser um polo turístico, proporciona resultados positivos e o fluxo constante de visitantes, pois envolve o bem estar da cidade e a qualidade de vida dos moradores da região, trazendo monumentos, eventos entre outros, que Bianchi (2010) refere

O espaço urbano repensado como elemento de atração proporciona resultados positivos no fluxo de visitantes. Cabe ressaltar o óbvio, que o sucesso da atração turística envolve o bem cuidar da cidade, no caso de Paraty, e da programação oferecida. Monumentos, objetos e eventos passados ou mesmo eventos que se identifiquem com o lugar criam uma identidade que qualifica tanto a cidade como o próprio evento. [...] Assim, festas religiosas, de artigos típicos como aguardente e doces e também a festa literária internacional de Paraty (FliP) fazem parte do calendário oficial de eventos além atrações constantes que mantêm o fluxo de turistas e ao mesmo tempo a economia da cidade e de seus habitantes. (BIANCHI, 2010)

Com isso, podemos perceber que o conjunto arquitetônico, é importante a presença de eventos sazonais que chamem o público e tenham a presença da gastronomia, cultura, história, museus, igrejas, que escalem as importâncias de cada e traz um roteiro bem rico, que atraia os turistas para a cidade e seja um roteiro histórico de referência em ser elogiado pela modalidade em como hospedar, atende, direciona e oferece pontos de entretenimento, sendo destacado as fachadas coloniais da figura 33, como espaço memorável de como foi a vivência colonial naquele espaço, como uns dos pontos edificados históricos com várias influências europeias, refletindo as separações de moradia, trabalho, e lazer com o olhar ao passado.

Figura 33 –Rua histórica com as fachadas coloniais do centro histórico da cidade de Paraty/RJ



Fonte: Segue Viagem, 2020

4.1.5 ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE OURO PRETO/MG

A cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, é um exemplo de como as edificações históricas podem ser exaltadas como destaque do país, pela presença da preservação e manutenção da história, colocando as políticas públicas voltadas para o patrimônio como a mais importante em agregar ao espaço urbano, as vivências anteriores para a construção cultural daquela região, na qual abrange o linguajar, comportamento social, gastronomia, artesanato, cultura, entre outras coisas.

Dessa forma, espaços que são marcos históricos e roteiros de visita, são edificações com o cuidado arquitetônico único, sendo exemplar genuinamente brasileiro, tendo procissões religiosas, festas, memórias de um tempo que foi instaurado pela colonização e mantida até os dias atuais, ilustrado na figura 34 e referenciado por Bonduki (2010)

Esse espaço público aberto, envolvido por edifícios, não é uma praça, na acepção estrita do termo, apenas por suas características urbanísticas. É um lugar onde a vida urbana e cotidiana está presente de forma dinâmica, sediando numerosos eventos religiosos e pagãos, como quermesses, sermões, missas campais, procissões, festas, serestas e manifestações artísticas. (BONDUKI, 2010)

Figura 34 – Rua histórica com as fachadas coloniais do centro histórico da cidade de Ouro Preto/MG



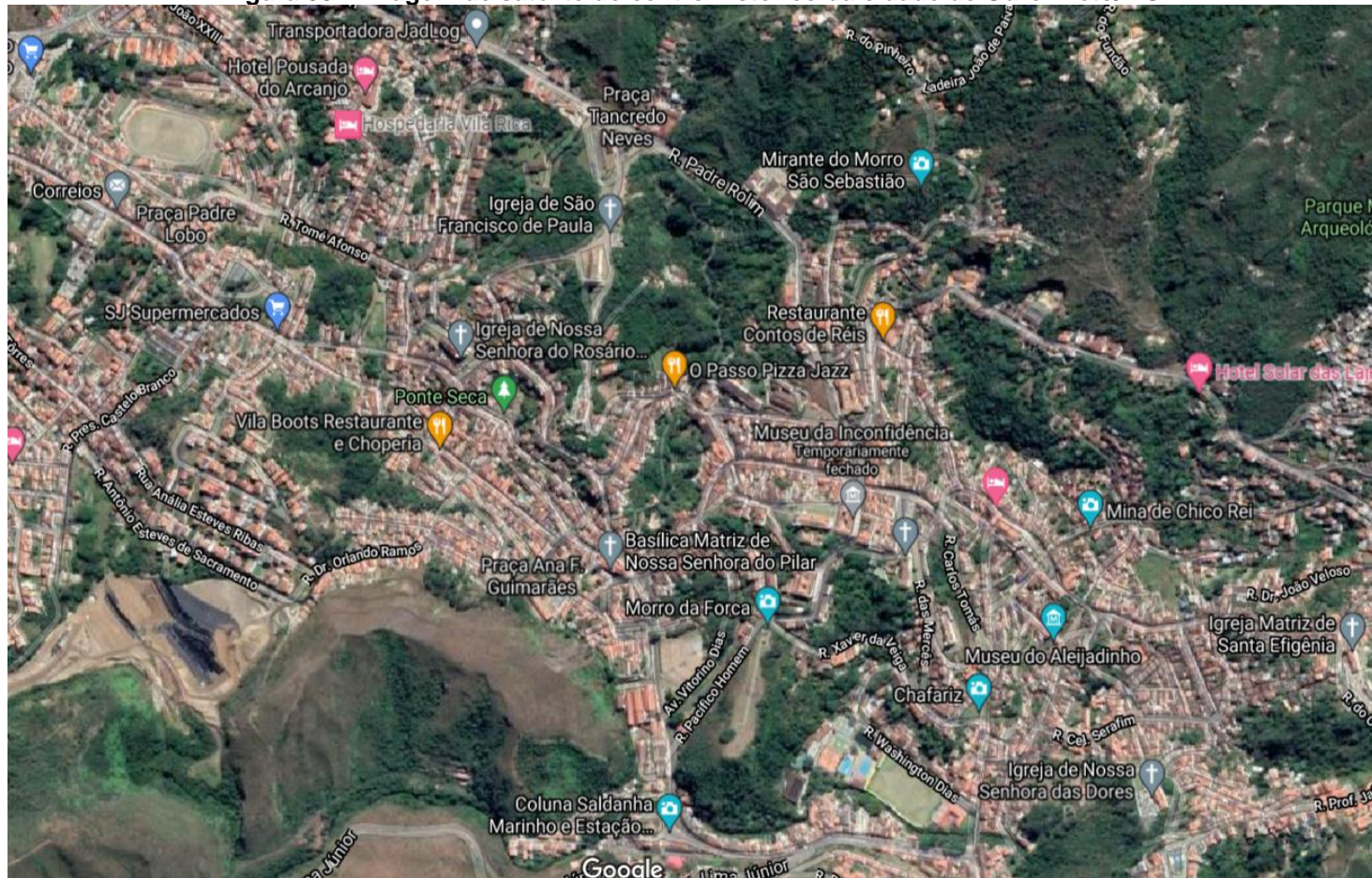
Fonte: Volto Logo, 2020

Essas intervenções na cidade de Ouro Preto, foram importantes para compreender a dinâmica do turismo com o patrimônio edificado e compreender as reais necessidades e a assertividade em manter certos comércios próximos para que tenha um sincretismo de atividades em um local e seja compreensível para o turista como estipular os roteiros e aproveitar o que a cidade oferece de melhor, desde a gastronomia até a imersão em caminhar pela cidade, desfrutando o conhecimento que o centro histórico possui, Bonduki (2010) dispõe de

A intervenção em Ouro Preto tem particular interesse, pois permitiu introduzir um equipamento urbano novo, inexistente nos núcleos coloniais, no tecido urbano tradicional da mais importante cidade histórica brasileira. Não se trata apenas da implantação de uma área de lazer para a população local, o que já seria muito importante. A intervenção cria novos percursos urbanos, com a abertura de uma entrada para a cidade, junto à estação rodoviária, que se desdobra, por trilhas, escadarias e platôs, numa circulação para pedestres que liga vários monumentos de interesse históricos como a Igreja do Pilar, a Casa dos Contos e a Santa Casa. Neste novo percurso são vislumbrados novos visuais urbanos e elementos inusitados de relação entre o ambiente construído e o meio natural. (BONDUKI, 2010)

Então, a prioridade é ter ações sustentáveis que mantenham os recursos naturais ali existentes e a presença de que podem ser reestruturadas como centro de educação, faculdades, pontos comerciais, pontos gastronômicos e até pontos de eventos de feiras com espaços para haver a socialização do turista com o ambiente em que está visitando, demonstrado pela figura 35.

Figura 35 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de Ouro Preto/MG



Fonte: Google Mapas, 2021

Com o mapeamento do Google Maps, em evidenciar os comércios do entorno próximo a esses ambientes históricos, respeitando o tombamento, mantendo o centro histórico pulsante e turístico, em uma modalidade em que o turista se permita pertencer, por determinado momento, a vivência da cidade, ao caminhar pelo espaço, com os estímulos sociais, como a forma dinâmica de interação observado por Bonduki (2010) “trata-se de uma criativa forma de dinamizar núcleos históricos que perderam suas atividades econômicas tradicionais e que necessitam de novos estímulos para impulsionar e dar sustentabilidade a reabilitação de edifícios e espaços urbanos”. Uma estratégia interessante em propor um estímulo contínuo dos espaços culturais com as dinâmicas contemporâneas.

4.1.6 ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB

O patrimônio histórico-cultural da Paraíba, mais especificamente, na cidade de João Pessoa, foi uma maneira de interpretar como foram as propostas de colonização com os índios existentes na região, sendo uma colonização parcial entre índios, portugueses e espanhóis. Dessa forma, a proposta de preservação desse conjunto arquitetônico edificado permite a visualização da cidade por meio de sua composição histórica e todos os seus instrumentos simbólicos, Argan (1998) “Em relação aos monumentos edificados, o espaço urbano se utiliza da memória para se delinear, culminando na preservação de certos monumentos e na disposição da herança ao invés do próprio planejamento total da cidade.”

Diante disso, esse espaço se assemelha ao local de estudo da proposta do projeto, pois tem muitas edificações sem um uso específico e alguns vazios urbanos deixados pelas edificações que ruíram, então é uma ótima oportunidade em compreender porque esses pontos acabam mais marginalizados do que pontos pulsantes da cidade, o que De Lira (2009) expõe

Percebe-se, deste modo, que as ruínas existentes no Centro Histórico possuem diversos usos (comércio, residência, estacionamento, entre outros) e se adequam para a vivência no Centro Histórico em que sua permanência, de fato, se constitui como uma sobrevivência frente a um contexto não favorável. (DE LIRA, 2009)

Por esse fato, a figura 36, demonstra que depois da revitalização do Parque Sólon de Lucena, a cidade começou a dar proximidade da sociedade com o patrimônio edificado, com casas com fachadas coloniais e algumas com fins comerciais, tiveram seu interior restaurado, dando manutenção aos comerciantes que ali tem seu comércio, passado de geração a geração, com edificações que foram locais de eventos históricos, há nessa distinção, a maior parte como praças e a concentração dos poderes públicos nessa região, como fóruns, ministérios públicos, secretarias, e outras edificações.

Figura 36 – Imagem de satélite do centro histórico da cidade de João Pessoa/PB

em que representam interpretações, leituras e, principalmente, o anseio da preservação – como é o caso das ruínas presentes no Centro Histórico de João Pessoa, recentemente tombado enquanto patrimônio nacional. (DE LIRA, 2009)

As ações públicas poderiam no primeiro momento mitigar a ruína total de alguns imóveis históricos, que foram voltados para algumas edificações da memória da elite social e não ajuda a conservar de modo efetivo a história, sendo seletivo no que preservar, colocado por Oliveira (2003)

A memória utilizada como pano de fundo foi a memória que sempre prevaleceu nos processos de preservação/conservação do nosso patrimônio histórico, uma memória unitária/centralizadora cujo objetivo foi privilegiar, amparado pelo “mecenato” espanhol, um grande acontecimento, a fundação/construção da cidade por uma elite branca/católica/culta sem a participação de mais ninguém. (OLIVEIRA, 2003)

Não obstante, a realidade local, muitas edificações foram contempladas com obras de revitalização e restauro, para poder gerenciar o turismo das praias do estado, para o centro histórico, como parte de conhecimento e interação com o tecido urbano contemporâneo, com as divisões por setores que têm as áreas tombadas, setor do turismo com os hotéis, até a compreensão do desenho feito pela sociedade, para manter viva a história e raízes paraibanas, com histórias ricas e cheias de detalhes sobre a interação entre marcos católicos, sendo ilustrado na figura 37, a Igreja de São Francisco de Assis com o Marco do Cruzeiro, sendo um dos pontos históricos mais visitados, mais precisa de manutenção, pois está apagado, e algumas partes da fachada encontram-se em ruína por ser uma edificação de mais de 500 anos, então tem a necessidade que faça o usufruto disso, por é do povo brasileiro é majoritariamente do povo paraibano, como os marcos dos jesuítas que estiveram na área e contar a história das tradições, que cada edificação que desmorona é uma parte da história que é apagada.

Figura 37 – Imagem Street View do centro histórico da cidade de João Pessoa/PB



Fonte: Google Mapas, 2021

4.2. ANÁLISE DE REFÊRENCIAS

Analisando os projetos referenciais apresentados e comparando com a situação real da área de entorno para a confecção de projeto arquitetônico de uma vila turística foram encontrados vários parâmetros:

Caso 01, a cidade de Lisboa, é o maior referencial de patrimônio histórico preservado e utilizado atualmente pela sociedade, sem deixar em desuso, demonstrou que, a intervenção bem pensada e implantada gradualmente, provoca mudanças no comportamento da cidade, sendo interessante ressaltar que o conhecimento prévio sobre essas edificações, com o uso de técnicas vernaculares mestiças com materiais contemporâneos, com cuidado em implantar esses materiais sem perder a autenticidade da idade da edificação trazendo

a presença de restaurantes, lojas de lembrancinhas, para prolongar o tempo do turista no centro e sentir a sua dinâmica com a presença de museus, exposições de arte ao ar livre, entre outros recursos sazonais que continuem atraindo turistas sem retirar a essência dos casarões.

Caso 02, a cidade de Coimbra, é uma forma de como essa replicação feita em Lisboa, foi um sucesso e foi percebido que por mais que as edificações estejam em ruínas, é nítido o cuidado com a edificação e sua preservação, com visíveis manutenções enaltecendo o interesse da cidade em continuar mantendo a presença dessas edificações, para ser utilizadas de alguma forma, com a estipulação de manter a cultura, esses prédios são respeitados em sua originalidade, então poucas práticas sustentáveis dentro deles, mais dão a oportunidade de espaços sociais, importantes para quem está emergindo na vivacidade da cidade.

Caso 03, a cidade do Porto, a parte mais interessante de Portugal, foram utilizadas técnicas diferenciadas para enaltecer esse espaço turístico, arquitetônico e arqueológico que a cidade possui, sendo interessante a dinâmica social voltada para o centro da cidade, com o conceito de pertencimento social, independente em ser turista ou morador, sendo possível a integração dos conhecimentos das duas partes beneficiadas como meio em ter um vínculo direto com o que a cidade foi e sua importância e as influências que recebeu na passagem dos anos e estar sempre fazendo o elo entre passado e futuro.

Caso 04, a cidade de Paraty, tem como parâmetro o desenho do traçado urbano direcionado para a inserção do turista ativamente na concepção do roteiro histórico, com os marcos históricos do tempo do ouro da colônia até a interação com eventos mais modernos, como a Flip, que ocorre nessa região, a localização de espaços que foram separados pela presença dos rios e toda a história pode-se contada com o auxílio dos moradores e das próprias fachadas das edificações, as quais imprimem a diversidade de influências que recebeu desde o povoado originário até os colonizadores, sendo interessante como eram retratados os estilos arquitetônicos e o padrão de uma boa edificação a época e se integrar ao espaço.

Caso 05, a cidade de Ouro Preto, essa cidade é um exemplo de trechos detalhados da história com a preservação de espaços sociais com bastante marcos históricos, com a presença de igrejas, ouro, cores, esculturas, praças grandes inspiradas da colonização

portuguesa, remetendo a Lisboa, com presença desses espaços, para a presença de festividades da cidade, com o foi capital do Estado de Minas Gerais, foi primordial as políticas voltadas para a proteção desses espaços, como forma de emergir o turista no que a história conta, com artifícios cenográficos, réplicas de alguns artefatos antigos e a utilização dos espaços em sua totalidade, protegendo as raízes culturais de uma parte do país.

Caso 06, a cidade de João Pessoa, é interessante a separação de espaços públicos com a presença de esculturas com significados referentes a cultura da cidade, com a identificação do espaço histórico com potencialidades, em contar o trajeto das personalidades que ali viveram e contando o surgimento do nome da cidade de João Pessoa, e como isso influenciou na mudança da cidade com a separação dos setores com a presença de edificações em uso e sendo dispostas ao mais diferentes usos, dando a curiosidade em conhecer a cultura paraibana, seu artesanato, culinária, as influências europeias, com as reparações históricas e com algumas partes do centro ainda abandonadas pela falta de cuidado e manutenção, que dentro do conjunto, integrando o sentimento do turista em se encantar pela forma de como foi edificado e os recursos arquitetônicos utilizados para a propagação desse estilo arquitetônico ao longo dos anos coloniais, até a inserção das tecnologias contemporâneas.

5. CONDICIONANTES DE PROJETO

O terreno para a realização desse projeto localiza-se na cidade de Cuiabá, na Área de Tombamento do Centro Histórico, tendo como principais vias de acesso à rua Barão de Melgaço e a rua Comandante Costa. Para as normativas do IPHAN, fica situada no Setor Mandioca, próxima a edificações comerciais, bancos, cemitério, igreja e prefeitura da cidade, esta área foi escolhida pensando em explorar as potencialidades do centro histórico e reavivar o movimento social durante todo o dia, com atividades culturais locais, valorizando a localidade.

Por essa edificação estão em dois ritmos arquitetônicos coloniais diferentes, foram adaptadas as fachadas, remetendo as construções coloniais, sendo a fachada da casa de Bem Bem na rua Barão de Melgaço, e na Comandante Costa a mescla das edificações na frente na testada da edificação, representada pelas figuras 38 e 39 abaixo.

Figura 38 – Proposta de Fachada da Casa de Bem Bem – Barão de Melgaço **Figura 39 – Proposta de Fachada Instituto Ciranda – Comandante Costa**



Fonte: Gazeta Digital



Fonte: Oliveira

O projeto tem por objetivo propor um espaço familiar, condicionado ao conforto e comodidade, além de utilizar estratégias de conforto térmico e de sustentabilidade, como a compostagem, uso de água de reuso para regar as áreas ajardinadas, a utilização correta dos

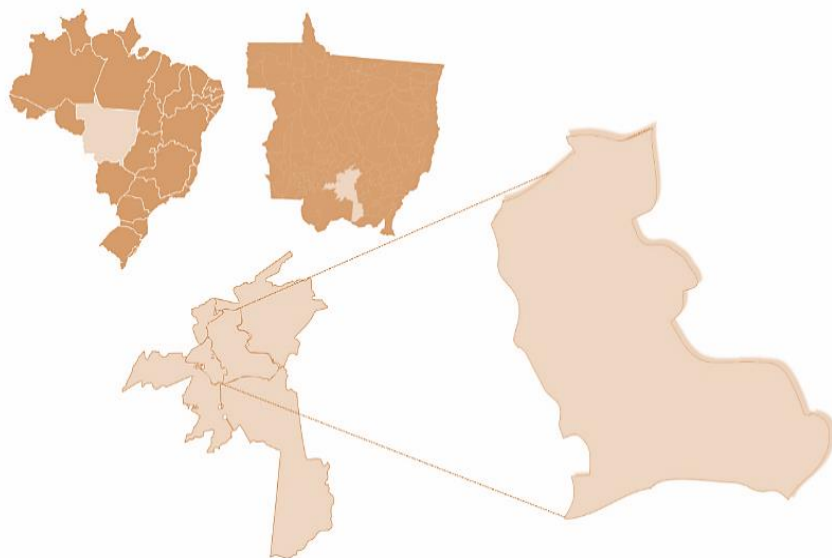
ventos dominantes e ao beiral proeminente para servir como brises, por se tratar de uma edificação com releitura do estilo arquitetônico do centro histórico de Cuiabá.

Os ventos dominantes estão orientados no sentido noroeste do terreno e na questão de orientação solar, a edificação recebe o sol da manhã a partir da rua Comandante Costa e no decorrer do dia, se põe para a rua Barão de Melgaço, a outra estratégia utilizada para evitar a impermeabilização total dos estacionamentos foi utilização da pedra portuguesa para agregar a composição entre as cores com um toque de contemporaneidade sendo possível manter a permeabilidade do terreno, para evitar enchentes por conta do desnível do terreno, foi priorizado o paisagismo para trazer um ambiente agradável para evitar muita incidência solar para aproveitar o espaço como uma grande varanda, com desenvolvimentos de atividades culturais, artesanatos, gastronomia e a literatura regional.

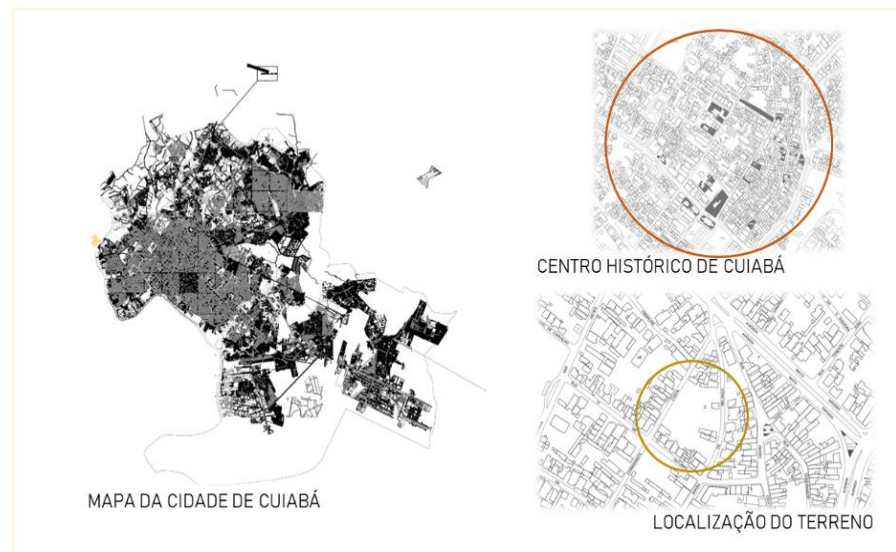
5.1. ASPECTOS URBANOS

O terreno escolhido para elaboração do projeto está localizado no Brasil, na região centro oeste, no município de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, com a edificação enquadrada na área do centro histórico, no setor da mandioca, conforme a figura 40 e 41 abaixo.

Figura 40 – Localização do município de Cuiabá no Estado de Mato Grosso e Brasil **Figura 41 – Localização do município de Cuiabá no Estado de Mato Grosso e Brasil**



Fonte: Da autora, 2021



Fonte: Da autora, 2021

A área do lote possui aproximadamente 5.455,69m. Abaixo, na figura 42, está demarcado o estudo de entorno, no Setor Mandioca, com a finalidade de analisar as tipologias existentes, bem como a inserção e a caracterização do terreno com o seu entorno.

Figura 42 – Análise dos espaços urbanos próximos ao terreno



5.1.2 SISTEMA VIÁRIO

Segundo o mapa de hierarquização viária da municipalidade de Cuiabá (Lei nº 232 de 2011), as vias que permeiam as testadas do terreno são a Rua Barão de Melgaço, uma via local e a Rua Comandante Costa, identificada como uma via coletora, conforme figura 43 abaixo.

Figura 43 – Análise do entorno do terreno



Fonte: Da autora, 2021

A via local está ligada à parte mais baixa do terreno, com a Rua Voluntários da Pátria e a Rua 12 de Outubro, a qual tem o sentido único, já a Rua Comandante Costa, tem o sentido único de descida e se conecta com a Av. Mato Grosso em seu final, por ser o lado mais alto da topografia do terreno. O terreno se encontra na área tombada central da cidade e em sua proximidade são encontrados prédios públicos, comércios, praças e algumas residências verticalizadas e residências térreas.

5.1.3 SETORES DE INTERVENÇÃO

A área tombada da cidade foi escolhida para receber a proposta devido à sua carga histórica e importância de sua localização, por estar perto da praça da mandioca e pontos comerciais interessantes, para integrar o espaço histórico com atividades culturais, para ser estopim de processo em utilizar o centro.

Figura 44 – Vista do Terreno 01



Fonte: Da autora, 2021

Figura 45 – Vista do Terreno 02



Fonte: Google Street View, 2021

Como foi observado no levantamento fotográfico, nas figuras 44 e 45, há apenas a presença de um estacionamento no terreno e a construção de duas residências que o terreno circunda, tendo em vista que a região é composta de edificações históricas, próxima de

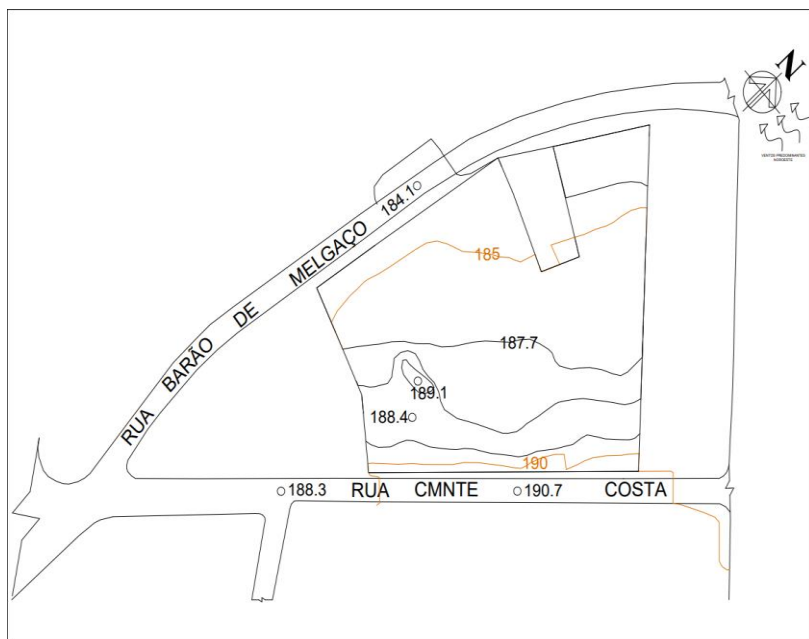
pontos comerciais, museus, prefeitura, restaurantes, estacionamentos, bancos e prédios residenciais e comerciais, isso faz com que o espaço seja valorizado por estar localizado em um ponto de tráfego intenso da cidade e por seu fácil acesso.

5.1.4 LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO

A área topográfica do terreno possui um total de 8 curvas de nível conforme mostra a figura 43. A diferença altimétrica entre elas é variável, sendo identificado a diferença total de 6 metros de desnível, sendo a cota mais baixa de +184,1, a cota intermediária de +187,7 e a cota mais alta de +190,7.

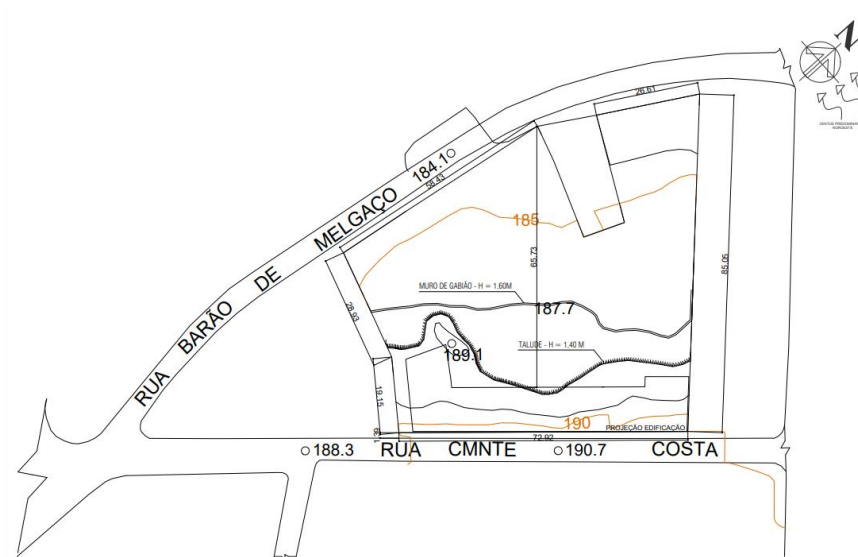
Com isso, para resolver a implantação da edificação, foram necessários os estudos de volumetria do terreno, com o amparo de muro de arrimo utilizando pedra canga e a presença dos taludes para aproveitar a necessidade na preservação da linha natural do terreno, representadas nas figuras 46 e 47 abaixo.

Figura 46 – Topografia do Terreno



Fonte: Da autora, 2021

Figura 47 – Planta Topográfica



Da autora, 2021

Referente ao zoneamento do terreno, para a Prefeitura de Cuiabá, está categorizada como Zona de Interesse Histórico – ZIH, porém esses critérios não serão utilizados, porque vale o regimento das normativas do IPHAN, por se tratar de uma área tombada nas esferas federal, estadual e municipal.

Para que fosse possível a implantação da proposta na área tombada, foi seguido as normativas do IPHAN, respeitando as restrições impostas para trabalhar em um espaço rico em cultura e história.

Devido a edificação ser uma vila turística, é necessário que tenha o destaque para a varanda, para remeter as casas antigas, e ter menos movimentação de terra possível para o estabelecimento do projeto, sendo necessário o uso de talude e muro de arrimo para conter o solo, criando um platô para a que torne possível a inserção dessa edificação neste terreno.

5.1.5 INSOLAÇÃO E VENTOS DOMINANTES

5.1.6 INSOLAÇÃO

Ao desenvolver a etapa da implantação, é analisada a insolação solar, por meio desse estudo de orientação solar é possível determinar estratégias de conforto e a passagem dos ventos predominantes.

Com isso, é feita uma análise da insolação e com isso foi definido a melhor forma de implantar a edificação, sendo possível verificar a movimentação solar e a insolação diante ao terreno escolhido, desse modo, por meio das informações obtidas em estudo, norteará o ponto mais adequado para a instalação da edificação e como proteger algumas áreas de insolações diretas, demonstrado na figura 48, abaixo.

Figura 48 – Análise Solar do Terreno



Fonte: Da autora, 2021

O terreno está situado em sua parte majoritária do lado nordeste, direção onde os ventos são predominantes, sendo um dos principais fatores para a aplicação do conforto térmico pela ventilação dos ambientes, aplicando estratégias que ajudem na promoção da eficiência energética da edificação.

Para uma melhor compreensão da inserção da edificação no terreno, o clima é um fator que pode-se determinar a durabilidade da estrutura, como a temperatura, ventos e os períodos chuvosos para compor a melhor escolha da integração entre as edificações do entorno do tombamento do setor da Mandioca.

Com isso, o estudo do clima é a melhor maneira de compreensão das configurações espaciais das potencialidades, discorrido por Maitelli (1994)

O estudo do clima compreende tanto a formação resultante de diversos fatores espaciais e geomorfológicos que sejam: movimento de rotação e translação, energia solar, latitude, altitude, ventos, distribuição das terras e das águas, vegetação, etc; quanto sua caracterização definida por seus elementos: temperatura do ar, umidade do ar, movimentos das massas de ar e precipitações, torna-se, pois, importante para a compreensão do sistema atmosférico.

A região centro-oeste, em especial a cidade de Cuiabá, encontra-se em clima tropical úmido, caracterizado por duas tipologias de estações, a primeira com período quente-seco (outono-inverno) e o segundo com período quente-úmido (primavera-verão), sendo reconhecida como uma das capitais mais quentes do país, tendo como característica predominante o bioma do cerrado, representado na figura 49 abaixo.

Figura 49 – Bioma do Cerrado no Brasil



Fonte: WWF

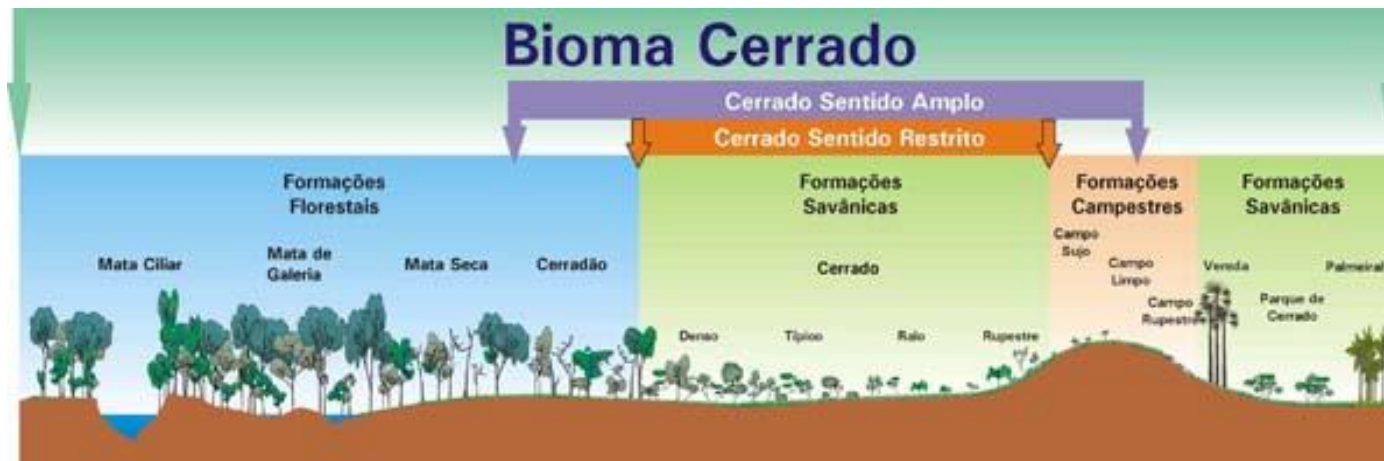
Com essa descrição da região climática, a vegetação existente é predominante de cerrado, caracterizado com espécies arbustivas de médio porte, com raízes profundas e cascas grossas, dando possibilidade em encontrar outros tipos de vegetação com árvores de grande porte, formando uma densa mata, geralmente situados em beiras dos cursos d'água que predominam as matas ciliares para a proteção das margens dos rios, devido a extensão do estado, há a presença de três biomas: cerrado, pantanal e a floresta amazônica, representada pela figura 50 abaixo.

Com as relações das temperaturas da cidade são pautadas de uma medida sendo colocado por Leão (2007)

As temperaturas mais elevadas ocorrem no período de primavera-verão, sendo que setembro e outubro são os meses mais quentes do ano, atingindo muitas vezes temperaturas superiores a 35°C, chegando à máxima de 42°C em cidades como Cuiabá. Este fato ocorre porque o Sol, em sua trajetória aparente, está sobre os paralelos da região Centro-oeste nesta época do ano, fazendo com que os raios solares incidam mais perpendicularmente sobre a superfície.

A distribuição espacial da temperatura em todo o Estado é influenciada pela latitude (região tropical), continentalidade, extensão territorial, variações do relevo e circulação atmosférica. Mas interferências ao clima regional geradas por atividades humanas também devem ser levadas em consideração. Nos últimos anos foram crescentes as taxas de queimadas, desmatamentos e urbanização em regiões diversas.

Figura 50 – Representação da vegetação



Fonte: EcoDebate

A pressão de vapor e a umidade absoluta variam segundo o lugar e estão sujeitas também às mudanças das estações, sendo maiores no verão que no inverno. A altitude produz modificações na pressão de vapor. Segundo Givoni (1976), a concentração de vapor d'água diminui à medida que aumenta a altura: o conteúdo de vapor nas camadas superiores de ar é menor que nas camadas próximas da terra.

Nas massas de terra que não contam com brisas marítimas, a pressão de vapor alcança seu mais alto nível antes da noite, quando fortes correntes convectivas surgem provocando movimentos ascendentes, e a pressão de vapor próxima do solo é reduzida. Com o término destas correntes à tarde, a pressão de vapor começa a crescer novamente (GIVONI, 1976).

As massas de ar quando impulsionadas a subir, produzem três tipos de precipitações, segundo Givoni (1976): convencional, orográfica e convergente. A precipitação convencional começa a partir das massas carregadas de umidade ascendentes que foram aquecidas pelo contato com superfícies quentes.

O calor latente liberado quando começa a condensação reduz a taxa de esfriamento com velocidade ascendente. Esta precipitação acontece principalmente nas zonas tropicais, durante as tardes das estações quentes. Também pode ser provocada pelas massas de ar de origem marítimas, levadas pelo vento para a terra, que fica mais aquecida durante o dia que as superfícies do mar. A chuva convencional usualmente se precipita em pesados chuviscos de curta duração.

A precipitação orográfica se origina em massas de ar que foram impulsionadas a elevar-se sobre as declividades das montanhas pelo gradiente de pressão. A precipitação é maior no barlavento da montanha e diminui na declividade oposta, a partir da cumeeira, afetando desta forma a vegetação do lugar.

Portanto, o topo da montanha pode delimitar os limites entre diferentes tipos de clima. A cada ano, a precipitação total em Mato Grosso varia de 2.700 a 1.200 mm, e sua distribuição em Mato Grosso varia de acordo com o sistema regional de circulação atmosférica e topografia. A precipitação é caracterizada por concentração na primavera e verão (setembro a março), e redução no outono e inverno (abril a agosto). No entanto, de acordo com, segundo Moreno et al. (2005), pode ocorrer ausência de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro, que são os chamados “veranicos”.

Segundo Villas Boas (1983) apud Romero (2000), a fricção produzida pelo ar em movimento, quando em contato com obstáculos, faz com que sua velocidade de deslocamento inicial seja reduzida, devido à perda de energia no atrito, e seu modelo de circulação seja alterado. O fluxo de ar, ou o vento, nas camadas mais baixas da atmosfera, tem sua velocidade reduzida devido ao atrito com o solo. Quanto mais rugoso é o solo, maior o atrito e menor a velocidade do ar.

Segundo Koenigsberger (1977), se a superfície do solo é irregular, o aumento de velocidade do ar com a altura é muito maior do que se esta fosse constituída por uma superfície contínua e lisa. Estes fenômenos se verificam num espaço chamado camada-limite da atmosfera. Logo, a altura da camada-limite aumenta com o incremento da rugosidade do solo e as velocidades do ar aumentam com a

altitude, até a camada-limite. A partir desta, o ar permanece com velocidade constante. Para este mesmo autor, a altura da camada-limite da atmosfera varia de 100 a 274 m em campo aberto, de 100 a 396 m na periferia e de 100 a 518 m no centro urbano.

A localização, o movimento e as características das massas de ar que atuam sobre uma área permitem a previsão do tempo. É por isso que as massas de ar que afetam o Meio-Oeste são bem conhecidas, pela demonstração na figura 51.

Figura 51 – Representação da área e direção de atuação da massa tropical continental no país 01.



Fonte: Clima Brasileiro

Maitelli (1994) demonstra que o crescimento urbano em Cuiabá-MT influenciou o aumento da temperatura mínima média, com tendência de elevação de 0,073 °C por ano analisado com dados do período de 1970 a 1992, época que coincide com um crescimento populacional mais intenso. Cuiabá está a uma altitude de 165 metros acima do nível do mar, variando em sua área urbana de 146 a 250 metros. Situa-se na província geomorfológica denominada Depressão Cuiabana que consiste numa peneplanície de erosão, onde predominam relevos de baixas amplitudes.

Na área urbana e seu entorno, assinala sete unidades distintas segundo o modelo do relevo: canal fluvial, dique marginal, planície de inundação, área alagadiça, área aplainada, colinas e morrotes, que apresentam características próprias e comportamento específico quanto às diversas formas de uso e ocupação do solo, (CUIABÁ, 2004).

Os ventos predominantes em Cuiabá são norte e noroeste, (CUIABÁ, 2004). Para Campelo Jr. et al. (1991) em Cuiabá, a direção predominante dos ventos é N e NO durante boa parte do ano e S no período de inverno. As condições de ventilação do local onde a cidade está posicionada são em grande parte influenciadas pelas características do relevo que a circunda como mostra a figura 52.

Esta massa de ar chamada de massa tropical continental é também conhecida como bloqueio atmosférico e tem sua origem no interior do continente, na baixa pressão da região do Chaco, centro-sul da América do Sul.

Figura 52 – Representação da área e direção de atuação da massa tropical continental no país 02.



Fonte: MORENO et al., 2005.

A ocorrência maior é durante os meses de primavera, começo do outono e final do inverno. A massa de ar tem como característica ser seca e quente, bastante instável e com intensa atividade convectiva.

É conhecida como bloqueio atmosférico em função de bloquear a entrada de frentes frias e nuvens de instabilidades responsáveis por chuvas quando sua intensidade é forte. Ela tem grande atuação na parte central do país e atinge o sudeste, centro-oeste, parte do nordeste, pequena área da região norte e parte da região sul.

5.1.7 VENTO

Pelas palavras de Leão (2007), a movimentação das massas de ar sofre bastante influência da topografia. Exemplos de influência

em fluxos de ar podem ser visto pela canalização ou desvios pelas ondulações da superfície terrestre, que fazem massas de ar descendente, alterar as características pluviométricas de um local situado a barlavento ou sotavento de uma montanha.

A cidade de Cuiabá, a 180 m de altitude e Chapada dos Guimarães, com 800 m de altitude, apesar de se situarem em latitudes semelhantes e distarem-se apenas 67 km, apresentam diferentes condições térmicas e de pluviosidade devido às diferenças de altitude e às condições de ventilação.

Em Cuiabá a velocidade média anual do vento é de 1,5 m/s, enquanto que em Chapada dos Guimarães a velocidade média do vento anual é de 3,5 m/s. A influência da superfície do solo no clima deve ser vista de duas formas distintas, se o solo apresenta-se natural ou construído.

Em uma avaliação mensal, dos meses que compreendem o período de inverno, agosto foi o mês com os menores valores de velocidade do vento em média, enquanto que no verão, o mês de fevereiro obteve o maior valor médio. O vento Norte apresenta maior valor de velocidade média, com 6,96 m/s e é o mais frequente durante o ano, confirmando então sua predominância na região. A direção do vento com menor média de velocidade e frequência é a Oeste, sendo ainda sol poente, portanto a pior opção para orientação de aberturas, tanto por ganhos solares quanto pela falta de ventilação (LEÃO, 2007).

Observando a figura 53, nota-se que o vento noroeste é dominante nos meses de verão e o vento sudoeste é sobressalente durante o inverno. Na região, deve-se considerar também os ventos vindos da direção Leste, provenientes da Chapada dos Guimarães, que devido a altitude, é uma região dispersora de ventos.

Com a insuficiência de ventilação, de acordo com a revisão bibliográfica e a baixa média anual de velocidade do vento do ano típico, agravada ainda pela redução dos ventos dominantes na rugosidade da superfície urbana, outras estratégias podem suprir essa falta.

Figura 53 – Quadro comparativo dos relatórios das estratégias por zonas bioclimática indicadas por período analisado

Estratégias/Período	TRY	Normais Climáticas	Inverno Seco	Verão Úmido
Conforto	19.5%	29.11%	31.9%	7.1%
Ventilação	45%	32.09%	28.3%	61.7%
Resfriamento Evaporativo	2.81%	0.13%	3.78%	1.85%
Massa Térmica p/ Resfriamento	1.7%	0.03%	0.865%	2.54%
Ar Condicionado	8.55%	10.42%	4.28%	12.8%
Umidificação	0%	0%	0%	0%
Massa Térmica/Aquecimento Solar	3.78%	4.01%	7.42%	0.114%
Aquecimento Solar Passivo	0.411%	0%	0.82%	0%
Aquecimento Artificial	0.354%	0%	0.706%	0%
Ventilação/Massa	0.445%	0.03%	0.228%	0.664%
Ventilação/Massa/Resfriamento Evaporativo	10.7%	10.63%	11.4%	10.1%
Massa/Resfriamento Evaporativo	6.68%	2.29%	10.3%	3%

Fonte: Leão, 2007

Nesse período, as estratégias para o desconforto por calor foram: 72.5% de ventilação, 16.3% de massa para resfriamento, 15% de resfriamento evaporativo e 12.8% de ar condicionado.

A plotagem do período de inverno seco, para o desconforto por calor foram indicados: 39.9% de ventilação, 22.8% de massa para resfriamento, 25.5% de resfriamento evaporativo e 4.28% de ar condicionado.

Segundo Givoni (1991) apud Andrade (1996), existem dois tipos de ventilação: Ventilação de Conforto, obtida com a entrada de ventos pelas janelas e aumento da velocidade do vento interno. Atua de forma direta no conforto e é caracterizada pela ventilação diária efetiva. O outro tipo de ventilação é feito através do Resfriamento Convectivo Noturno, que de forma indireta promove o conforto com o

resfriamento da massa da edificação através da ventilação noturna. Essa diferenciação ocorre devido às condições apresentadas pelos elementos do clima.

O tipo de ventilação a ser aplicada depende das condições aceitáveis de temperatura e umidade, sendo que para a ventilação efetiva promover resfriamento pela troca de calor por convecção na superfície da pele, a temperatura externa deve estar menor que a temperatura do corpo, cerca de 37 °C. Na ventilação noturna, como a temperatura do ar atinge menores valores, o vento é mais fresco que a massa da edificação, promovendo a troca convectiva de calor na superfície da parede. Em regiões de clima quente úmido, a ventilação é necessária, pois a amplitude térmica é menor, porém a presença de umidade causa desconforto fisiológico.

Para o clima de Cuiabá, que apresenta as duas estações bem definidas, úmida e seca, porém sempre com elevados valores de temperatura, exceto pelos curtos períodos de friagem, as utilizações de ambas estratégias de ventilação devem ser conjugadas no mesmo projeto bioclimático.

Com essa análise mais detalhada e observando as esquadrias das edificações da arquitetura vernacular de Cuiabá, vemos que os peitoris altos eram próprios de um conhecimento empírico aplicado nas construções. A ventilação era feita através de grandes esquadrias que permitiam que o ar circulasse a um nível elevado do corpo do usuário. A circulação do ar no sentido vertical também era feita através das frestas do telhado sem forro. Assim, a ventilação efetiva era sempre utilizada de forma a remover o ar quente em ascensão no interior da edificação, além de promover a troca convectiva de calor com a superfície da pele dos usuários. Essa troca convectiva era propícia quando os mesmos, após o pôr-do-sol, buscavam o ar fresco nas calçadas frontais ou quintais, transformando esses locais de temperatura mais amena em verdadeiras salas de estar, acompanhados com suas cadeiras de fio.

5.1.8 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Segundo a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá de 1994, o terreno está alocado na área central da capital, no setor da mandioca, estando inserido em uma área de tombamento nas escalas municipal, estadual e federal.

Diante disso, as normativas são mais restritivas em relação aos vigentes do município, então para o desenvolvimento do projeto, foi seguido essa normativa, a qual define como devem ser as edificações nesse setor, disposto abaixo:

GABARITO DO SETOR DA MANDIOCA:

Parágrafo 5º - Para o Setor MANDIOCA:

B) Exigências e Normas:

I – A altura máxima permitida é 4,30m (Quatro metros e trinta centímetros) da cota de soleira até o nível do beiral, respaldo ou platibanda. Acima desse limite, até 2,00m (Dois metros), serão permitidos telhados e outros elementos construtivos que não constituam pavimentos de uso, tais como cumeadas de telhado, caixas d' água, etc., que deverão manter afastamento mínimo de 5,00 m (Cinco Metros) dos alinhamentos dos terrenos com os logradouros;

II – As cotas de soleira não poderão exceder 0,50 (Cinquenta Centímetros) acima do terreno natural, tomados no ponto mediano da testada do lote.

(INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO, 1994)

Com isso, para parâmetros didáticos para a concepção do projeto, a legislação de uso e ocupação do solo foi utilizada para entender se o uso proposto seria aceito para idealizar a proposta projetual de modo satisfatório, a figura 54 abaixo, demonstra que a utilização de médio impacto é aceita.

Figura 54 – Categoria de Uso

3.	MÉDIO IMPACTO
3.1.9.11. Atividades e empreendimentos de reuniões e afluência de público	f) Centros de eventos, convenções, feiras e exposições com até 5.000m ² (cinco mil metros quadrados) de área instalada

Fonte: Lei Complementar nº 389/2015

Para isso, a proposta de projeto se enquadra nesse uso, por trazer equipamentos internos que remetem a um espaço de eventos e um quintal característico cuiabano com muita vegetação e espaços abertos para brincar e realizar eventos culturais.

5.2 ASPECTOS FUNCIONAIS

Este projeto é voltado para uma vila cultural no município de Cuiabá, para promover a cultura e o turismo na região central da cidade, irá utilizar como espaço de eventos, buscando o conforto e comodidade para os usuários que irão estar dentro da edificação, oferecendo qualidade e segurança para o público-alvo da Vila Maria Taquara.

Esta ideia parte da necessidade de mais equipamentos culturais na cidade, sendo projetado para a educação patrimonial para o público familiar, com objetivo de criar espaços mais interativos e sazonais que expressem a cultura local e integrar aos poucos o espaço do centro, sendo adotado como elementos norteadores o bem-estar e ao sentimento de pertencimento agregando aos traços coloniais como a natureza, a telha cerâmica e o quintal/pátio espaçoso para integrar os usuários.

A partir do exposto, foi buscado aspectos em que se remete ao aspecto colonial com o encontro contemporâneo nas áreas internas e com o externo que harmoniza com as edificações ao redor, trazendo o visual colonial com as janelas ritmadas com os pátios internos, propício para as demais atividades.

5.3 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

O desenvolvimento de um projeto de uma vila turística, quando pensado com o intuito em trazer contribuições para o entorno de toda a cidade, de forma que possa oferecer serviços e a sensação em conhecer um pedaço da história, de forma que a sociedade utilize com mais frequência o espaço, para gerar uma relação direta entre a história e a perpetuação dos conhecimentos populares.

Conforme a complexidade da proposta projetual, temos o abandono das edificações históricas e a parte majoritária comercial, essa parte não possui muito movimento ou qualquer interesse em ter o espaço próprio em ser um equipamento cultural expoente e pulsante do que a cidade tem a oferecer.

Como a falta de interesse na cultura local vem se diminuindo devido as redes sociais e outras referências externas que não agregam ao que temos, e isso leva a uma perda histórica enorme, pois o que essas estruturam contam de como a sociedade cuiabana se desenvolveu, não volta mais e isso vai acabar caindo no esquecimento e a sociedade sem suas raízes, acaba perdendo sua essência.

Com isso, esse regaste em uma forma de vila, fica interessante para suprir os equipamentos culturais que possuímos e pode agregar na utilização do espaço do centro histórico, proporcionando uma experimentação de um pouco da cultura local.

5.4 ASPECTOS TÉCNICOS

No século XXI, a construção civil causa grandes impactos ao meio ambiente em torno da edificação, como também nas edificações cada vez mais tecnológicas, porém ao se tratar de patrimônio histórico, a tratativa é diferente com o espaço de área tombada, com cuidado ao projetar e escolher os materiais para que haja a interação do contemporâneo com o aspecto colonial, dessa forma pode se gerenciar os materiais sem muitos gastos.

Este projeto tratará com estratégias de conforto aliado a vegetação ao remeter a um espaço aconchegante e família, que irá reduzir os impactos nas edificações próximas no centro histórico, com a interação com os espaços verdes para reduzir a sensação de calor nos tempos mais secos, para que possa ser viável para todos os públicos.

O presente projeto consta com a projeção de uma vila turística para o município de Cuiabá, sendo composto por salas comerciais, restaurante, administração, salão de eventos modular, sala polivalente para exercícios físicos, espaços de convivência no espaço aberto, estacionamento e serviços de delivery.

5.4.1 ILUMINAÇÃO NATURAL

A luz tem seu espaço especial no projeto, pois traz benefícios para os usuários, sendo ela na redução do consumo de energia elétrica e com essa otimização, reduz a utilização de luz artificial e a edificação consegue se sustentar com a quantidade de luminárias dispostas.

O uso estratégico das janelas ajuda na entrada de luz solar e de ventilação, sem atrapalhar nas atividades diárias e aos visitantes terem um local diferenciado ao visualizar os ritmos e a presença das trocas dos ventos e com a possibilidade de manter o clima agradável. No projeto arquitetônico, foi analisado que eram necessários os ambientes bem iluminados pela demanda de eventos e a procura do bem-estar em utilizar janelas tipo guilhotina para remeter ao estilo colonial cuiabano.

5.4.2 VAGAS DE ESTACIONAMENTO

Segundo a normativa do IPHAN, não tem nenhuma restrição em ter ou não a presença de estacionamento, por conta de ser um espaço aberto para o público e ter vagas disponíveis como uma segurança e comodidade para quem se desloca com o carro e ter uma opção a mais nos atrativos da concepção projetual.

Dessa forma, para dividir a quantidade de vagas entre visitantes disposto com 17 vagas para visitantes e 3 vagas especiais, e para funcionários disposta de 8 vagas, 2 vagas especiais e 1 doca para carga para o restaurante.

5.4.3 RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Para dimensionar o reservatório para os banheiros e o depósito de material de limpeza (DML) da Vila Maria Taquara, é preciso obter o número exato de usuários que frequentam o local conforme a NBR 5626/1998.

Dessa forma:

$25L \times 146 \text{ pessoas (90 visitantes + 56 pessoas)} \times 2 \text{ dias} = 7300 \text{ L para 2 dias}$

Reservatório inferior = $7300/2 = 3650 \text{ L}$

Reservatório superior (inicial) = $7300/2 = 3650 \text{ L}$

Reservatório de incêndio = $7300 \times 0,20 = 1460 \text{ L}$

Devido ao número de fixo de funcionários e a quantidade volátil de usuários que vão utilizar a edificação diariamente, já é esperado uma oscilação no consumo de água, claro que a utilização desse recurso será com a implantação de vasos que utilizem menos água e mantenha a eficiência e garantindo que o recurso da água não se esgote.

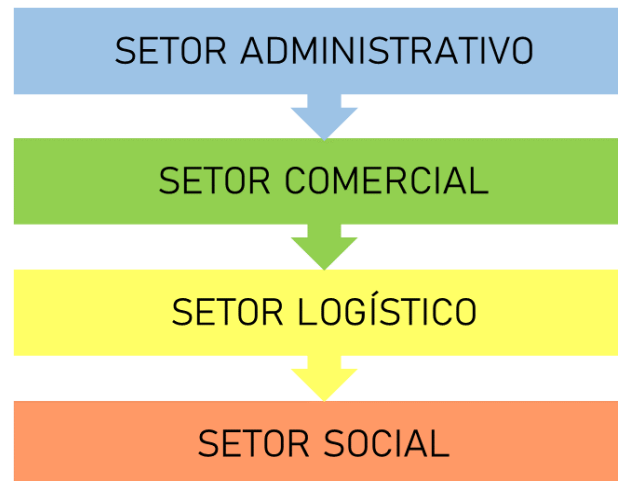
6. PROPOSTA PROJETUAL

- Programa de necessidades / Pré-dimensionamento

A edificação projetada tem como premissa ser tradicional porém com alguns toques contemporâneos dentro da tipologia patrimonial, apesar de possuir atividades sazonais e atrativas com o cunho histórico e patrimonial, como uma característica em ter uma edificação versátil com o visual colonial que harmonize com o centro histórico.

Essa distinção de ambientes é feita pela presença de restaurante e comércios, sendo separados pela necessidade das separações por afinidade, para que fossem agrupados e que sejam espaços funcionais e versáteis, com a designação maior para os espaços sociais como um atrativo. Com isso o programa de necessidades está dividido dessa forma, representado na figura 55 abaixo.

Figura 55 – Organização dos Setores



Fonte: Autoria própria, 2021

O Setor Administrativo tem por objetivo organizar e gerir a edificação, ter as manutenções necessárias, para ter atrativos para manter a rotatividade de visitantes e com atividades sazonais.

Tabela 04 – Pré-dimensionamento Setor Administração

SETOR	AMBIENTES	UNIDADES	ÁREA ÚTIL (m ²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m ²)	5% circulação e paredes (m ²)	Área de Construção (m ²)
ADMINISTRAÇÃO	Secretaria/Recpção	1,00	18,91	18,91	0,95	19,86
	Sala Adm.	1,00	18,32	18,32	0,92	19,24
	Copa para funcionários	1,00	19,25	19,25	0,96	20,21
	Sala E-commerce	1,00	17,10	17,10	0,86	17,96
	Sala de Reunião	1,00	31,48	31,48	1,57	33,05
ÁREA DO SETOR ADMINISTRATIVO				105,06	5,25	110,31

Fonte: Autoria própria, 2021

O setor comercial concentra o aspecto da possibilidade em vender produtos regionais e que demonstram a regionalidade em todo seu aspecto.

Tabela 05 – Pré-dimensionamento Setor Comercial

PROGRAMA E PRÉ DIMENSIONAMENTO						
SETOR	AMBIENTES	UNIDADES	ÁREA ÚTIL (m ²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m ²)	5% circulação e paredes (m ²)	Área de Construção (m ²)
COMERCIAL	Sala 01	1,00	26,60	26,60	1,33	27,93
	Sala 02	1,00	28,06	28,06	1,40	29,46
	Sala 03	1,00	27,25	27,25	1,36	28,61
	Restaurante com serviço	1,00	150,00	150,00	7,50	157,50
ÁREA DO SETOR COMERCIAL DA VILA				231,91	11,60	243,51

Fonte: Aatoria própria, 2021

O setor logístico concentra os espaços de vendas online e de entregas dos produtos para dar uma forma de lucratividade.

Tabela 06 – Pré-dimensionamento Setor Logístico

SETOR	AMBIENTES	UNIDADES	ÁREA ÚTIL (m ²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m ²)	5% circulação e paredes (m ²)	Área de Construção (m ²)
APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICA	Estacionamento	1,00	1504,49	1.504,49	75,22	1.579,71
	Estacionamento funcionários	1,00	548,66	548,66	27,43	576,09
	DML 01	1,00	2,66	2,66	0,13	2,79
	DML 02	1,00	2,59	2,59	0,13	2,72
	Espaço Delivery	1,00	20,27	20,27	1,01	21,28
	Sala E-commerce	1,00	21,70	21,70	1,09	22,79
	Doca	1,00	44,81	44,81	2,24	47,05
	Guarita Estacionamento	3,00	6,00	18,00	0,90	18,90
	Lixeira	1,00	49,08	49,08	2,45	51,53
ÁREA DO SETOR TÉCNICO E LOGÍSTICO				2.447,26	133,36	2.580,62

Fonte: Autoria própria, 2021

O setor social é a maior parte da edificação, para ter a visitação de vários tipos de pessoas e sempre manter a vivacidade da edificação e as experiências dos visitantes.

Tabela 07 – Pré-dimensionamento Setor Social

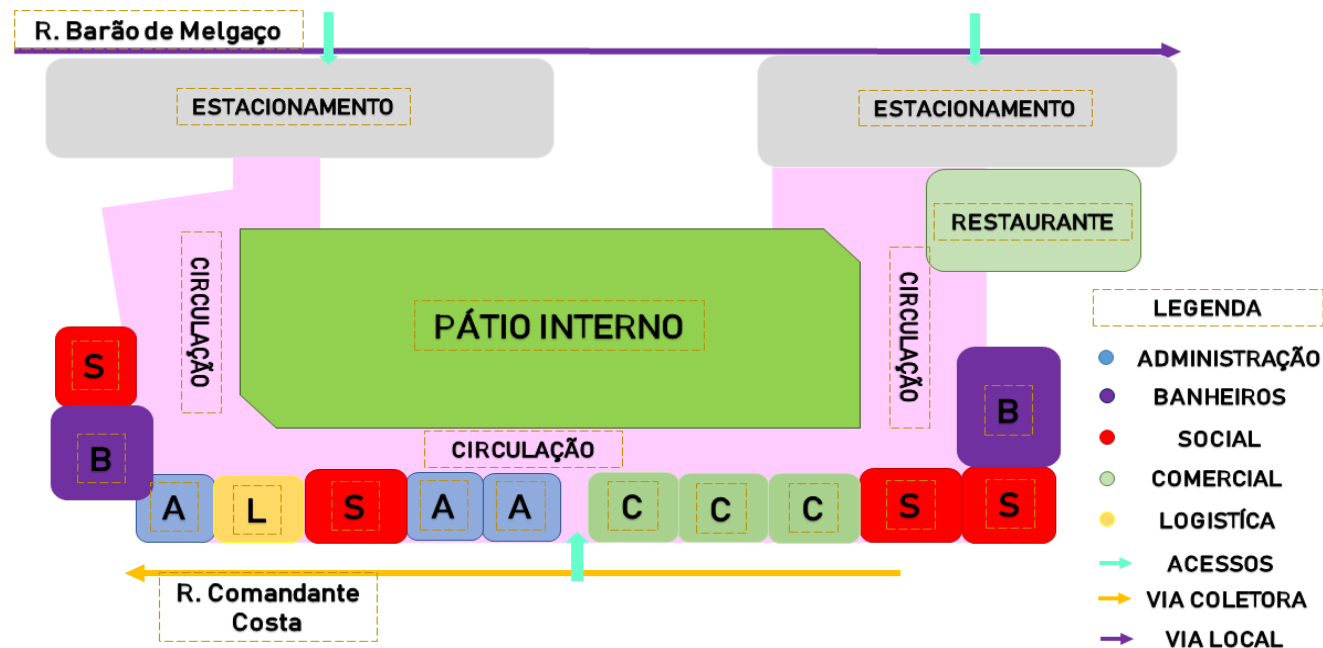
SETOR	AMBIENTES	UNIDADES	ÁREA ÚTIL (m ²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m ²)	5% circulação e paredes (m ²)	Área de Construção (m ²)
SOCIAL	Área de Convivência	1,00	25,89	25,89	1,29	27,18
	Salão Modular 01	1,00	22,81	15,00	0,75	15,75
	Salão Modular 02	1,00	22,81	22,81	1,14	23,95
	Salão Modular 03	1,00	33,89	33,89	7,50	157,50
	Salão Modular 04	1,00	33,89	33,89	1,69	35,58
	Pátio	1,00	527,46	527,46	26,37	553,83
	Varanda	1,00	379,47	379,47	18,97	398,44
	Sanit. Fem.	1,00	14,48	14,48	0,72	15,20
	Sanit Fem. PCD	1,00	4,20	4,20	0,21	4,41
	Sanit. Masc	1,00	4,67	4,67	0,23	4,90
	Sanit Masc. PCD	1,00	4,67	4,67	0,23	4,90
ÁREA DO SETOR SOCIAL DA VILA				1.066,43	59,13	1.241,67

Fonte: Autoria própria, 2021

6.1 ORGANOGRAMA / FLUXOGRAMA

O fluxo dentro a edificação foi dividido por alas, sendo do lado direito a concentração as áreas de serviço como administração e logística, na parte central, a parte do comércio, para seduzir o visitante a comprar e tendo a vista do pátio interno arborizado, já do lado direito temos o fluxo social com a presença de salão de eventos, sala polivalente e o restaurante como atrativo das pessoas ficarem mais tempo na vila, sendo acessada pela via Barão de Melgaço, voltada para veículos pelo sentido da via e a via Comandante Costa, apenas para pedestres, conforme figura 56.

Figura 56 – Fluxograma da edificação



Fonte: Autoria própria, 2021

Dessa forma, é possível compreender que o fluxo é viável apesar dos desníveis naturais do terreno, sendo preservados devido a relação do edifício com o terreno, com a disposição que acompanha o terreno e dê espaço para as feiras, atividades culturais e interações sociais.

6.2 TÉCNICA E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

6.2.1 PAREDE DE ALVENARIA

Para ser uma edificação que remeta as estruturas coloniais, foram requeridas algumas estruturas que possam sustentar algumas técnicas vernaculares, sendo elas as paredes de alvenaria, por trazer um conforto térmico, relembra ao sistema antigo, pelo uso da cerâmica, com o toque contemporâneo em reproduzir a edificação para o fim colonial que está intrínseco no terreno onde está alocado a proposta de projeto.

Como as temperaturas da cidade são extremas, o uso desses tijolos são os ideais para não contrastar muito com as edificações em seu entorno e ser menos impactante na elevação das estruturas, sendo evidenciado na figura 57 abaixo.

Figura 57 - Parede de alvenaria



Fonte: Construindo Casas, 2021

Com isso, o sistema de alvenaria é o sistema mais próximo na reprodução da alvenaria colonial, com seu traço leve em ter paredes mais finas e resistentes, aparece como uma solução ideal com o uso de materiais como argamassa e cimento para compor a estrutura e ela resistir ao tempo.

Diante disso, a construção pode manter da maneira mais próxima da realidade do terreno, contemplando a necessidade da preservação da topografia, adaptando da melhor forma possível esse espaço tombado pelo IPHAN.

O tijolo já era comumente utilizado nas construções civis no nordeste do Brasil desde o século XVII, muito antes que se instalasse a primeira olaria mecanizada do país, contudo, devido à precariedade das condições de trabalho, a maior parte da produção era dedicada à olarias para telhas. As alvenarias em tijolo, no entanto, somente se popularizam na segunda metade do século XIX, sobretudo em 1865 quando se instala em Campinas a primeira olaria mecanizada do país além da imigração italiana que trouxe ao Brasil mão de obra especializada de pedreiros e oleiros que deram início à construção em alvenaria de tijolos em São Paulo, e a partir de então, a produção de tijolos cerâmicos começa a ser significativamente numerosa, o suficiente para tornar o material barato para substituir a taipa. A partir dos anos 60, a alvenaria estrutural assim como o tijolo começa também a ser utilizada em larga escala em Minas Gerais, Goiás e em outros estados. Contudo, aos poucos, a alvenaria em tijolo começa a perder importância para taipa de pilão, pedra e cal e adobe. (RIBEIRO,2003).

Esse uso focado na memória da existência do material construtivo, remete a carga histórica do uso da cerâmica, uns dos primeiros materiais construtivos da humanidade e refinado ao longo dos anos para ter a maior resistividade e facilidade de manutenção, disposto por Ribeiro (2003), que por influências externas de italianos que foram adentrando o país, deixando rastros na influência construtiva dos materiais durante a decisão do partido da edificação, na figura 58 abaixo.

Figura 58 – Tijolo Cerâmico Maciço



Fonte: Olaria São Luiz

6.2.2 TELHADO CERÂMICO

A telha cerâmica é a maneira mais bonita em ter a representação do aspecto colonial, com o madeiramento e com a interação da edificação com o entorno e manter como se fosse uma extensão de um imóvel antigo, sendo interessante para a proposta.

Para ser harmônico com a estrutura do entorno, o uso da telha cerâmica foi imprescindível a utilização desse material, por estar relacionado ao barro, que é a matriz do aspecto colonial, pela gestão dos recursos e trabalhabilidade da mistura, para fornecer o melhor para a sociedade, e finaliza-se a cobertura, dando um acabamento a estrutura e protegendo as partes internas da construção e seus equipamentos.

Com o uso do beiral cerâmico, serve como brise para evitar a insolação direta na edificação e proteger das chuvas, sendo uma solução projetual para manter o visual colonial, a solução de telhado de 4 águas no restaurante e a de mais caídas na edificação principal, representado na figura 59 abaixo.

Figura 59 – Telhado Cerâmico 01



Fonte: AecWeb, 2021

Como referência para a edificação, foi utilizado o posicionamento das telhas coloniais existentes na região mineira, sendo uma maneira em resgatar as origens da arquitetura colonial em seu cerne, relatado pelo site Pátria Mineira, a representação de uma característica dos traços coloniais, em ter a visibilidade das diferenças da cobertura cerâmica em locais com o processo rudimentar, representado na figura 60 abaixo.

O processo para a fabricação das telhas era bastante rudimentar. Atualmente, diante da industrialização da atividade e de dificuldades ambientais para licenciamento deste tipo de trabalho, a profissão de oleiro é função que beira a extinção. Assim

eram as etapas para a produção de telhas: o barro era retirado dos barrancos de rios, córregos e nas várzeas das imediações do local da olaria.

Figura 60 – Telhado Cerâmico 02



Fonte: Pátria Mineira

6.2.3 PEDRA CANGA

A pedra canga, é um mineral largamente utilizado na arquitetura colonial do centro oeste, como base para fundações, decorações, muros de arrimo e até mesmo pavimentos, sendo um produto com sua cor avermelhada com alaranjado, destaca-se na paisagem com a irregularidade das pedras e a necessidade em ter uma caracterização única com essa pedra.

Para Menezes et. al. (2011), a canga no século XVIII foi muito utilizada na construção de muros de arrimo, estruturas de casas, paredões e eventualmente no enchimento de obras como chafarizes. Dessa forma, destaca-se pela cor e por ser um composto com minérios que favorecem a união desses materiais, sendo resistente a intempéries e ao processo de lixiviação, demonstrado o uso em muros pela figura 61 abaixo.

Figura 61 – Pedra Canga



Fonte: ART Pedras

O material desse minério é altamente plástico e é possível colocar ele em formatos que favoreçam o projeto e a ideia do conceito original, no qual agregue a realidade enfrentada pelo terreno, sendo colocada como o muro de arrimo, para sustentar a estrutura e os níveis topográficos para vencer as alturas e ser capaz sem demonstrar a resistência do material, havendo o exemplo da Igreja do Rosário São Benedito, que em sua escadaria voltada para a Coronel Escolástico, há um paredão com o uso da pedra canga, sendo a autenticidade do projeto colonial, representado pela figura 62 em seguida

Figura 62 – Pedra Canga na escadaria da Igreja do Rosário São Benedito



Fonte: Governo Federal Brasileiro/BR

6.2.4 PAISAGISMO

A arquitetura paisagística é fruto de um estudo multidisciplinar que propõe o uso de vegetação de modo inteligente e harmônico para compor a arquitetura e bem-estar ao usuário ao adentrar ou apenas observar a vegetação. Com isso, ele carrega o papel do conforto térmico, o qual promove um ponto de partida para o desenvolvimento de projetos sustentáveis.

Essa tipologia de projeto aborda o projeto arquitetônico, qualidade ambiental, climatização e projetos com as certificações de energia que estão dispostos nos mercados pelas empresas para a melhor gestão dos recursos utilizados na obra, com intuito na aplicabilidade da sustentabilidade.

Dessa forma é uma composição de arte e ciência, visando esquematizar um ambiente físico com a imposição de vegetação e o que possa agregar o espaço físico, por meio dessa conotação, o arquiteto e o paisagista, criam ambientes que retratem um ambiente criativo com a interação do homem e natureza, descrito pelos arquitetos Ed Wall e Tim Waterman (2012), discutiram referente a importância do arquiteto e paisagista, ilustrado na figura 63.

Os arquitetos paisagistas são frequentemente convidados a liderar projetos de desenho urbano, pois sua formação profissional lhes propicia sensibilidade e uma excepcional habilidade de interferência nos contextos físicos. Muitas firmas de paisagismo se dedicam quase exclusivamente ao desenho urbano, não somente devido às habilidades específicas dos membros de suas equipes, mas simplesmente porque o escopo de muitos projetos é o contexto urbano.(Wall et. al.. 2012).

Por isso a arquitetura bioclimática ganhou importância dentro do conceito de sustentabilidade. Isso se deu pela estreita relação entre o conforto ambiental e o consumo de energia, que está presente na utilização de sistemas de condicionamento ambiental artificial e de iluminação artificial. (GONÇALVES,2006)

Figura 63 –Paisagismo interno 01



Fonte: Archdaily

Com isso, podemos dar razão ao melhor uso eficiente com a presença do paisagismo, que reduz alguns gastos com energia, promovendo o equilíbrio sustentável dos usos energéticos, como uma forma de agregar ao edifício as potencialidades presentes na natureza utilizada por meio da ciência do paisagismo em reproduzir sensações de conforto térmico para os usuários.

Na figura 61 abaixo, representa o uso consciente de variados tipos de plantas para compor um ambiente descontraído e com o contato direto com a natureza ao olhar a diferenças de cores e texturas das folhas das plantas, como uma forma em incrementar os arranjos entre os materiais da madeira em painel ripado, o tecido claro e as paredes com o efeito *clean*, dando destaque para as vegetações.

Figura 64 –Paisagismo interno 02



Fonte: Blog Paradigma da Arquitetura, 2021

6.3 DIRETRIZES DE PROJETO

6.3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO, CONCEITOS E PREMISAS

Com o intuito de promover um ambiente histórico acolhedor e atrativo tanto para visitantes quanto para turistas, partiu-se da premissa de concepção do partido arquitetônico de projetar ambientes mais biofílicos a partir dos princípios utilizados atualmente da integração da natureza com a edificação, integrando o externo e o interno por um caminho central. Além de inserção de ambientes que permitam os visitantes a revisitar a história na varanda com a exposição a céu aberto, sendo agradável para a interação do público e engajamento.

A partir do espaço projetado visa-se trazer o auxílio no processo de revitalização do centro histórico da cidade, por meio de chamamento do público e divulgação publicitária desse espaço pertencente da sociedade cuiabana, com elementos semelhantes às estruturas históricas como a presença de telhas coloniais, a inserção de janelas com o *design* histórico, o pé direito alto e a admiração da vegetação em seu pátio como uma forma de integração, genuinamente, cuiabana.

O tratamento com a iluminação e ventilação foi pensado de uma maneira minuciosa para que fosse possível representar, como uma releitura em uma edificação nova, alguns aspectos marcantes dos imóveis tombados na cidade de Cuiabá, em especial, a área central.

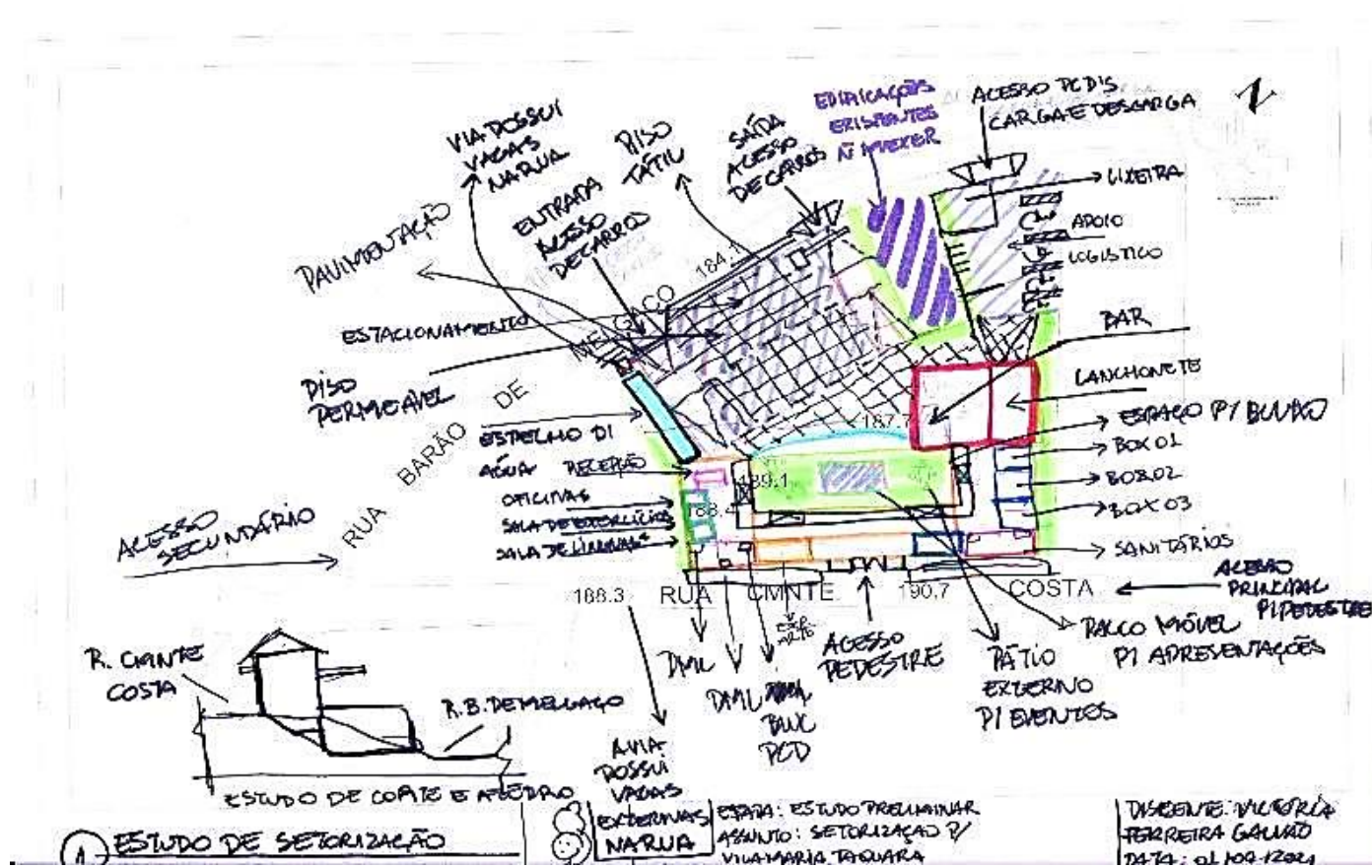
A identidade visual do projeto adere as referências de patrimônio histórico pelo país para a representação mais próxima da realidade cuiabana, sendo caracterizado pelos tons terrosos, amadeirados, presença da cerâmica da influência indígena e o uso do ferro para demonstrar as influências externas, como as cores fortes do azul, vinho, amarelo, verde, provenientes dos imigrantes, durante todo o período de 302 anos da capital.

6.3.2 PROPOSTA CONCEITUAL PRELIMINAR

A elaboração da proposta da Vila Turística Maria Taquara partiu da premissa em ser um equipamento cultural de eventos para a cidade, sendo de público variado, tendo enfoque para as famílias. Foi projetada com a intenção em suprir a falta de espaços acolhedores e que estejam dentro da vivência da área central da cidade, com o intuito em oferecer serviços atrativos e atividades sazonais que atraiam o interesse em conhecer a nossa cultura.

Com isso, a sociedade civil mobiliza-se em proteger e perpetuar suas raízes para independente de quem seja, com os cânticos, festas de santos, culinária, artesanato e cultura, como uma forma de estar próximo de um grande casarão com a estrutura mais próxima de uma colonial, então foi pensado em integrar dentro dos 6 metros de desnível um ambiente acolhedor e remetendo aos costumes hospitaleiros dos cuiabanos em trazer as pessoas para o quintal amplo e arborizado com plantas frutíferas, como esquematizado na figura 65 abaixo.

Figura 65 – Estudo de implantação em croqui



Fonte: Autoria própria, 2021

6.4 ENSAIOS GRÁFICOS

6.4.1 IMPLANTAÇÃO

A forma do terreno irregular de aproximadamente 6mil m² permitiu uma projeção de uma edificação que acompanhasse o perímetro do terreno, se tratando da localização do terreno foi possível criar 2 acessos, sendo eles, um acesso voltado para o público com veículos (Principal) e o outro acesso destinado aos funcionários que contempla a entrada de furgões para a entrega de alimentos para a cozinha do restaurante.

No terreno foi necessário utilizar platô e muro de arrimo para criar um grande platô para que a edificação fosse projetada sem problemas no terreno, foi utilizado vegetação semelhantes a da região implantada, contando com uma praça principal com bancos para contemplação unindo também algumas instalações para a prática infantil no local, foi proposto um pátio no local para que possa transmitir integrar as atividades regionais com a parte arbórea da edificação.

Foi proposto o estacionamento desse modo, por estar com a maior testada do terreno e utilizar o sentido da via a favor dos visitantes, com o intuito em reduzir os desníveis para ser uma edificação com poucos aclives e declives, foi adotado a implantação no nível +188,1 e o nível +187,7 para dar uma suavizada e reduzir a retirada de terra do terreno para facilitar a trabalhabilidade com o desnível de 6 metros, como mostra na figura 66.

Figura 66 – Planta de implantação



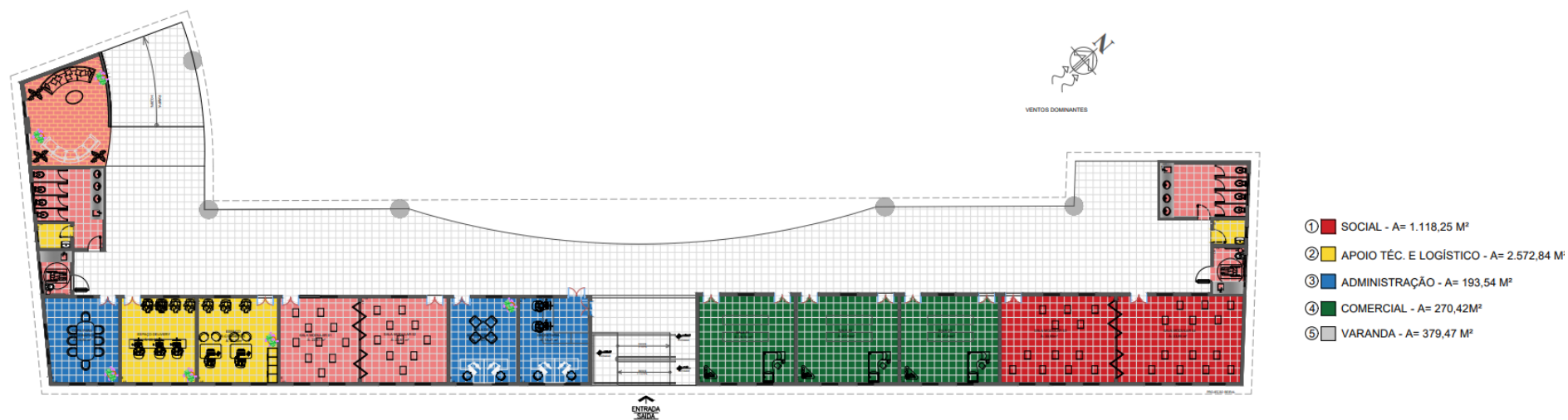
Fonte: Autoria própria, 2021

6.4.2 PLANTA DE LAYOUT

O Layout proposto foi pensando no melhor aproveitamento dos espaços de cada ambiente como deixar os espaços aconchegantes para os visitantes e funcionários que trabalham na edificação, como uma forma de conforto para os trabalhadores diários do local, também conta com banheiros adaptados e regulares com a presença de DML para a manutenção dos espaços.

Com isso, agrega a sensação de hospitalidade ao entrar na edificação tendo bem distinto as áreas sociais e comerciais das alas de logística e administração, nas figuras 67 e 68, estão representadas o layout da Vila Maria Taquara e o restaurante da edificação.

Figura 67 – Planta de Layout Vila Maria Taquara



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 68 - Planta de Layout Restaurante

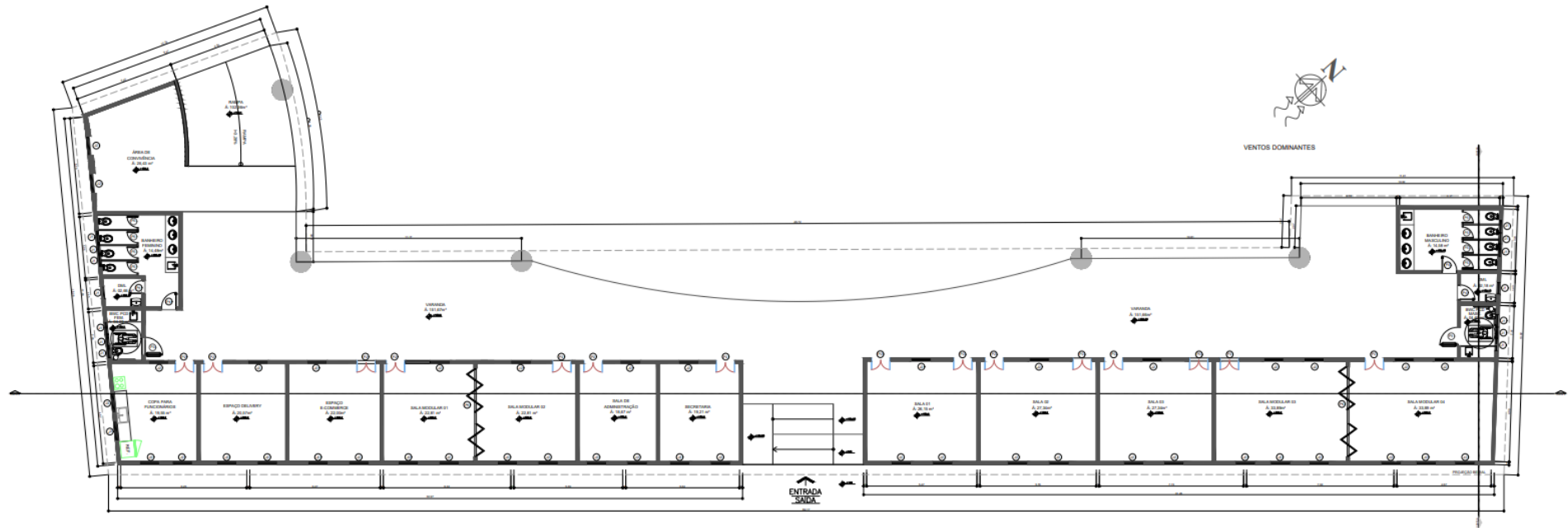


Fonte: Autoria própria, 2021

6.4.3 PLANTA BAIXA TÉCNICA

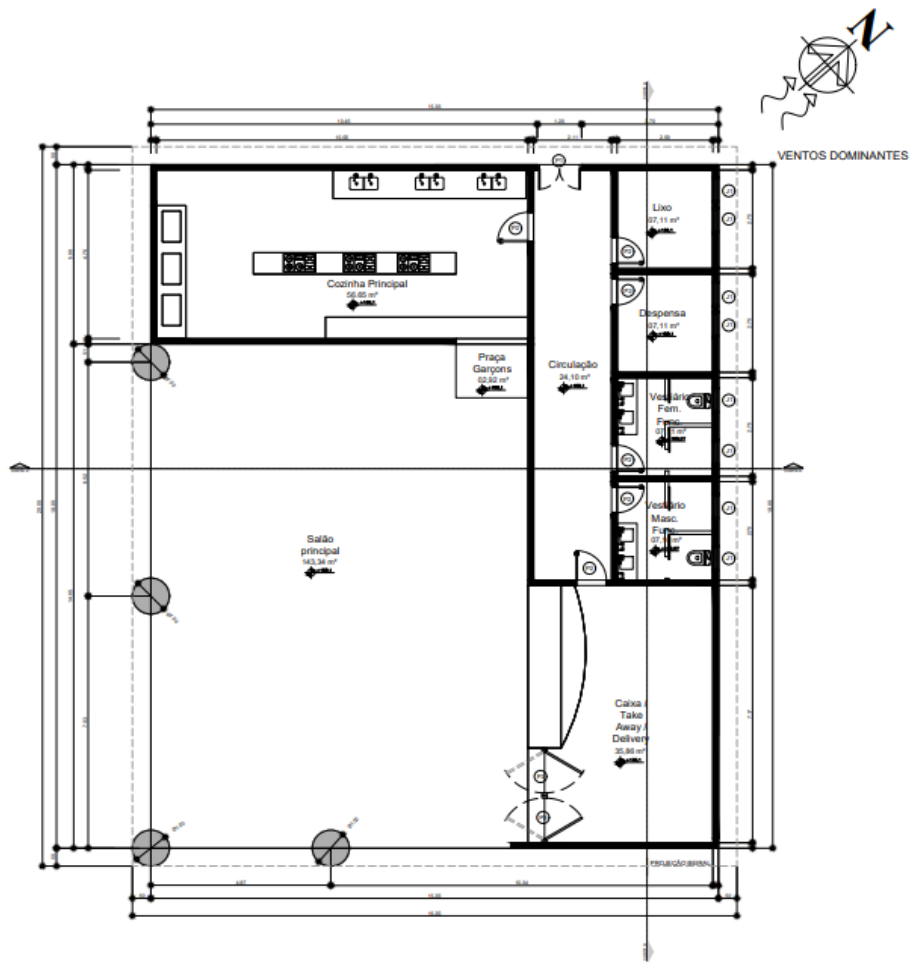
As plantas baixas foram dispostas de uma forma que fosse possível integrar a ventilação com a estética, sendo proposto o melhor aproveitamento dos espaços de cada ambiente como deixar os espaços aconchegantes para os visitantes e funcionários que trabalham na edificação, como uma forma de conforto para os trabalhadores diários do local, evidenciados nas figuras 69 e 70 respectivamente das duas edificações

Figura 69 – Planta Baixa Técnica Vila Maria Taquara



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 70 – Planta Baixa Técnica Restaurante

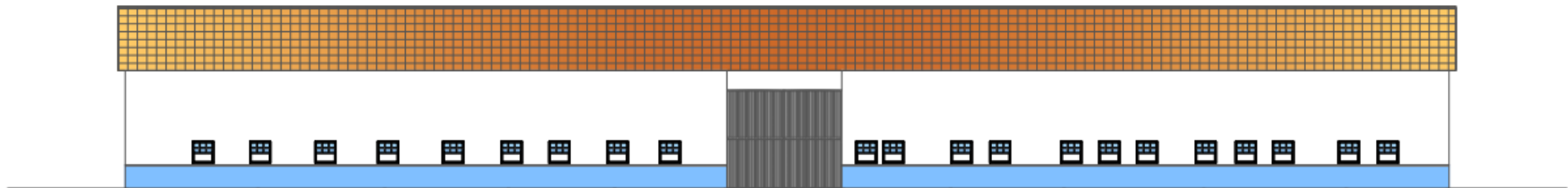


Fonte: Autoria própria, 2021

6.4.4 FACHADAS

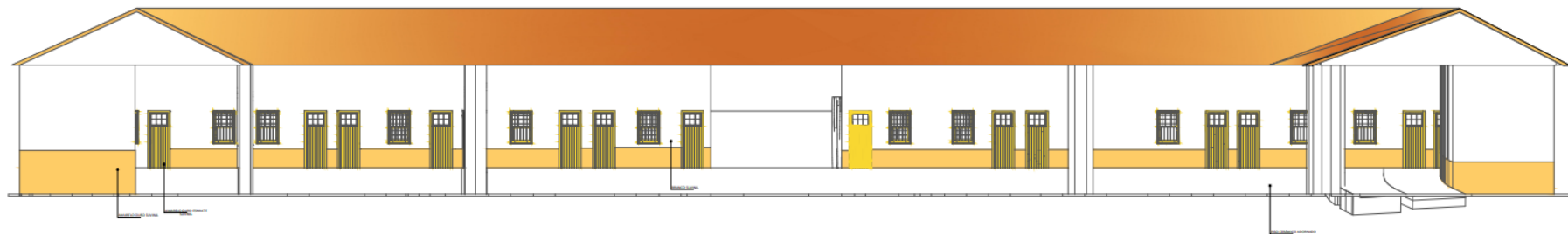
A fachada tem a composição de integrar o espaço histórico, sendo possível a interação com o ferro e a alvenaria, com cores fortes como azul, branco e amarelo, como a representatividade da bandeira da cidade e as marcas da arquitetura eclética que ainda resta na cidade, sendo ilustrados nas figuras 71 e 72.

Figura 71 – Fachada Comandante Costa



Fonte: Aatoria própria, 2021

Figura 72 – Fachada Barão de Melgaço



Fonte: Aatoria própria, 2021

6.4.5 PERSPECTIVAS

Por meio dos estudos de volumetria realizados e de seguindo como modelo o projeto desenvolvido, a fachadas são diferentes devido a diferença dos níveis e o que cada ala representa, sendo um modo que as pessoas se sintam em uma casa com o quintal grande e estimule o uso dos espaços das zonas centrais, sendo evidenciadas pelas figuras 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79.

Figura 73 – Perspectiva da Vila aérea



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 74 – Vista da Perspectiva Interna



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 75– Vista da Perspectiva Interna Restaurante



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 76– Vista da Sala Modular



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 77– Vista da Copa



Fonte: Aatoria própria, 2021

Figura 78– Vista do Espaço Delivery



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 79– Vista Área de Convivência



Fonte: Autoria própria, 2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos realizados e de seguindo como modelo o programa de necessidades, nota-se a importância que os espaços exercem sobre o indivíduo, como um parâmetro da arquitetura influenciando na esfera comportamental dos usuários daquele local.

Foi buscado uma projeção de um edifício com o tema patrimonial possuindo todos os ambientes necessários para proporcionar os eventos, feiras, atividades para todos os públicos e não se limitar em um público em específico, com a possibilidade de trazer a sociedade para conhecer as riquezas culturais, proporcionando uma troca de conhecimentos populares em um espaço propício para as atividades.

A presente proposta trata-se de uma Vila Turística, nomeada Maria Taquara, para inserir a sociedade a buscar sobre uma das personalidades mais enigmáticas do município dos anos 40 e a possibilidade de adentrar profundamente nas raízes que derivaram por 302 anos.

8. REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio Augusto. REPENSANDO OS ASPECTOS SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE: A CONSERVAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 18, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, Lei N° 11.323, de 23 de Março de 2021. **Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/16257/#e:16257/#m:1233290>> Acessado em: 28 jun. 2021.
- BATISTA, Claudio Magalhães. **Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Caderno virtual de turismo, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/93>> Acessado em: 12 maio 2021.
- BIANCHI. S.A. **Turismo cultural como preservação do patrimônio histórico**. Pluris 2010. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper211.pdf>> Acessado em: 05 maio 2021.
- BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Iphan, Programa Monumenta, Brasília, DF: 2010
- BRANCO, Patrícia M. Castelo. **Patrimônio Histórico e Turismo: Uma Construção Social**. Veículo de Publicação não especificado, 2009.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 12 maio 2021.
- BRASIL, Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. DOFC de 06/12/1937, p. 24056. Brasília-DF, 06 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Érica Diogo (org.), Brasília: Iphan, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração: José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Iphan, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Divisão Técnica da Superintendência Estadual de Mato Grosso**. Centro Histórico de Cuiabá. Cuiabá: [S. n.], 2011. 1 mapa, color. Escala gráfica

CAMILO, Irene; BAHLL, Miguel. **Desenvolvimento do turismo baseado em elementos culturais**. Turismo e Sociedade, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/52187/32160>> Acessado em: 12 maio 2021.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aliph, 2002.

CARVALHO, Gisélia Lima. **Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014)**. Mercator (Fortaleza), v. 15, n. 1, p. 87-99, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012016000100087&script=sci_arttext> Acessado em: 15 maio 2021.

CARTA, DE VENEZA. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CARVALHO, Karoliny Diniz. **Lugar de memória e políticas públicas de preservação do patrimônio: Interfaces com o turismo cultural**. Turismo-Visão e Ação, v. 13, n. 2, p. 149-165, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056077003.pdf>> Acessado em: 28 abr. 2021.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04052011-151700/publico/DEFINITIVO.pdf>> Acessado em: 16 ago. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2001.

CONTE, C.Q. e FREIRE, M.V.D. **Centro Histórico de Cuiabá Patrimônio do Brasil**. Cuiabá, Entrelinhas, 2006.

CONTINI, Alana. **Reabilitação urbana no centro de Curitiba**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/7652>> Acessado em: 23 set. 2021.

COSTA, Cristiano de Sousa. **Intervenções urbanas e micropolíticas: as experiências do coletivo à deriva em Cuiabá**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2013. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/579>> Acessado em: 05 set. 2021

DE ATENAS, CARTA. Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta% 20de% 20Atenas% 201933.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2021, v. 2, 2017.

DE LIRA PONTES, Anna Maria. **Memórias, vivências, alegoria: as ruínas do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba**. Disponível em: < <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0882.pdf>> Acessado em: 29 jun. 2021.

DE SOUZA, Silvana do Rocio; BAHLE, Miguel; CORBARI, Sandra Dalila. **Turismo, espaço, patrimônio e representações sociais da Lapa-PR, Brasil**. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 8, n. 1, p. 122-141, 2018. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4129/3457>> Acessado em: 12 maio 2021.

DICIONÁRIOINFORMAL. **Significado da palavra Bolicho**. São Paulo, SP. 26/10/2009. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/bolicho/5898/>> Acessado em: 05 mar. 2021.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico**. SEDEC. Observatório do Desenvolvimento. Dados Abertos sobre o Turismo. Disponível em: <<https://datastudio.google.com/u/0/reporting/309d23bc-7623-4252-a43b-f4e79ff496fa/page/XcAQC>> Acessado em: 12 set. 2021

FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. AMGH Editora, 2011. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=l8iYFbcX7HAC&oi=fnd&pg=PP5&dq=arquitetura+pr%C3%A9+hist%C3%B3ric>>

a&ots=KWyis1BOtO&sig=8OjsVxMEEOI_Aj1vBQmMCBS4xQ#v=onepage&q=arquitetura%20pr%C3%A9%20hist%C3%B3rica&f=false>

Acessado em: 14 maio 2021

FORTUNA, C. 1997, **The Show Must Go On: Why Are Old Cities Becoming Fashionable?**, in Bovone, L. (org.) *Produrre Cultura, Creare Comunicazione*. Milano: Franco Angeli.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. Chicago: University Chicago Press, 1992.

IPHAN. **Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá**. Cuiabá/MT. 1994.

GISLON, Jacinta Milanez. **Turismo e o Patrimônio Cultural: uma relação construída para interpretar, valorizar e preservar**. *Arquitetura, História e Patrimônio*, 2015. Disponível em: <<https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2015/10/10/turismo-e-o-patrimonio-cultural-uma-relacao-construida-para-interpretar-valorizar-e-preservar/#:~:text=O%20turismo%20tem%20forte%20rela%C3%A7%C3%A3o,em%20outros%20espa%C3%A7os%20de%20visita%C3%A7%C3%A3o.>> Acessado em: 02 maio 2021.

GIVONI, B. **Man, climate and architecture**. London, Elsevier, 1969.

GIVONI, B. – **Climate and architecture**. 2º ed. London: Applied Science, 1976 (reprinted 1981). Architectural Science Series.

GIVONI, B. **Comfort Climate Analysis and Building Design Guidelines**. *Energy and Building*, v. 18, n. 1, 1992.

GONÇALVES, Joana Carla Soares; DUARTE, Denise Helena Silva. **Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino**. *Ambiente construído*, v. 6, n. 4, p. 51-81, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3720>> Acessado em 18 de out. 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cuiabá (MT)**. Mato Grosso. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/253>>. Acesso em: 15 Abr. 2021.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

KÖHLER, André Fontan; DURAND, José Carlos Garcia. **Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências.** Turismo-Visão e Ação, v. 9, n. 2, p. 185-198, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056102004.pdf>> Acessado em: 21 set. 2021.

Kury, L. **Viagens Cinéticas.** 2008. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/viacientifica.html>> Acessado em: 30 jun. 2021.

LEÃO, E. B. **Carta Bioclimática de Cuiabá.** 2007. Dissertação. (Mestrado em Física e Meio Ambiente), Departamento de Física, Instituto de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Mato Grosso. 147 f. Cuiabá, MT.

LUCHIARI, M. T. D.P. (1998): **Urbanização Turística: um novo nexos entre o Lugar e o mundo.** In: Luiz Cruz Lima (org.). Da Cidade ao Campo: A Diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza-CE: UECE.

MARIMON, Marianna. **Uma figura folclórica a caminhar por Cuiabá, mulher da vida e de calças, assim foi Maria Taquara.** Olhar Conceito, 2014. Disponível em: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=3947¬icia=uma-figura-folclorica-a-caminhar-por-cuiaba-mulher-da-vida-e-de-calças-assim-foi-maria-taquara>> Acessado em: 23 set. 2021.

MARUJO, N. (2014). **A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação?** TURyDES – Revista de Turismo y Desarrollo, 7(16), pp. 1-12. ISSN: 1988-5261.

MAITELLI, G. T. – **Uma abordagem tridimensional de clima urbano em área tropical continental: o exemplo de Cuiabá-MT.** São Paulo, FFLCH-USP, 1994. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

MENDONÇA, R. **Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá.** Cuiabá: Edições Igrejinhas, 1975.
_____. **Ruas de Cuiabá.** Cinco de Março, Goiânia.1969.

MENEZES,S.S., et al. **Caracterização de canga para o uso como rocha ornamental.** Salvador. 2011. Disponível em: <https://www.artigos.entmme.org/download/2011/beneficiamento_de_rochas_ornamentais/2104%20-%20Menezes,%20S.%20S.-

%20CARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20CANGA%20PARA%20USO%20COMO%20ROCHA%20ORNAMENTAL.pdf>

Acessado em: 18 nov. 2021.

MERCURI, Isabela. **Casarão no Centro Histórico se torna espaço para eventos e comporta até 200 pessoas**. Olhar Conceito, 2016.

Disponível em: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=10569¬icia=casarao-no-centro-historico-se-torna-espaco-para-eventos-e-comporta-ate-200-pessoas>> Acessado em: 23 set. 2021.

METEOBLUE, **Climatologia em tempo real**. Mapa dos Ventos em Cuiabá. 2021. Disponível em:

<https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/cuiab%C3%A1_brasil_3465038> Acessado em: 13 de out. 2021.

MICHAELIS, **moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em:<<http://michaelis.uol.com.br/modern/portugues/index.php>>. Acesso em: 14 maio 2021.

MIDIANEWS. Cuiabá , 2015. **Espaço cultural sesc arsenal era utilizado como reduto de guerra**. Disponível em:

<<https://www.midianews.com.br/cotidiano/espaco-cultural-sesc-arsenal-era-utilizado-como-reduto-de-guerra/238783>> Acessado em: 05 set. 2021.

MOSQUEIRA, T. **Reabilitação da Região da Luz–Centro histórico de São Paulo**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado.

FAU-USP, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-28052010-113207/publico/DissertacaoProjetosLuz.pdf?>> Acessado em: 23 set. 2021.

NOVACK, Franciele Cavalheiro et al. **Mapeamento do Patrimônio Histórico e Cultural de Cuiabá-MT: tecnologias aplicadas, representatividade e história**. Revista Científica ANAP Brasil, v. 12, n. 27, 2019.

NUNES, Sérgio Roberto. **ESPAÇO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO E TURISMO NOS CENTROS URBANOS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL**.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Recife: UFPE, 2002. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.031.pdf>> Acessado em: 29 jun. 2021

_____. **Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture**. Rotunda, Campinas, n. 2, p. 100-117, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/rotunda>>. Acesso em: 16 maio 2021.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia Cultura e Turismo**. 7 ed. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção turismo)

Pereira, Catarina Nogueira; Vidal, Diogo Guedes. 2018. "**Patrimônio(s) e Lugares de Memória: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal**". Revista Café com Sociologia 7 (3): 98-112. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1012>> Acessado em: 30 jun. 2021

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. **Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça1**. Revista Portuguesa de Arqueologia. V. 8, n. 2, pp.313-334, 2005.
PREFEITURA DE CUIABÁ, **Patrimônio histórico de Cuiabá**, 2010. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/patrimonio_historico_legislacao.pdf> Acessado em: 27 de jun. de 2021.

RIBEIRO, Nelson Pôrto in: BRAGA, Márcia (org.) **Conservação e restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003

RICHARDS, G. (2001): "**Cultural attractions and European tourism**". Cab International, Wallingford.

RICHARDS, G. & Raymond, C. 2000, **Creative Tourism**, ATLAS News, No. 23.

RICHARDS, G. & Wilson, J. (eds.) 2007, **Tourism, Creativity and Development**. London e New York: Routledge.

RODRIGUES, Angela Rosch. **A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico**. Revista CPC, n. 24, p. 9-34, 2017. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/137955>> Acessado em: 15 maio 2021.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [1995] (Col. "Primeiros Passos").

SABINO, Anderson; SIMÕES, Robson. **Geografia e Arqueologia: uma visão do conceito de rugosidades de Milton Santos**. Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp, v. 7, n. 2, p. 174-193, 2013.

SALGUEIRO, T. Paisagens Urbanas. In Medeiros, C. A. (coord./vol.2), **Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

SALVANI, José Lucas. **Novo sebo em Cuiabá traz acervo diverso, com peças de 1864, e oferece cafés especiais**. Olhar Conceito, 2020. Disponível em: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=19865¬icia=novo-sebo-em-cuiaba-traz-acervo-diverso-com-pecas-de-1864-e-oferece-cafes-especiais&edicao=4>> Acessado em: 22 set. 2021.

SAMPAIO, Vithória. **Maria Taquara, um dos principais símbolos da história cuiabana, retoma seu lugar de origem**. ÚnicaNews, 2019. Disponível em: <<https://www.unicanews.com.br/geral/maria-taquara-um-dos-principais-smbolos-da-histria-cuiabana-retoma-seu-lugar-de-origem/45416>> Acessado em: 23 set. 2021.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo. **Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios**. Pensamento & Realidade, v. 33, n. 1, p. 109-134, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/36082/26616>> Acessado em: 21 set. 2021.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**, 5ª Ed.- Editora da Universidade de São Paulo, SP, 2004.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. Ciência e cultura, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci_arttext&tlng=pt> Acessado em: 14 maio 2021.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. **PENSANDO AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DO CONCEITO DE LUGAR**. 2015.

SEBASTIÃO, A. **Planejamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras**. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>>. Acessado em 29 jun. 2021.

SEVERINO, José Roberto; SANTOS, Adalberto Silva. **Apresentação: Patrimônio cultural e memória**. Políticas Culturais em Revista, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/4758/3530>> Acessado em: 30 abr. 2021.

SOUZA, S. do R. de ; Bahl, M. **A moderna noção do que é patrimônio**. In: SANTOS, M. (Org.) Desenvolvimento e planejamento em turismo. Faro: Editora da Revista Tourism & Management Studies, 2013.

TORRICO, Juan Agudo. **Patrimônios e discursos identitários**. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas, Oeiras: Celta Editora, 2005.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em Centros Urbanos**. Barueri, SP: Manole, 2009.

VERÍSSIMO, F. S. Bittar, W.S.M., Alvarez, J.M. (2001). **Vida Urbana – A evolução do cotidiano da cidade brasileira**. Ediouro, RJ.

VIEIRA, Flavia Gonzaga Lopes. **Espaços públicos de lazer no centro de Curitiba: a transformação da cidade urbana para cidade humana**. 2010. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24064>> Acessado em: 23 set. 2021.

ZEVI, Bruno. **Saiba como ver arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Disponível em: < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39356104/Bruno_Zevi_Saber_ver_la_arquitectura_-_La_planta_libre_y_el_espacio_organico_de_la_edad_moderna.pdf?1445520430=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DBruno_Zevi_Saber_ver_la_arquitectura_La.pdf&Expires=1621053779&Signature=a63j9X34MR~56wYrtIziAuNwGkwpocvz2tZLFkZUtUBfc1QLIoZYN5qpUDFRC2sXa1aTaNIMGKNzhERosIKewKxmhbYYf6qxtMIFkEp6ZCKTDF-veLjzOzhMo-YD2S-5H6qMJbM7ofn71pP5C9ZII3VwYYbzC3Z7~E0DLrg8Vf7Hq3g8Og1DaTTN3a7XFplvsAwJuQsd8s6~gFouJxl6Z8lz~JtNh2g9-FSQdVHYZypa4HHZ4nRezmh40r7NaEwSXvN~UXSZBg5YfmlttHROez~3uOb~u7uOgLQjt9YPoaNP8kzXURWPqDtvkWdbvuPrz7~xQ-UBI0LeTr3YYspfg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> Acessado em: 14 maio 2021.